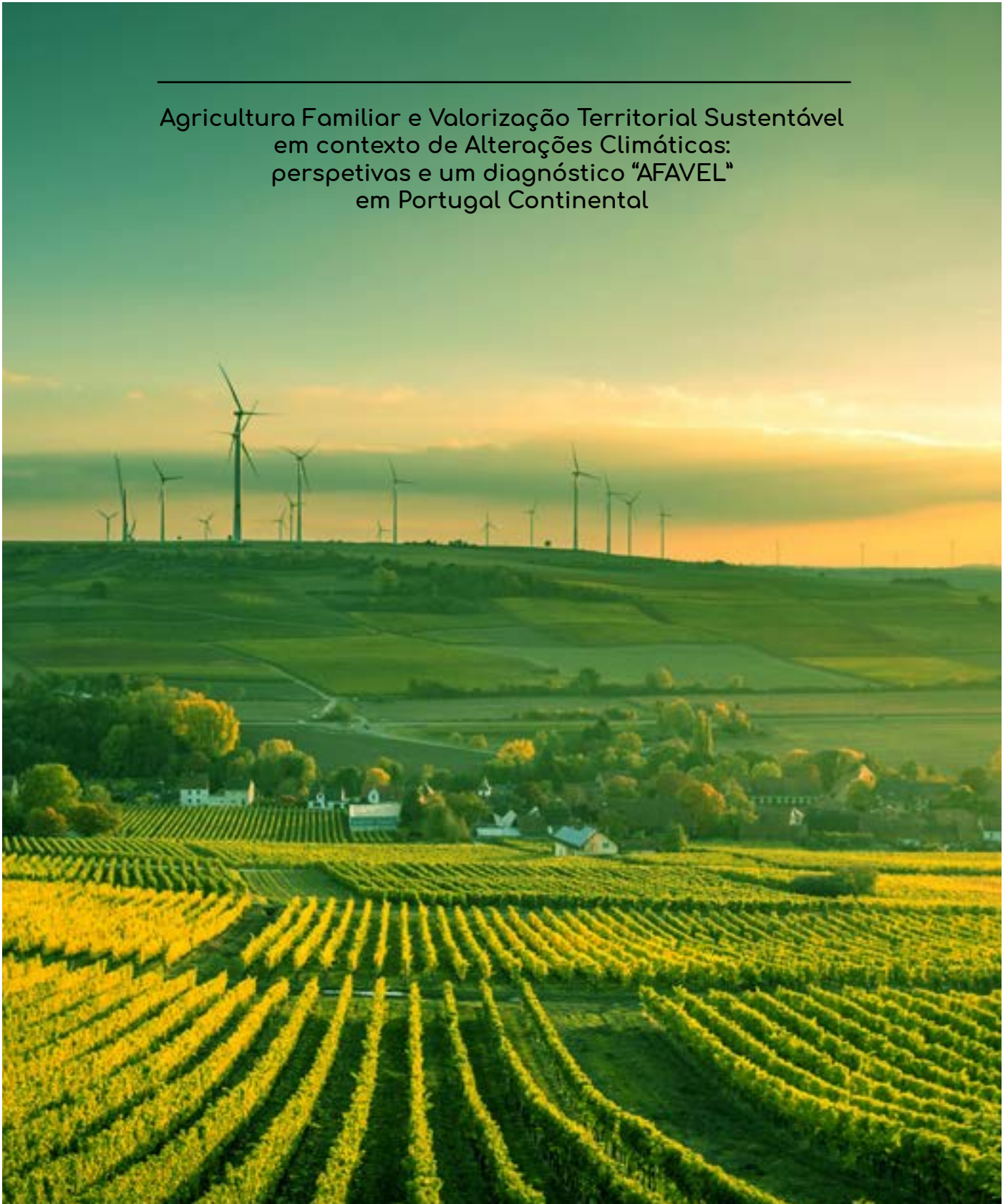


AFAVEL

Agricultura Familiar e
Valorização Territorial
Sustentável em contexto
de Alterações Climáticas

Agricultura Familiar e Valorização Territorial Sustentável
em contexto de Alterações Climáticas:
perspetivas e um diagnóstico “AFAVEL”
em Portugal Continental



Cofinanciado por:



PROGAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



União Europeia
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
O Desenvolvimento de Portugal

Título

AFAVEL- Agricultura Familiar e Valorização Territorial Sustentável em Contexto de Alterações Climáticas: perspectivas e um diagnóstico “AFAVEL” em Portugal Continental

Editora

Animar- Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Operação

20.2.4 Assistência Técnica RRN – Área 4 Observação da Agricultura e dos Territórios Rurais.

Entidade Beneficiária

ANIMAR, PDR2020-2024-058087

Parceria da Operação

ADER-SOUSA (Associação de Desenvolvimento Rural das Terras de Sousa); CONFAGRI (Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal); Cooperativa Três Serras de Lafões; DRAP-Norte (Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte); DRAP-Centro (Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro); IGOT-ULisboa (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa); TRILHO, Associação para o Desenvolvimento Rural.

Coordenação e Redação

Luís Moreno (IGOT-ULisboa)

Outros Autores

Francisco Magalhães (IGOT-ULisboa)

Colaboração (em representação das entidades parceiras da operação)

Célia Lavado (Animar)
Adosinda Henriques (DRAP-Centro)
Agostinho Magalhães (ADER-SOUSA)
Cláudia Costa (ADER-SOUSA)
Florence Melen (Trilho)
José Vieira (DRAP-Norte)
José Sousa Guedes (ADER-SOUSA)
Pedro Soares (Coop. Três Serras de Lafões)

Edição Gráfica e Imagem

Animar- Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

ISBN

978-989-8748-08-9

Lisboa, dezembro de 2021

Cofinanciado por:



p. 4

1. Dos objetivos e meios do projeto

p. 7

2. Aspectos conceptuais em torno da Agricultura Familiar (AF) e contexto internacional

p. 9

3. A Agricultura Familiar no contexto evolutivo de uma política pública europeia

p. 12

4. A construção de representações da Agricultura Familiar (AF): alguns contextos relevantes

p. 13

- 4.1. A Agricultura Familiar (AF) representada por via de enquadramentos das políticas públicas, face aos desafios da sustentabilidade e das alterações climáticas

p. 16

5. Expressão e representações de Agricultura Familiar na UE e em Portugal

p. 18

- 5.1. A Agricultura Familiar em Portugal: classificações e alguns números

p. 19

- 5.1.1. Expressão geográfica das condições sociodemográficas da Agricultura Familiar

p. 25

- 5.1.2. Expressão geográfica das condições socioeconómicas da Agricultura Familiar

p. 29

6. Resultados do trabalho de campo: uma caracterização geral das explorações e dos seus produtores e produtoras

p. 29

- 6.1. Produtores/as e agregado doméstico: um retrato geral dos casos observados

p. 32

- 6.2. Uma socioeconomia com referência ao meio

p. 42

- 6.3. Perceções, atitudes e práticas face a condições ambientais e às alterações climáticas

p. 50

- 6.4. Das condições de apoio, de participação e opções de futuro

p. 56

7. Conclusões

p. 59

Referências bibliográficas e documentais

1. Dos objetivos e meios do projeto

O projeto “Agricultura Familiar e Valorização Territorial Sustentável, em contexto de Alterações Climáticas” (AFAVEL) visou, desde o início (janeiro de 2020) aprofundar o conhecimento da agricultura familiar e dos territórios rurais, estudando políticas de apoio e avaliando condições da sua implementação, a fim de promover processos de valorização socioterritorial, inovação social e capacitação integrada dos atores e agentes de desenvolvimento rural, face aos desafios das alterações climáticas.

Face aos objetivos do projeto AFAVEL, foi desenvolvida uma metodologia no sentido de contribuir para responder a uma questão de investigação essencial: “Que condições de existência da Agricultura Familiar (AF) em Portugal se ajustam às necessidades de promoção da sustentabilidade?”

Este processo de resposta envolveu uma combinação de investigação teórica e prática, ou seja, a articulação entre conhecimentos de base académica e outros que traduzem a participação de atores e agentes de desenvolvimento rural, em particular os que envolvem a problemática da AF. A exploração destes conhecimentos, para o cumprimento dos objetivos, obriga à apresentação e problematização de alguns conceitos e à consideração de algumas hipóteses.

Para considerar os conceitos implicados na problemática da Agricultura Familiar (AF) e da sua ligação ao desenvolvimento rural / territorial sustentável, entendemos que seria necessário

saber em que consistem: i) a AF em Portugal e no contexto internacional, em particular no europeu; ii) as ações (existentes e/ou necessárias) de promoção da sustentabilidade dos / nos territórios (articulando o urbano e o rural), enunciadas pela ciência e pelas políticas; iii) a valorização territorial sustentável, em contexto de alterações climáticas.

As hipóteses colocadas desde o início foram, por sua vez, as seguintes: a) as políticas públicas cobrem apenas uma pequena parte do que pode ser identificado como AF; b) há diferenças consideráveis entre os contributos real e potencial da AF para a valorização territorial sustentável (VTS); c) a realização do potencial da AF para a VTS deverá passar por políticas públicas mais integradoras, passando por promover maior peso da governança de base local.

O conhecimento da Agricultura Familiar (AF) em Portugal e na envolvimento territorial de maior abrangência, dando uma atenção especial ao enquadramento do país na Europa – face à importância incontornável e praticamente determinante da Política Agrícola Comum (PAC) –, obrigou à utilização de diferentes recursos.

Por um lado, visando a análise da AF e das suas políticas de apoio, foram observados trabalhos de cariz científico e técnico, bem como documentação analítica e normativa produzida em diferentes domínios institucionais. Este é um processo forçosamente inacabado, pois continuam a decorrer tanto a realização de estudos como a produção

legislativa ligados às condições e desafios da AF, em função das mudanças globais em curso e das políticas na UE e em Portugal que a tal se associam. Por outro lado, para reconhecer a expressão da AF no território português, em termos evolutivos e na perspetiva da identificação atualizada de tendências – embora apenas em Portugal Continental, por razões de operacionalidade definidas *ab initio* –, foi efetuada recolha, tratamento e análise de informação estatística do INE. A prossecução dos objetivos implicou também a realização de visitas a explorações agrícolas e aplicação de entrevistas estruturadas – com questionário pré-definido, incluindo questões fechadas e abertas – a produtores/as que à partida foram reconhecidos como de AF por parte dos parceiros do projeto com enraizamento local / micro-regional.

Para além das referidas fontes secundárias (trabalhos científicos e técnicos, e ainda estatísticas de fonte oficial) e primárias (inquéritos por entrevista), contamos com o importante recurso a grupos focais (*focus groups*), outro tipo de fonte primária fundamental para a obtenção de elementos qualitativos de esclarecimento de aspetos não cobertos (ou não adequadamente tratados) por outros processos, ou para aprofundamento de dimensões específicas das realidades em estudo.

A realização das entrevistas estruturadas traduziu-se na aplicação direta de 127 questionários, para além de prévios questionários de teste (somando mais de 130, no total). Dos questionários utilizados para o estudo, 59 tiveram lugar na região Norte, aplicados por técnicos da Ader-Sousa, 42 foram realizados na região de Dão-Lafões (Centro), a cargo da Cooperativa 3 Serras de Lafões, e 26 do Alentejo Central, aplicados pela Trilho, Associação para o Desenvolvimento Rural. Corresponderam à recolha de informação de casos dos municípios de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel; Oliveira de Frades, São Pedro do Sul; Évora, Montemor-o-Novo, Avis, Arraiolos, Redondo, Mora e Ponte de Sor (Fig. 1).

Naturalmente, este pequeno número de questionários não corresponde a qualquer objetivo de obter uma amostra representativa, mas sim teórica e algo ilustrativa. Com efeito, não só agricultores não foram selecionados de forma completamente aleatória

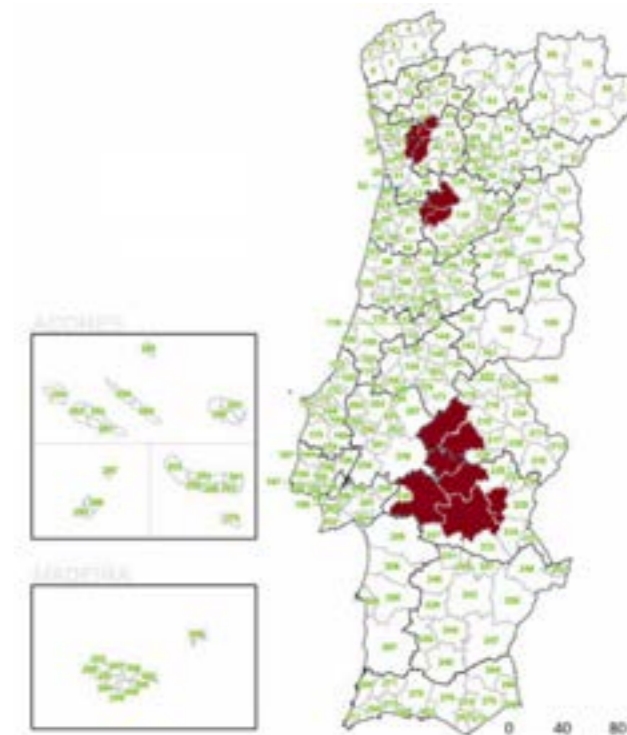


Figura 1- Municípios onde foram aplicados os inquéritos por entrevista.

(permitindo, quando muito, uma amostragem não probabilística, de certa forma), como também o uso de questionários algo extensos foi encarado como a utilização de um conjunto de páginas de material de suporte às entrevistas (essencialmente estruturadas) e em profundidade para obter aspetos essenciais – incluindo indicadores ou base para estes – sobre o grande sentido das mudanças de cada pessoa entrevistada e sua família, no seu contexto territorial. Tratou-se de conseguir elementos significativos de diagnóstico socioterritorial que pudessem contribuir para responder à nossa questão de investigação, acima indicada, através de conhecimento algo compreensivo e comunicável, implicando registos utilizáveis a partir de casos concretos e suficientemente ilustrativos para criar um quadro de caracterização e de problematização, a desenvolver mais depois com recurso a grupos focais e com os resultados de debates em jornadas / colóquios e em confronto / cruzamento com dados de organismos, em particular e quando possível, dados oficiais do INE.

No caso dos grupos focais (*focus groups*), estes

realizaram-se com base nos territórios de estudo, embora a maior parte tenha decorrido 'on-line'. Apenas em outubro de 2020 foi possível realizar dois encontros deste tipo de forma presencial, em Vouzela e em Felgueiras, seguindo-se quatro outros apenas por videoconferência, com pessoas destes municípios e de Évora, e ainda um *focus group* transversal aos três territórios, em janeiro de 2021. Este último, não podendo respeitar uma ortodoxia metodológica, foi, contudo, muito vantajoso devido ao enriquecimento do efeito 'brainstorming' com o alargamento das perspetivas em foco.

Outros eventos foram também valiosos para o projeto: para além das *Jornadas da Agricultura Familiar* (por videoconferência, em fevereiro de 2021), salientamos também os ensinamentos de uma anterior sessão de partilha entre projetos sobre agricultura familiar, fixação de jovens e desafios dos territórios rurais, que teve lugar, de forma virtual, em finais de 2020. Nesta sessão foram apresentados oito projetos, incluindo o AFAVEL; os elementos expostos no âmbito dos outros sete tiveram uma relevância incontornável, como as designações sugerem: JER – Jovem Empresário Rural: Cultivar Ideias, Dinamizar o Espaço Rural; Agricultura Familiar: Conhecimento, Organização e Linhas Estratégicas; Valorizar a Agricultura Familiar; reLOCALiza; Mitigação do Despovoamento através da Revitalização dos Sistemas Agropastoris do Interior de Portugal; JOBtoc – Jovens nos Territórios Rurais: Oportunidades e Constrangimentos; Sistemas de Certificação Participativa de Circuitos Curtos Agroalimentares.

Estes meios não se refletem todos neste trabalho que, apesar de corresponder a resultados finais do projeto AFAVEL (mas não todos eles), não inclui – nem pode incluir – certos aspetos próprios dos eventos finais do projeto e da sua "projeção". As sessões de consultoria, por exemplo, que têm tido lugar nos territórios de estudo, têm envolvido interações que só numa pequena parte podem ser apreciadas. Também certas ações de divulgação / sensibilização previstas envolvem condições oportunas, que têm ocorrido até finais de 2021.

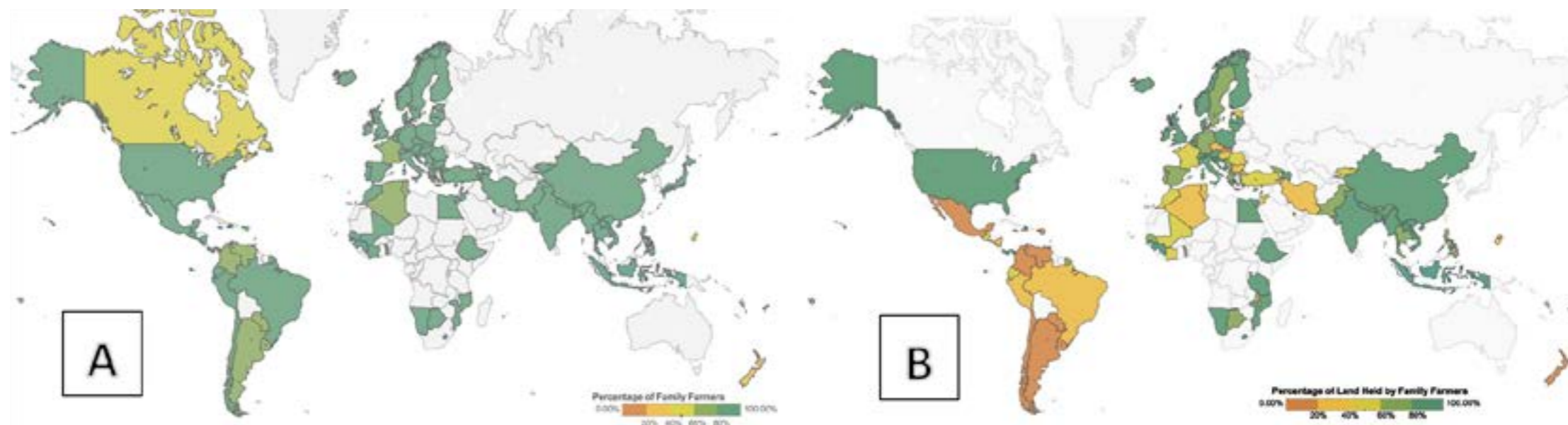


Figura 2- A e B: Percentagem de Agricultores Familiares (A) e Percentagem de terra detida por Agricultores Familiares (B) [fonte: Graeub et al. (2016:6,7)].

Agricultura Familiar (AF) apresenta-se como uma realidade conceptual com múltiplas definições, consoante os contextos (épocas, países) e as apropriações simbólicas / representações das pessoas, individuais e coletivas, desde académicos até responsáveis da institucionalidade política e atores da sociedade civil (caso das ONG), em função dos interesses envolvidos e dos objetivos (Hill, 1993; VV.AA., 2013; Thirion *et al.*, 2014; van Vliet *et al.*, 2015; Bosc *et al.*, 2019).

Considerando apenas um único contributo para o conhecimento geral, Garner & Campos (2014) encontraram 36 definições de AF, cerca de 30% da investigação académica, outros tantos de políticas ou programas governamentais e quase 40% de publicações / documentos de ONG. Estas autoras indicaram, também, que quase dois terços dessas definições diziam respeito

2. Aspetos conceptuais em torno da Agricultura Familiar (AF) e contexto internacional

aos países em desenvolvimento, sendo pouco mais de um terço relativas aos países chamados 'desenvolvidos'. Entre três e quatro características da AF foram apontadas, em média, nestas definições, sendo as mais comuns: a) trabalho familiar; b) família como unidade de gestão; c) dimensão da exploração (superfície ou produção). Mas outra característica fundamental surge também: a passagem / transmissão da terra (posse, em regra, ou gestão, pelo menos) à geração seguinte (Garner & Campos, 2014; van Vliet *et al.*, 2015).

As subtilezas da expressão da AF em quase todo o planeta têm implicado numerosas leituras, interpretações e representações da realidade. Como a grande maioria das explorações agrícolas do mundo são unidades familiares, podendo variar em dimensões que vão desde menos de 1 ha até mais de 10 mil ha, o adjetivo 'pequeno' (assim, tal como no plural e/ou no feminino) foi frequentemente

aposto aos termos que identificam o que foi / vem sendo considerado 'familiar' (ou então em substituição desta palavra). Esses termos serão, por exemplo, agricultura, produção, exploração, horta, unidade, propriedade, empresa, escala... (Potter & Lobley, 1993; Navarro e Pedroso, 2014; Moreno, 2014a; Guiomar *et al.*, 2018). Por outro lado, numa amostra representativa dos maiores produtores de alimentos do mundo, o peso da AF é dominante, especialmente quanto à posse da terra, não tanto quanto à área ocupada (Fig. 2, A e B). Além disso, já têm sido mostrados indicadores da importância da AF, atribuindo às explorações deste tipo com menos de 2 ha a produção de cerca de um terço da alimentação em todo o mundo¹.

¹ <https://www.fao.org/news/story/en/item/1395127/icode/> (acedido em 13-10-2021).

Um aspeto fundamental na problemática da AF tem que ver com o que se considera ‘família’ e ‘familiar’ na agricultura. Seguindo noções que nos deixou Barros (1982), apoiado pelas classificações do sociólogo Robert Badouin em 1971, sistemas de agricultura como “de subsistência” e “agricultura camponesa” (entre outros) podem ser vistos como tipos de AF porque obrigam a trabalho familiar essencial. De forma muito resumida, podemos dizer que a agricultura de subsistência implica trabalho familiar sem produção de excedentes nem relações com mercados, enquanto a agricultura camponesa procura obter o máximo de excedentes, para autoconsumo da família e venda, mas apenas ou essencialmente com trabalho familiar e a utilização preferencial de fatores que não tenham de ser obtidos por compra ou contratação (Barros, 1982).

Especificamente sobre a chamada “agricultura camponesa”, ela pode ser considerada nas representações de realidades pré-capitalistas / extra-capitalistas e da de pequenos agricultores e suas famílias em vários contextos de economias de mercado, podendo considerar-se até a simplificada distinção entre agriculturas camponesas tradicionais e modernas (van der Ploeg, 2006, 2020; Sabourin, 2011). O contemporâneo uso ideológico da expressão “campesinato”, indicando normalmente vias alternativas ao alinhamento em formas hegemónicas de agricultura comercial, não deixa de implicar o reconhecimento da essência do trabalho familiar, sem que tal obrigue a exclusividade deste. Daí que a “via campesina” promova um movimento (internacional) em prol da AF, em toda a sua abrangência (Sabourin, 2011; Rosset & Martínez-Torres, 2012)².

Uma agricultura “de autoconsumo” costuma implicar igualmente o trabalho familiar, de diferentes modos, tanto podendo enquadrar-se na AF como numa de agricultura de subsistência; isso depende da função e dimensão do autoconsumo nas famílias. Também a chamada “agricultura a tempo parcial” (*part-time farming*) é normalmente uma AF que, sem ser de total dedicação à atividade agrícola, envolve pelo menos um membro da família nesta atividade, de diferentes formas, sendo corrente algum autoconsumo e frequente ligação a mercados de produtos (não tanto de fatores e de capitais). Mas a agricultura a tempo parcial pode não ser AF (quando não envolve trabalho familiar essencial) e não tem também o mesmo significado de pluriatividade, como salienta Schneider (2003), recorrendo a outros autores. A pluriatividade, que pode associar-se ao plurirrendimento de um ou mais membros da família, é um conceito que parece apresentar uma certa vantagem, por se aplicar a unidades produtivas multidimensionais, podendo envolver tempo integral e tempo parcial de membros das famílias e abrangendo situações diversas de prática da agricultura e de outras atividades, “tanto dentro como fora da propriedade” (A. Fuller, 1990, conforme Schneider, 2003:105).

² Num trabalho recente, J. D. van der Ploeg refere, a propósito, com apoio noutros autores e usando referenciais europeus: “A noção de agricultura camponesa refere-se àquelas explorações (familiares) que operam com baixos níveis de custo monetário (...). Consequentemente, os níveis de rendimento são (...) relativamente estáveis (...). Há (...) uma inerente resiliência que é devida ao limitado uso de insumos externos, soluções de cultivos mistos e à centralidade da mão de obra habilitada / treinada (...). Implicam frequentemente atividades multifuncionais (que fortalecem ainda mais o rendimento total da família agrícola) e a cooperação com outros agricultores é mais a regra do que a exceção (...). Explorações como estas muitas vezes produzem principalmente (ou apenas) para mercados nacionais, regionais ou mesmo locais (...)” (van der Ploeg, 2020:965, com nossa tradução livre). Uma apreciação crítica desta caracterização obriga a lembrar a grande diversidade da Europa e as importantes diferenças no seu ‘rural’ e na sua agricultura, permitindo relativizar condições aparentemente ‘vantajosas’ da agricultura camponesa / familiar.

3. A Agricultura Familiar no contexto evolutivo de uma política pública europeia

O primeiro grande passo no sentido de uma certa ‘europeização’ estratégica da agricultura foi dado no âmbito da criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1957 e da entrada em vigor do Tratado de Roma em 1958: uma conferência realizada em Stresa (Itália) lança, neste mesmo ano, as bases de uma Política Agrícola Comum (PAC). Ora neste contexto foi reconhecida a importância da estrutura familiar da agricultura europeia e foi afirmado o desejo unânime de a salvar, pelo que todo um esforço deveria ser levado a cabo para aumentar a capacidade económica e competitiva das empresas agrícolas familiares (Hill, 1993).

Tal como se encontram enunciados no artigo 39º do Tratado de Roma (1957), os objetivos da Política Agrícola Comum (PAC) têm sido os seguintes: a) aumentar a produtividade agrícola; b) garantir um bom nível de vida à população agrícola; c) estabilizar os mercados; d) garantir os fornecimentos regulares; e) garantir preços razoáveis no abastecimento ao consumidor. A implementação da PAC, a partir de 1962, baseou-se em cinco princípios, acordados entre os seis países que fundaram a CEE: i) livre troca de produtos; ii) nível comum de preços; iii) livre acesso do consumidor aos melhores produtos; iv) preferência pelos produtos comunitários; v) solidariedade financeira.

Não obstante este contexto em que a governação criou um sistema que permitia às pequenas explorações familiares obterem efeitos de escala de base organizacional, a transversalidade da política de preços e mercados e a forma de atribuição de subsídios, sob um paradigma funcionalista e industrialista – primeiro com base nas produções

e depois nas áreas – beneficiou sobretudo as maiores explorações. Ainda assim, grande parte das pequenas explorações e da AF pôde manter-se – embora em novos moldes – devido aos efeitos de sucessivas reformas da PAC, especialmente a partir de 1975 e, melhor ainda, após 1985 (Garzon, 2006). A partir de 1988, com a reforma dos fundos estruturais da CEE / União Europeia (UE), após a adesão de Portugal e Espanha (em 1986, ano em que também se assinou o Ato Único Europeu que criou a UE) e sob os princípios da subsidiariedade, programação, concentração, adicionalidade e parceria (Moreno, 2007; Pires, 2017), várias condições se reúnem – sobretudo de forma indireta – para o apoio a uma AF inserida nas relações de institucionalidade próprias dos países e regiões mais beneficiados pelas ajudas da UE (em especial os territórios “de Objetivo 1”, os menos desenvolvidos) no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio.

Esta realidade foi convergente com o sentido do relatório da Comissão Europeia “O Futuro do Mundo Rural” (CCE, 1988), quando nele é proposto que o desenvolvimento rural se transforme num dos objetivos prioritários para a intervenção dos fundos estruturais, envolvendo melhoria dos rendimentos dos agricultores através do aumento da pluriatividade, após uma fase essencialmente centrada no desenvolvimento agrícola. As preocupações fundamentais presentes no documento eram: 1) coesão económica e social, face à grande diversidade regional da UE; 2) o inevitável ajustamento da agricultura europeia ao mercado e os seus efeitos, tanto no setor agrícola como no conjunto da economia rural; 3) a proteção do ambiente e a preservação do património natural.

Conforme Dax (2014), “esta ‘nova era’ de Política de Coesão coincidiu com a aceitação de uma perspetiva consideravelmente mais ampla dos objetivos da agricultura no que diz respeito à dimensão territorial, abordando em particular o seu papel na multifuncionalidade, na sustentabilidade e na salvaguarda da qualidade ambiental” (idem: 39, com nossa tradução livre).

Como a política de proteção de preços e mercados da PAC tinha dado origem a fortes excedentes agrícolas, levando a incomportáveis custos orçamentais, as referidas mudanças estruturais impuseram-se, em busca de uma nova eficiência, e não deixaram de ter impacto na pequena AF. Tratou-se, por exemplo, do efeito de uma promovida modernização das explorações agrícolas, do incentivo à cessação da atividade agrícola, da reafetação da superfície agrícola utilizada (a fim de melhorar as estruturas), mas também da atribuição de Indemnizações Compensatórias para a prática agrícola em “zonas de montanha” e noutras desfavorecidas e do estímulo à multifuncionalidade da agricultura e à pluriatividade das famílias. O resultado foi, de algum modo, um aumento das disparidades nos rendimentos e na diversidade agrícola, em que as mais pequenas unidades foram as mais penalizadas (Gray, 2000).

No entanto, sucessivos estudos e avaliações estratégicas de políticas foram promovendo a ideia de que um certo ‘Modelo Europeu de Agricultura’ (tal como existe um ‘Modelo Social Europeu’) era essencial para os tipos de paisagem e de vida social rural valorizados pela sociedade como um todo, modelo esse em que a AF tinha uma função central. Nesse sentido, os decisores políticos justificaram soluções de proteção dos agricultores em relação às forças do mercado mundial e, portanto, apoio aos rendimentos, com base no reconhecimento dessa função de geração e preservação de valores / bens públicos e de equidade social. Em consequência, a Reforma da PAC de 1992, querendo compatibilizar acordos mundiais do comércio com interesses de sustentabilidade, envolveu simultaneamente preços institucionais mais baixos e compensação dos agricultores (pelas perdas de rendimentos, originadas não só pela aproximação aos preços mundiais mas também pela retirada de terras à produção) com

pagamentos diretos progressivamente crescentes (Potter & Tilzey, 2007; Calus & Van Huylenbroeck, 2010).

Mesmo antes da Reforma da PAC iniciada em 1992 foi desenhado e implementado a partir de 1991 um Programa de Iniciativa Comunitária (PIC) [iniciativa da UE] para complementar programas de desenvolvimento rural já em curso, com base em formas inovadoras de intervenção local, ou seja, a partir da animação efetuada por grupos de atores da sociedade civil, em parcerias estratégicas de base territorial. Referimo-nos ao Programa LEADER (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), que contou com três fases (1991-93, 1994-99 e 2000-2006, respetivamente LEADER I, LEADER II e LEADER+), com progressivo alargamento da abrangência até ao seu ‘mainstreaming’ e integração como abordagem e método nos programas de desenvolvimento rural a partir de 2007.

No âmbito do LEADER, de programa a abordagem e método, o apoio à pequena produção local, sobretudo AF, passou a ser parte de um processo de promoção da inovação e de valorização das identidades territoriais e dos recursos endógenos em meio rural, no âmbito da revitalização de áreas específicas / regiões em desvantagem da UE. Este processo envolveu uma aposta na comunicação e cooperação entre atores e instituições, a diferentes níveis, implicando novas formas de governança e transferências de saberes mais ou menos especializados e sua aplicação na reestruturação económica e na qualidade de vida ao nível local (Moreno, 2007; 2013).

As sucessivas avaliações do LEADER, as de processos e as mais formais de realizações, efeitos e impactes (principalmente na fase de programa) deixaram ensinamentos fundamentais que apoiaram o processo de Reforma da PAC de 1992, com prolongamento na chamada Agenda 2000 e posteriores reformas, de acordo com princípios já apontados na Declaração de Cork (1996). Um passo fundamental dessa influência foi a criação formal da Política de Desenvolvimento Rural da UE, também designada por Segundo Pilar da PAC, além de permanecer na PAC a abordagem setorial de apoio à

agricultura como Primeiro Pilar. Não obstante, o Pilar II não deixou de incluir apoio aos investimentos nas explorações agrícolas, sob certas condições, mais de encontro à AF e a agendas nacionais dos Estados-Membros da UE, procurando compensar uma certa realidade contrária aos pretendidos objetivos de coesão, que era o facto de o pagamento direto aos agricultores ser superior nas áreas mais prósperas, as mais beneficiadas pelo Pilar I (Shucksmith, 2004; Sotte, 2004).

Na verdade, este processo de reforma da PAC foi acompanhado de outros passos essenciais correlativos. O ano de 1992 foi também o de ratificação do Tratado de Maastricht (Tratado da União Europeia), no qual foi institucionalizada a Política de Coesão da UE. Sendo um documento que mencionava que “a Comunidade procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas, incluindo as zonas rurais”, no âmbito da “coesão económica e social” (Artigo 130º-A), pré-anunciava a introdução em 2007 de um terceiro pilar da coesão – a coesão territorial – no Tratado de Lisboa.

Definida uma Agenda Territorial neste ano de 2007 e o “Livro Verde sobre a Coesão Territorial” em 2008 (relevando a importância das áreas rurais), reforçaram-se caminhos que levaram à Agenda Territorial 2020 da UE em 2011 (e à Agenda Territorial 2030, sob o lema ‘Um futuro para todos os lugares’, em 2020) e a instrumentos e mecanismos de abordagem territorial como o “Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)” que deu continuidade à abordagem LEADER, não só no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Rural no período 2014-2020, mas também a outros com incidência em regiões costeiras e em áreas urbanas.

A negociação para uma PAC pós-2020 terá tido como quadro fundamental para o seu arranque a Comunicação “O Futuro da Agricultura e Alimentação” [COM(2017) 713 final], na sequência de debates iniciados em 2016. Aqui, sob o título “3. Uma PAC mais inteligente, moderna e sustentável”, é referido que a produção e comercialização dos alimentos “deve ser adaptada às expectativas dos cidadãos, nomeadamente no que se refere ao

impacto sobre a sua saúde, o ambiente e o clima”. E acrescenta-se que “num contexto de crescimento da população mundial, de aumento da pressão sobre o ambiente e de alterações climáticas, a PAC tem de continuar a evoluir, mantendo a sua orientação para o mercado e o seu apoio ao modelo de exploração agrícola familiar da UE em todas as regiões da União” (Comissão Europeia, 2017:11).

Por outro lado, no mesmo documento, a propósito da referência à necessidade de “um apoio justo ao rendimento para ajudar os agricultores a subsistir”, salienta-se o problema de os pagamentos diretos – superiores nas áreas mais prósperas, como vimos atrás – terem estado “ligados às terras, que estão concentradas numa minoria de agricultores” (referido que a 20 % dos agricultores tem correspondido 80 % dos pagamentos). Assim, a nova orientação da PAC assenta no reconhecimento de que, “embora metade dos beneficiários da PAC sejam explorações agrícolas muito pequenas e a maior parte dos pagamentos sejam feitos a explorações agrícolas familiares profissionais de média dimensão, é necessário promover uma distribuição mais equilibrada dos apoios” (Comissão Europeia, 2017:15; realce nosso). A partir deste marco de 2017, sucedem-se discussões ao mais alto nível, propostas de regulamentos e recomendações, bem como acordos que culminam com o Acordo Político sobre a Reforma da PAC, em junho de 2021, durante a presidência portuguesa da UE. Os regulamentos daqui decorrentes constituíram-se como base para a construção dos Planos Estratégicos da PAC (PEPAC) – implicando maior subsidiariedade e uma ligação mais forte entre as medidas dos dois pilares da PAC –, para que todos os Estados-membros os sujeitem a aprovação pela Comissão Europeia em 2022, prevendo-se a sua aplicação a partir de 2023. Adiante damos conta de algumas implicações em Portugal do processo de elaboração do PEPAC, quanto à nossa matéria em foco, embora necessariamente apenas em fases anteriores à sua conclusão.

4. A construção de representações da Agricultura Familiar (AF): alguns contextos relevantes

A permanência / persistência da AF, em todo o mundo – logo também na Europa – tem que ver com o reconhecimento social e público da AF, o qual depende das suas representações, a diferentes níveis (institucional, político, societário...) e escalas, num contexto de capitalismo global, de modernidade tardia e de pós-modernidade, que acompanhou rápidas mudanças no processo de “construção social da família” (envolvendo dimensão simbólica, logo representações...).

Consideramos este enfoque fundamental porque, como veremos adiante, em grande medida envolve um debate no âmbito da sustentação das comunidades, pois a resposta às necessidades destas (com a sua AF) passa pelos atores que as representam (Moreno, 2007, 2014b) e pelos seus tipos de capital envolvidos: social, ambiental, cultural, económico, humano, todos estes configurando o capital territorial (Davoudi *et al.*, 2008; Moreno, 2017).

Por um lado, serão as representações externas às comunidades e às realidades locais / regionais de inserção da AF: entre atores políticos, económicos (dos setores público e privado) e da sociedade civil, mais ou menos urbano-centrados; entre conservadores, liberais e conservacionistas / ecologistas; entre defensores de ortodoxia económica produtivista / tecnocratas e paladinos de alternativas críticas, mais ou menos ambientalistas ou da valorização territorial integrada; entre pessimismos como os do estruturalismo marxista, apoios de ideologias modernistas em reformulação adaptativa e ideologias pós-... (pós-industrialistas, pós-funcionalistas, pós-estruturalistas, pós-modernistas...). Vários autores, científicos e institucionais, têm apresentado contributos que traduzem estas perspetivas, normalmente envolvendo problematização, mas

apenas consideramos aqui alguns exemplos daquelas que consideram a AF na Europa e em contexto de modernidade tardia, de capitalismo global (após a crise dos anos 1970s) – Fig. 3.

Por outro lado, refiram-se as representações internas, as dos agricultores familiares e dos atores dos seus espaços / meios de enquadramento, normalmente da comunidade local que configura um certo tipo de ruralidade – profunda, de campos intermédios, peri-urbana – ou mesmo de urbanidade (casos de agricultura urbana), ou ainda de meios rurais densos, de baixa densidade, de transição e metropolitanos (Rolo & Cordovil, 2018). O nosso trabalho não deixa de traduzir estas perspetivas, com exceção das de agricultura urbana.



Figura 3- Referências a exemplos de trabalhos envolvendo diferentes representações da agricultura familiar.

4.1. A Agricultura Familiar (AF) representada por via de enquadramentos das políticas públicas, face aos desafios da sustentabilidade e das alterações climáticas

Entre as representações, há que salientar que são hoje inúmeros os estudos que colocam a Agricultura Familiar (AF) como matéria central nos caminhos para a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões. Mesmo antes da declaração de 2014 das Nações Unidas como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) já vários estudiosos viam a problemática do desenvolvimento rural sustentável com base na AF e segurança alimentar em contexto de mudanças climáticas (Sumelius *et al.*, 2009). Para tal seria cada vez mais fundamental a adoção de cadeias curtas agroalimentares (Galli & Brunori, 2013) e de práticas com base na agroecologia, como as de formas de agricultura ecológica (Rosset & Martínez-Torres, 2012), com enquadramento em formas de governança viabilizadora da articulação entre atores (Donkers, 2013).

Em torno do AIAF das Nações Unidas, outros autores analisam a construção de um novo paradigma em que a AF está no centro da construção de sistemas alimentares sustentáveis (ex.: Marsden & Morley, 2014). Referimos, mais uma vez, à segurança alimentar, de vários pontos de vista (Donkers, 2015; Benton, 2016), no âmbito da qual uma certa AF não fica de fora de formas de “intensificação sustentável” (Pretty & Bharucha, 2014; Cook *et al.*, 2015). Para se mostrar esta segurança como sustentável, debatem-se soluções em que a AF está no cerne das matérias da agroecologia e da soberania alimentar (Altieri, Nicholls, & Montalba, 2017; Gliessman, Friedmann, & Howard, 2019), envolvendo processos de resiliência (Córdoba Vargas *et al.*, 2020) e uma forte aposta na dimensão social da sustentabilidade (Pereira *et al.*, 2018).

Neste contexto, as perspetivas sociopolíticas em torno da transição agroalimentar para a sustentabilidade, vistas por académicos (Savary *et al.*, 2020), incluindo na perspetiva da Europa e com o recurso a alterações da PAC (Chemnitz, 2019; Galli *et al.*, 2020; Pe’er *et al.*, 2020), dão lugar a trabalhos – de que salientamos os de dimensão

prospetiva – em que o cunho institucional se afirma com sustentação científica (Bock & Krzysztofowicz, 2021; Mooney *et al.*, 2021), com forte peso do que resulta da investigação em ciências sociais, essa apoiada noutras. A transposição do conhecimento para as políticas públicas traduz-se em numerosos documentos e diplomas que, na sua maioria, ultrapassam o âmbito da AF. Tratando-se de sustentabilidade, em diferentes vertentes, é forçoso. Contudo, do que diz respeito à envolvência da agricultura e floresta (da produção ao consumo), incluindo o contexto territorial, salientáramos quanto à UE e a Portugal, algumas referências recentes (após 2014) que são particularmente marcantes (Quadro I).

A nível internacional	Em Portugal	
Estratégias, Agendas, Planos...	Programas, medidas...	
Revisão da PAC, “O futuro da alimentação e da agricultura” (2017) • Horizonte 2020 (2014) e Horizonte Europa [2021-27] (2018) • Plano de Ação Global da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019) • Estratégia para a Bioeconomia da UE e o respetivo Plano de Ação (2019) • Pacto Ecológico Europeu / <i>The European Green Deal</i> (2019) e <i>Do Prado ao Prato / From Farm to Fork</i> (2020) • Agenda Territorial 2030, “Um futuro para todos os territórios” (2020)	Plano Nacional para os Recursos Genéticos Animais (2014) • Plano Nacional para os Recursos Genéticos Vegetais (PNRGV) (2015) • Estratégia nacional para o setor das plantas e flores ornamentais (2016) • Plano de Ação para a Economia Circular (2017) • Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (2017) • Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (2017) • Estratégia Nacional de Implementação do Regime Escolar em Portugal (2018) • Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (2018) • Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (2018) • Estratégia Nacional para a Internacionalização do Setor Agroalimentar (2018) • Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 (2018) • Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos (2019) • Plano Nacional de Combate à Resistência aos Antimicrobianos (2019) • Plano Estratégico da PAC 2023-27 (PEPAC) para Portugal (2020, construção...)	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-20 (2014) • Acompanhamento para a Salvaguarda e Promoção da Dieta Mediterrânica (2014) • Programa Nacional para a Coesão Territorial (2016) e Programa de Valorização do Interior (2018) • Programa Operacional da Administração Pública para a Conservação e Melhoramento dos Recursos Genéticos Florestais (2018) • Código de Boas Práticas Agrícolas (2018) • Programa Nacional de Regadios (2018) • Programa “Emparcelar para Ordenar” (2020) • Estatuto da Agricultura Familiar (2018) e Regulamentações (2019...) • Estatuto de “Jovem Empresário Rural” (2019) • P-3AC - Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (2019) • Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (2019) • AKIS / Serviços de Aconselhamento em Portugal (2020)

Quadro I- Alguns dos documentos / diplomas oficiais mais significativos, até 2021, envolvendo sustentabilidade e o domínio agroflorestal, a nível internacional e em Portugal.

Uma atenção especial pode ser dada às análises e sínteses trazidas no âmbito de uma edição recente da revista da Rede Europeia para o Desenvolvimento Rural (*EU Rural Review*), dedicada ao tema da Ação Climática em Áreas Rurais (ENRD, 2021). A abrangência das matérias desta publicação ultrapassa também o foco na AF, mas as perspetivas apresentadas são fundamentais para enquadrar as questões que mais nos importam. Refere em particular as medidas de política europeia

relevantes para a sustentabilidade do meio rural, com possível transposição adaptativa para os diferentes países e regiões, bem como para a resiliência e competitividade das suas atividades. Inclui-se a menção às sinergias que a dimensão dos apoios via FEADER obtém de outros instrumentos da UE, mas também referências importantes e casos de estudo de Portugal e de outros países.

Um dos casos de estudo, do projeto ECOLISE, salienta

– com apoio num relatório de 2019 – o papel de ‘iniciativas de base comunitária’ (IBC) em matéria de sustentabilidade e mudanças climáticas. Assim, releva as evidências de práticas vantajosas resultantes da promoção de estilos de vida com baixo consumo de energia e permitindo baixa pegada de carbono. Apresenta também “recomendações aos decisores políticos” que incluem “o reconhecimento e o apoio a pequenas explorações de agricultura ecológica que demonstrem elevados níveis de sustentabilidade económica, ambiental e social” e o favorecimento do “diálogo entre financiadores e IBC para facilitar o desenvolvimento de propostas colaborativas e permitir que os financiadores sejam mais sensíveis aos contextos locais”. Salienta-se a necessidade de instrumentos apropriados – legislação, mecanismos de informação e extensão / assistência técnica, financiamento acessível e apoios para o intercâmbio e trabalho em rede, não dispensando a participação no desenvolvimento das políticas (ENRD, 2021:28, com elementos de tradução livre).

Outras edições anteriores da *EU Rural Review* abordaram também aspetos correlativos aos da relação Desenvolvimento Rural / Ação Climática, como são os casos da ‘bioeconomia’ (2019), ‘eficiência no uso dos recursos’ (2018) e ‘economia verde’ (2017). Todavia, ainda outros temas abrangidos, em edições anteriores e até mais recentes, não estão propriamente desligados destas questões e são relevantes para a relação entre AF e Território³.

Em Portugal, o enquadramento da sustentabilidade da agricultura nas políticas públicas tem sido problematizado, não só por via governamental e no âmbito da governança implicada, por exemplo, na atividade da Rede Rural Nacional, mas também por ‘pressões externas’ representadas por cidadãos e suas organizações.

Mencionando apenas alguns momentos marcantes de 2020 e 2021, sob pressão e/ou estímulo do contexto pandémico de CoVid-19, lembraríamos a iniciativa da

Animar “MANIFesta em Ação”, envolvendo webinários em 2020 que antecipariam um momento final de MANIFesta sob o mote “Construir comunidades justas e sustentáveis”. Evidenciamos aquele que, partindo embora da preocupação com o conceito e as experiências de circuitos curtos agroalimentares, veio a ter a abrangência dos Sistemas Alimentares Locais, envolvendo tanto aspetos de Território e Ecologia como de Democracia e Igualdade: soberania e segurança alimentar, modelos de produção e consumo sustentáveis, etc. (Associação Animar, *et al.*, 2020).

Recordaríamos igualmente a iniciativa de cidadãos “Manifesto em Defesa da Sustentabilidade da Agricultura Portuguesa” (2021, abril)⁴, impulsionado por docentes da Universidade de Aveiro e com a adesão de mais de uma centena de individualidades, essencialmente académicos, exigindo ao governo a criação dos “instrumentos políticos necessários” para encetar a “transição ecológica” da agricultura portuguesa e de “convocar um alargado debate nestas matérias”. Na mesma linha, o documento apontava desde logo um conjunto de linhas estratégicas julgadas “indispensáveis para a sustentabilidade da agricultura portuguesa” a considerar “na negociação do Plano Estratégico para a agricultura portuguesa a realizar com a Comissão Europeia” (PEPAC).

Em 2 de junho de 2021, a Animar organizou – no âmbito das atividades da RRN e em articulação com numerosos parceiros e colaboradores – o webinário “Contributos para a Reforma da PAC: Sustentabilidade da Agricultura e dos Territórios Rurais em Portugal”⁵, em que o referido Manifesto foi apresentado e discutido. Foram também analisados temas, como resultado dos avanços em diferentes projetos, incluindo o AFAVEL, envolvendo debate: 1: Circuitos Curtos Agroalimentares; 2: a importância de Estratégias de Base Territorial e da Agricultura Familiar na valorização dos territórios; 3: o papel das Biorregiões na Sustentabilidade dos Territórios; 4: o Rejuvenescimento dos agricultores e agricultoras: das necessidades às possibilidades; 5: o papel dos

³ Para encontrar a exploração de temas na *EU Rural Review*, como por exemplo a ‘economia social em meio rural’ e a ‘visão de longo prazo para as áreas rurais’ (ambos de 2021), mas também temas de interesse noutras publicações relevantes, mais ou menos recentes, ver em https://enrd.ec.europa.eu/publications_en

⁴ <https://expresso.pt/sociedade/2021-04-15-Mais-de-100-investigadores-e-professores-lancam-manifesto-em-defesa-da-sustentabilidade-da-agricultura-portuguesa-0535d893>

⁵ www.animar-dl.pt/site/assets/files/5085/programa_cartaz_2_junho_asfwebinar_agriculturafinalpdf.pdf

Recursos Silvestres e Endógenos na valorização dos territórios de baixa densidade.

Em julho de 2021, o “Grupo dos 9 – Política Agrícola Comum, mais Conhecimento e mais Coesão”⁶, como conjunto de peritos em posição crítica, já antecipava a criação da plataforma “Coligação Cívica – Participar no PEPAC”, que iniciou em agosto de 2021 um trabalho de mobilização de organizações cívicas (28 em novembro de 2021), para a elaboração PEPAC, “em diálogo com toda a sociedade e os órgãos de soberania, em particular, com o Governo e demais instituições públicas responsáveis pela preparação e apresentação do PEPAC à Comissão Europeia (...)”⁷.

Como apoio de um documento propondo “10 Prioridades para o PEPAC”, esta Coligação passou a colaborar num pretendido ajustamento deste instrumento ao melhor cumprimento dos objetivos de sustentabilidade que se associam ao desenvolvimento rural e à valorização do território em Portugal⁸. A preocupação com a “pequena agricultura” e os “territórios vulneráveis”, envolvendo a conservação da natureza, a qualificação da paisagem, a economia e a coesão, foram domínios essenciais da pressão junto dos atores institucionais no sentido de um reequilíbrio que favoreça agricultores e territórios antes desadequadamente excluídos dos apoios da PAC.

6 www.agroportal.pt/wp-content/uploads/2021/07/G9_PAC_final_21_julho_2021_Nota-Info_final.pdf

7 Ver, por exemplo: www.natureza-portugal.org/o_que_fazemos_222/alimentacao/politica_agricola_comum/

8 Ver, por exemplo: https://www.speco.pt/images/noticias/2021/coligao-cvica-pepac-vs-final_10_agosto_2021.pdf

5. Expressão e representações de Agricultura Familiar na UE e em Portugal

O contexto de apoio à Agricultura Familiar (AF) no âmbito da PAC, atrás referido, processou-se de modos muito diversos, tendo em conta a representação de largo espectro deste tipo de agricultura. Documentação e estatísticas oficiais europeias deixam bem expresso que as explorações agrícolas familiares são “de longe o tipo de exploração agrícola mais comum na União Europeia (UE)” (Eurostat, 2020:1). Na mesma fonte acrescenta-se que este tipo contempla “desde pequenas explorações agrícolas de semi-subsistência com apenas trabalhadores familiares e explorações que têm de depender de outras atividades proveitosas para obter rendimento diversificado, até outras muito maiores e mais produtivas que são, todavia, principalmente geridas por membros da família (idem, com tradução livre do autor).

O recurso ao referencial estatístico da UE (Eurostat, 2020) permite-nos ver que as explorações agrícolas familiares (EAF) têm dominado a estrutura da agricultura da UE em termos de número, da sua contribuição para o emprego agrícola e também, embora em menor grau, da área cultivada e do valor da produção gerado. No entanto, verificam-se grandes contrastes entre países (e mesmo dentro de cada país / região) quanto às dimensões médias das EAF, encontrando-se as maiores entre os países do Oeste e Norte da Europa e as menores entre os de Leste e do Sul (Quadro II). Grandes diferenças existem também quando nos referimos ao peso das EAF no total do produto agrícola (valor), em que a Irlanda, a

Eslovénia e a Grécia apresentam valores entre cerca de 88% e 93%, enquanto na Eslováquia, Chéquia e Estónia os valores não passam dos 20% (Eurostat, 2020).

Estes valores traduzem uma grande abrangência de situações, não deixando de seguir a enorme diversidade mundial acima afluída. Assim, não admira que tenha havido quem considerasse a AF na UE como um “mito”, caso de Hill (1993), que propunha critérios para a distinção entre explorações. Estas seriam: a) familiares, onde o trabalho não remunerado representaria o total ou quase o total na exploração; b) intermédias, em que o trabalho contratado seria complementar, mas ainda assim com o não remunerado a contribuir com mais de metade do total; c) não familiares, onde o trabalho contratado constituiria a maior parte (Hill, 1993).

O contributo deste e de outros especialistas de todo o mundo teve consequências na definição adotada pela FAO em 2014, de modo que a própria UE afirma seguir e usa o termo ‘agricultura familiar’ para se referir a “qualquer exploração sob gestão familiar em que 50% ou

mais da força de trabalho agrícola regular seja fornecida por trabalhadores familiares”. Porém, acrescenta que uma subdivisão pode ser feita “entre as explorações onde a mão-de-obra será fornecida exclusivamente pela família (com apenas trabalhadores familiares) e aquelas onde 50% ou mais (mas não 100%) da força de trabalho serão trabalhadores familiares” (Eurostat, 2020:2).

Por outro lado, como salienta Dinis (2019), a UE “nunca definiu o conceito com precisão, frequentemente utilizando o estatuto jurídico da propriedade como único critério para identificar os agricultores familiares”. Seguindo os contributos de Davidova e Thomson (2014), a mesma autora indica ainda que no inquérito sobre a estrutura das explorações agrícolas (*Eurostat Farm Structure Survey*) “o agricultor familiar é normalmente o produtor singular, frequentemente (mas nem sempre) registado para fins estatísticos e políticos como agricultor, mas não constituindo uma entidade empresarial legal” (Dinis, 2019:4). Ainda assim, Graeub *et al.* (2016) consideram que este critério (de assimilar o agricultor

Números e indicadores	Valores
N.º total de EA	10,5 milhões
Peso das EAF	> 95 %
Peso das EAF com exclusivo trabalho familiar	93 %
Peso das EAF no total da força de trabalho agrícola regular	> 81 %
Superfície cultivada das EAF (ha)	108 milhões
Peso da área cultivada das EAF no total da superfície agrícola utilizada (SAU) da UE	< 63 %
Peso das EAF no total do produto agrícola	> 59 %
Peso das EAF no total da criação de gado	> 62 %
Dimensão média das EAF nos países com maiores EA (Reino Unido, Luxemburgo, Dinamarca, Alemanha, Finlândia e França)	40 – 68 ha por exploração
Dimensão média das EAF nos países com menores EA (Malta, Roménia, Chipre, Grécia, Bulgária, Hungria, Eslovénia, Croácia e Portugal)	1 – 8 ha por exploração

Quadro II- Explorações Agrícolas (EA) na UE e a componente Familiar (EAF) em 2016. Fonte: compilação dos autores com base em Eurostat (2020).

familiar ao “produtor singular”), mesmo não sendo tão bom como aquele inerente à definição multicritério usada nos países do MERCOSUL, tem sido visto como mais preciso do que o possível uso alternativo de uma medida apenas baseada no tamanho da exploração, num contexto europeu em que muitas explorações familiares vão muito além dos limites frequentemente utilizados de 2 ha ou mesmo 10 ha para considerar pequenas explorações.

No caso de Portugal, notaríamos um aspeto importante ainda no contexto da UE. Embora em toda a UE os jovens agricultores / jovens empresários agrícolas (com menos de 40 anos) tenham vindo a ser uma minoria, situação ainda mais acentuada no contexto da AF – cerca de 10% das EAF –, em Portugal esse grupo etário não passava de 3,3%. Referimo-nos a dados de 2016, que também revelam que Portugal era o país da UE com maior envelhecimento: 50,1% dos responsáveis das suas EAF tinham 65 anos ou mais (Eurostat, 2020). Este é um aspeto correlativo de vários outros sobre a situação portuguesa da AF e que vem pondo em causa a sua sustentabilidade, comprometendo também a sustentação das condições socioterritoriais do país. Trata-se de uma problemática que abordamos de seguida, já com apoio dos dados mais recentes (do Recenseamento Agrícola de 2019, em particular).

5.1. A Agricultura Familiar em Portugal: classificações e alguns números

Em Portugal, após a revolução democrática de 1974, em plena efervescência sociopolítica e atravessando a crise dos anos 1970s, mas também no contexto do pedido de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE, mais tarde UE), feito em 1977, realiza-se o “I Colóquio de Estudos Rurais” (março de 1981) sob o tema “A Pequena Agricultura em Portugal”. Realizado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, dá lugar a um número temático da Revista Crítica de Ciências Sociais (VV.AA., 1981), que salienta a recusa das “visões parcelares da pequena agricultura” e o lançamento das “bases para a reformulação das perspectivas analíticas no sentido de uma visão global e interdisciplinar, única via para a compreensão da complexidade dos problemas do campo (...)” (idem, Editorial).

As análises e reflexões daqui decorrentes já então revelavam as grandes diferenças entre dois grandes tipos de “pequena agricultura, que em grande parte corresponderá ao modelo de agricultura familiar”, que representava ainda em Portugal 38% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), 94% do número de explorações e 80% das UTA⁹, tendo um papel da maior importância na “preservação das populações e na ocupação do território rural” (GPP/MAM, 2014:93). Esses dois tipos serão: a) “pequena agricultura familiar produtora de bens para consumo da família e das suas redes de proximidade, com base no cuidado das terras”; b) “pequena e média agricultura familiar inserida nos mercados” (Cordovil, 2021).

Na perspetiva deste autor, a primeira também é muitas vezes apelidada de “agricultura de subsistência”, apesar de representar geralmente “uma fonte minoritária dos proventos da família” (famílias pluriativas, com diferentes fontes de rendimento). O mesmo

⁹ Unidades de Trabalho-Ano (UTA), sendo a medida “equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia)” (<https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1783>).

considera que a sua persistência se deve à satisfação de necessidades múltiplas, que serão de proximidade: i) na produção/consumo; ii) entre pessoas; iii) no cuidado das terras, evitando o seu abandono e contribuindo “para proteger os recursos e a paisagem envolventes”. O autor nota ainda que a segunda, que participa nos mercados e extravasa a proximidade, conta com a venda da maior parte da sua produção. Assim, “visa obter proveitos pecuniários e em espécie (autoconsumo) para viabilizar a continuidade da sua atividade e contribuir para o bem-estar da família” (Cordovil, 2021).

5.1.1. Expressão geográfica das condições sociodemográficas da Agricultura Familiar

De acordo com os dados dos Recenseamentos Agrícolas, a evolução da População Agrícola Familiar (PAF) entre 1989 e 2019 – em todo o território do Continente, das regiões e dos municípios que abrangem os nossos casos de estudo – mostra um percurso de perda continuada. Em 1989 a PAF correspondia a cerca de 2 milhões de pessoas em Portugal, ao passo que em 2019 já só representava cerca de 600 mil (passagem de 1/5 da população residente para apenas 6% neste período de 30 anos). A redução da PAF, com expressão semelhante entre homens e mulheres, revela, todavia, um ritmo de diminuição que foi ligeiramente superior nos territórios com maiores quantitativos de AF, com exceção de Trás-os-Montes, com um declínio algo menor (Fig. 4). Este maior peso da AF que ainda permanece no Norte, Centro e Oeste do Continente refere-se não só à PAF mas também às (respetivas) explorações agrícolas familiares, em particular àquelas que apenas recorrem a mão-de-obra agrícola familiar (Fig.5).

A ponderação da PAF pela população residente apenas acentua mais o efeito combinado da relativa rarefação demográfica, da permanência da ligação à terra de uma população envelhecida e de limitadas oportunidades económicas dos residentes ativos dos territórios do

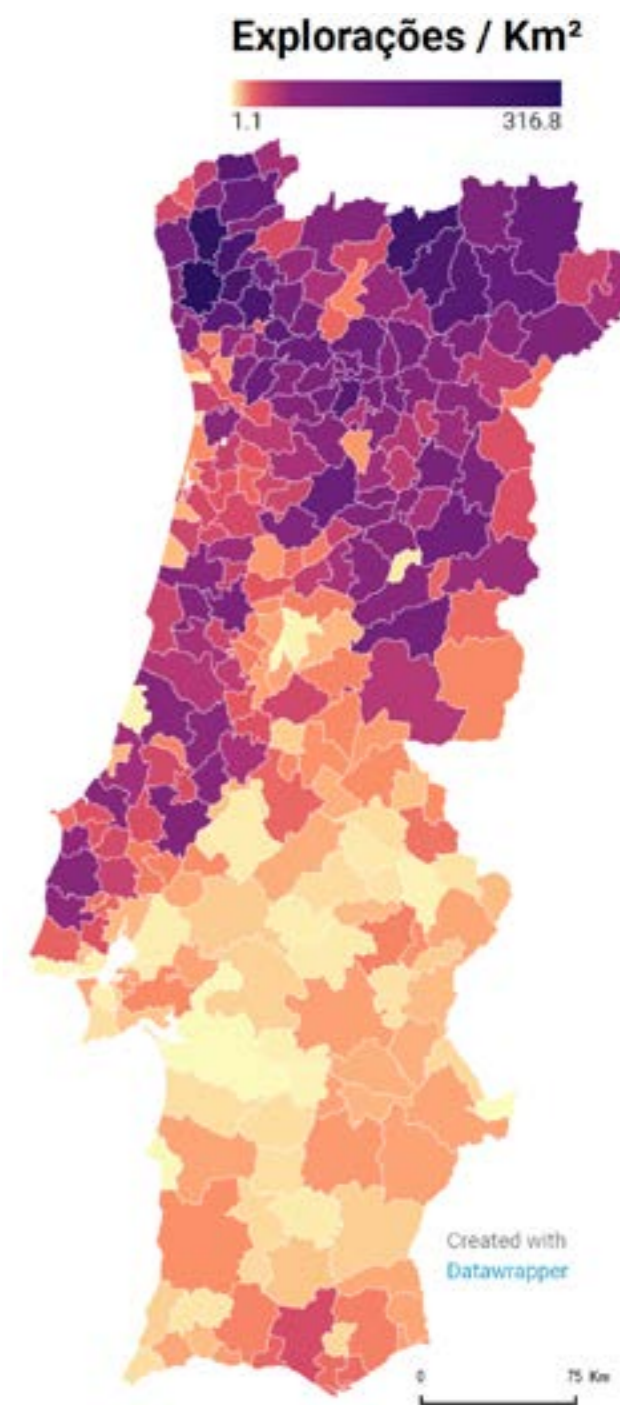


Figura 4 - N.º de explorações com recurso exclusivo a mão-de-obra agrícola familiar por Km².

interior do Continente. Por isso, embora a AF tenha vindo a decrescer, em grande parte dos municípios nesta situação o peso da PAF no total da população até se manteve ou aumentou nos últimos anos (Fig. 6).

Esta ponderação da PAF pela população residente permite-nos salientar que, de forma agregada, é nas regiões de Trás-os-Montes e Beira Interior que aumenta a expressão relativa da PAF na população residente entre 2009 e 2019.

Nas outras regiões e nos municípios que enquadraram os casos de estudo que exploramos (elementos adiante), verifica-se geralmente o contrário; apenas no conjunto dos municípios do Alentejo em que efetuámos entrevistas o peso da PAF se manteve (Fig. 7), o que se deve a características distintas da AF nesta parte do território, como veremos adiante.

Em relação aos Produtores Agrícolas Singulares (PAS),

reproduz-se o mesmo padrão de representação territorial que vimos em relação à PAF (Fig. 7), dada a forte associação entre ambos os segmentos da população. As maiores exceções ligam-se sobretudo ao facto de entre os PAS se encontrarem situações de produtores sem agregado familiar ou estando este reduzido ao mínimo, casos de demografia mais desfavorável (Fig. 8). Conforme indicado pelo INE (Destaque de 18-12-2020, p. 12), os produtores singulares “são maioritariamente homens (67%), têm em média 62 anos, 46% só concluíram o primeiro nível do ensino básico e 53% têm formação agrícola exclusivamente prática”. Também nos diz o INE (idem), em complemento do exposto, que “o agregado familiar do produtor é constituído em média por 2 pessoas, sendo que em 59% destes agregados existem beneficiários de pensões e reformas”.

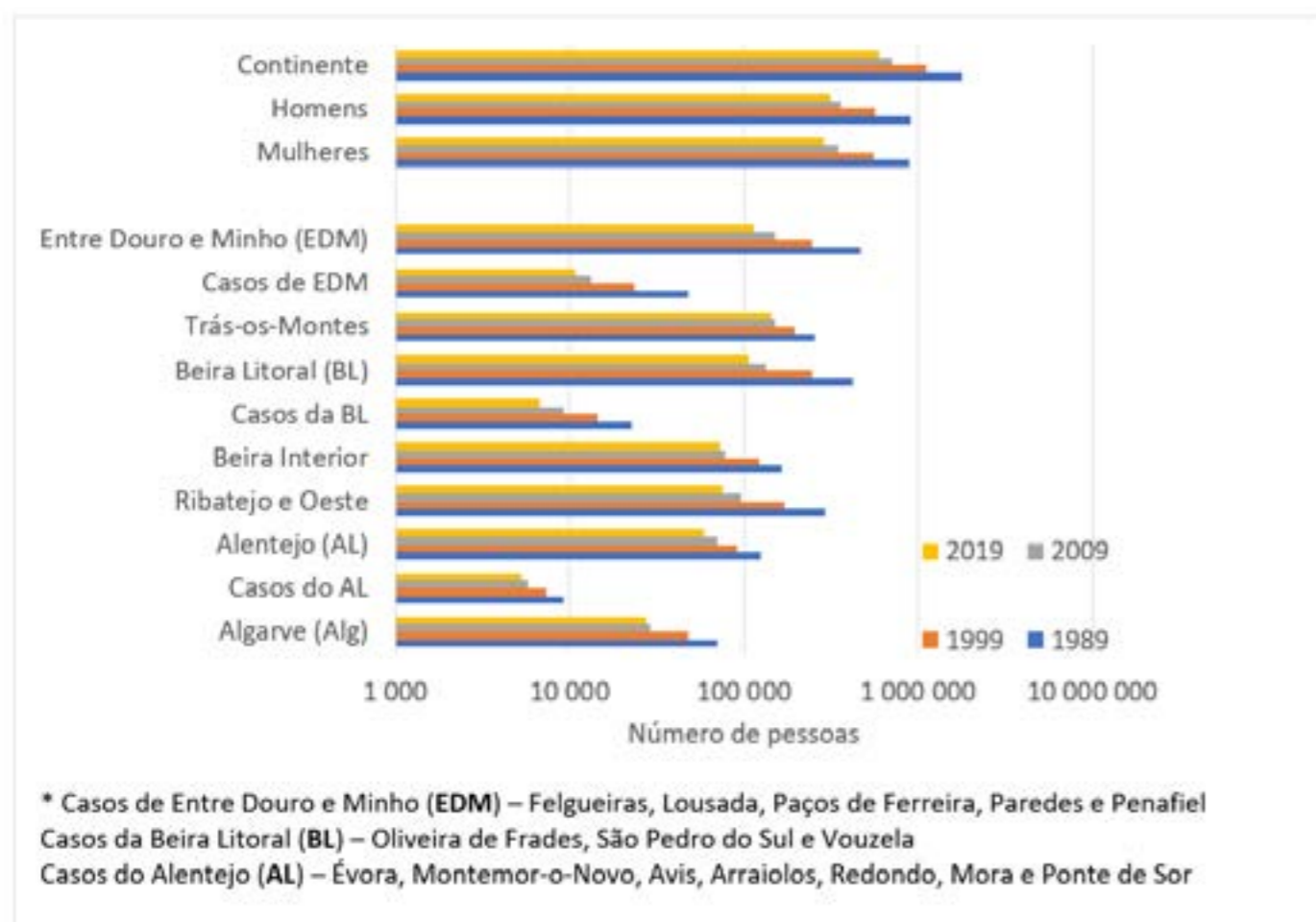


Figura 5- Evolução da População Agrícola Familiar entre 1989 e 2019 no Continente, nas Regiões e nas áreas tomadas como casos de estudo.

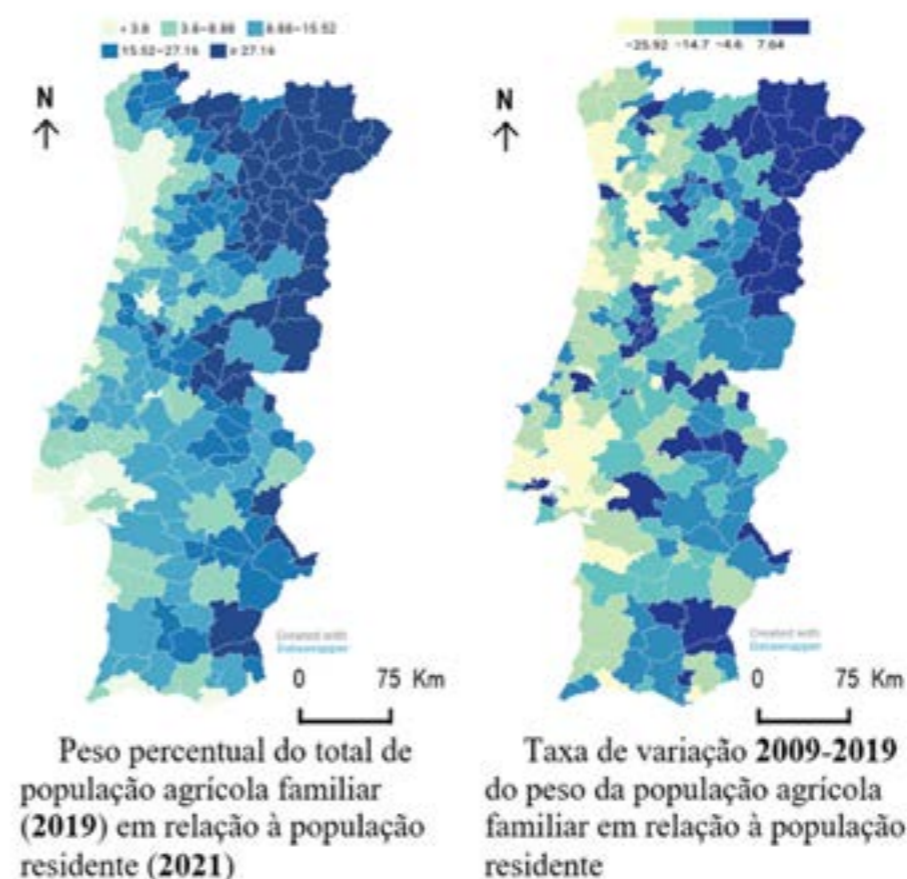


Figura 6- Peso concelhio da População Agrícola Familiar em 2019 em relação à população residente e variações 2009-2019 (dados do INE).

Em termos de evolução desde 2009, a mesma documentação do INE permite salientar também que o perfil dos produtores e produtoras agrícolas registou:

- “A manutenção da representatividade de género, observando-se em todo o caso um ligeiro aumento da importância relativa das mulheres produtoras agrícolas (+2 p.p. que em 2009);
- “O agravamento do envelhecimento, verificando-se um aumento de 2 anos na idade média dos produtores face a 2009, sendo que mais de metade (53%) tem idade superior a 64 anos;
- “A melhoria do nível de instrução, confirmando-se o crescimento do número de produtores com níveis de ensino superiores ao 1º ciclo, cuja representatividade passou de 26% em 2009 para 43%. O número de produtores com formação superior nos domínios da agricultura e floresta, embora tenha aumentado 66%, é ainda pouco representativo (2%)” (Fig. 9);

- “O aumento da formação profissional agrícola, em parte devido à obrigatoriedade da frequência de cursos de formação de aplicação de produtos fitofarmacêuticos, que levou ao extraordinário aumento da proporção de produtores que frequentaram cursos de formação profissional agrícola (+35 p.p. que em 2009). Contudo, a maioria dos produtores ainda possui formação agrícola exclusivamente prática (53%)”.

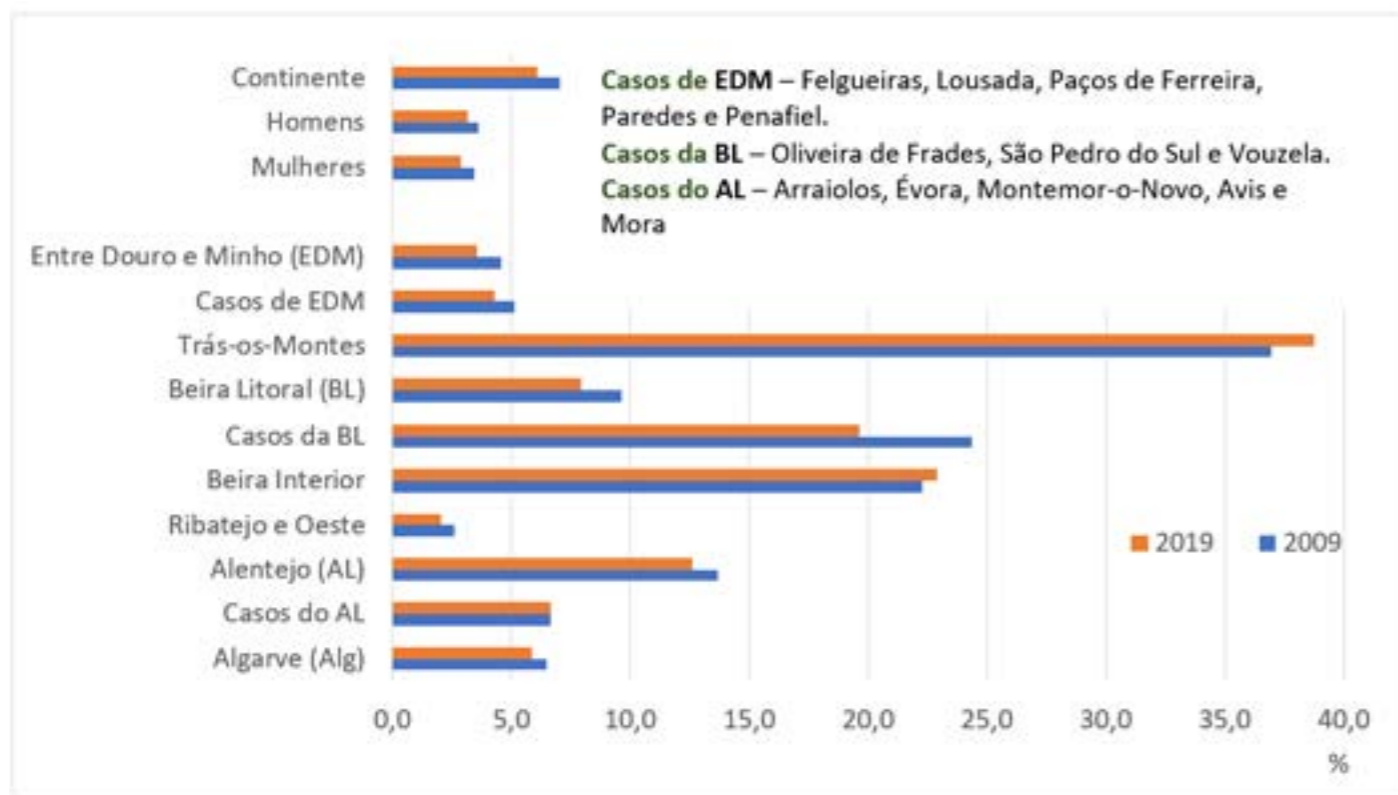


Figura 7- Evolução 2009-2019 do peso da População Agrícola Familiar (%) no total da população (dados do INE).

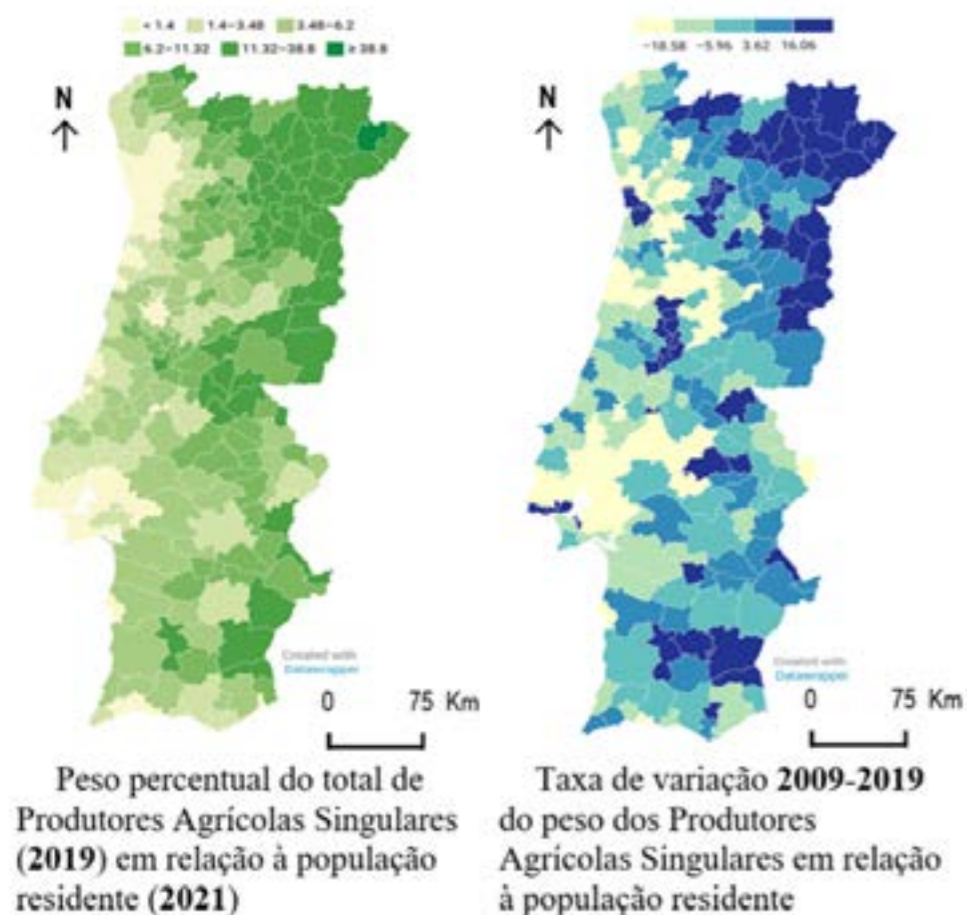


Figura 8- Peso concelhio dos Produtores Agrícolas Singulares em 2019 em relação à população residente e variações 2009-2019 (dados do INE).

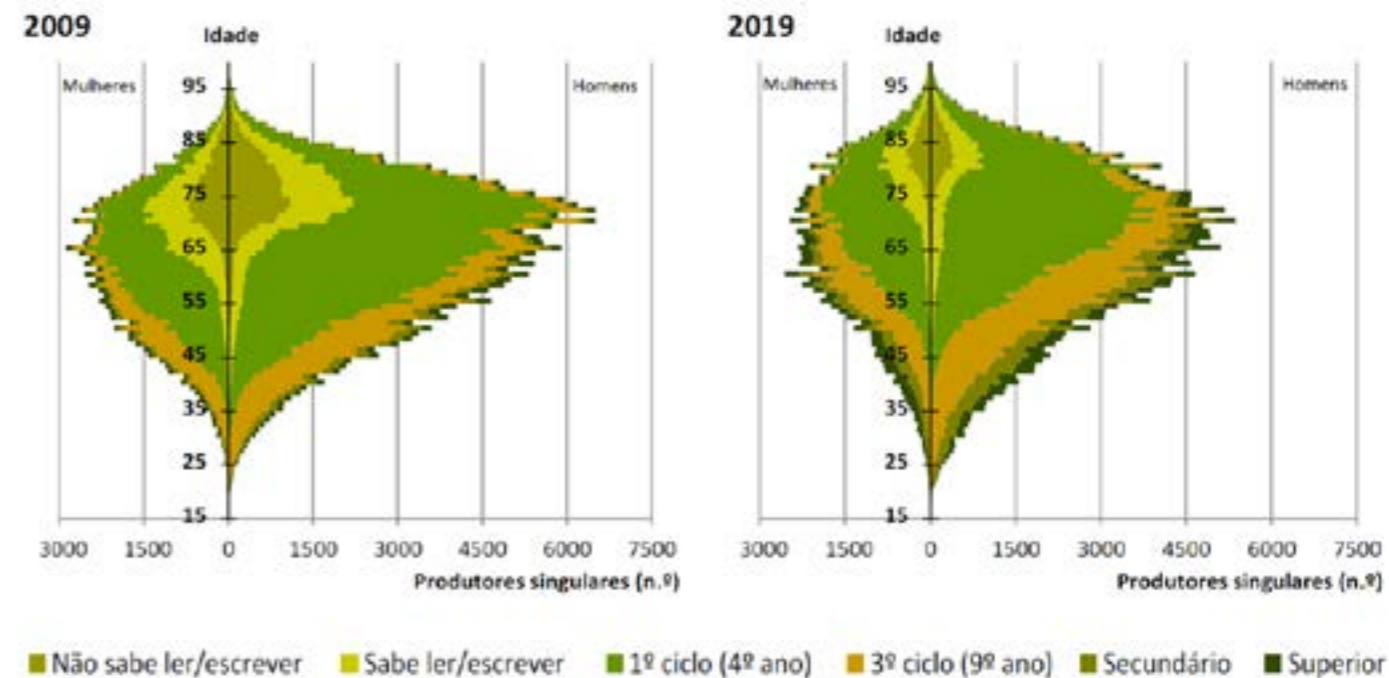


Figura 9- Evolução 2009-2019 do nível de escolaridade dos produtores singulares por idade e género em Portugal (fonte: Recenseamento agrícola 2019, Resultados preliminares, INE).

Esta dupla realidade – tanto o envelhecimento como o aumento da instrução dos/das produtores/as – tem correspondência com o que podemos verificar para toda a População Agrícola Familiar (PAF), para as regiões do Continente e para os grupos de municípios com os nossos casos de estudo.

No que diz respeito ao envelhecimento, as regiões da Beira Interior e do Algarve são as que têm maior diferencial de PAF mais idosa em relação ao Continente, mas com algum desagravamento entre 1989 e 2019. Situação contrária é da Beira Litoral, que acentuou o seu diferencial de envelhecimento, mesmo não sendo particularmente expressivo, situação próxima da de Trás-os-Montes. Entre Douro e Minho (EDM) sempre manteve uma PAF mais jovem que o padrão nacional, mas em 2019 isso sucedeu com alguma ‘travagem’. O Ribatejo e Oeste e, especialmente, o Alentejo, são as regiões em que o envelhecimento da PAF mostra menor grau de progressão em relação ao Continente.

Dentro destas condições, nos territórios (conjunto de municípios) que enquadram os nossos casos de estudo, nos de EDM há um acompanhamento geral do contexto regional, embora este grupo de municípios tenha uma inflexão mais favorável entre 2009 e 2019, com menor

perda de jovens. Em relação aos casos de estudo da Beira Litoral, sendo três municípios de Dão-Lafões, sucede o contrário do anterior, ou seja, a tendência para o envelhecimento mostra-se ligeiramente superior ao do contexto regional. Quanto aos casos do Alentejo, o conjunto destes municípios mostra uma tendência para o envelhecimento ligeiramente inferior ao contexto de toda a região (Fig. 10).

No que toca ao aumento da instrução dos membros da PAF, para as regiões do Continente e para os grupos de municípios com os nossos casos de estudo, são particularmente relevantes certas evoluções diferenciais entre as pessoas sem grau de instrução e as com instrução superior. Salientam-se as situações de maior vantagem das progressões dos casos / grupos de municípios do Alentejo, seguidas das dos casos de EDM, ambas mais favoráveis que as das respetivas regiões. Situação contrária é a dos casos de Dão-Lafões, com evolução menos favorável que a de toda a região. Tanto a Beira Litoral como Dão-Lafões apenas se mostram em relativa vantagem (mas um pouco atrás do Alentejo) quanto à redução do peso das pessoas sem qualquer nível de instrução (Fig. 11).

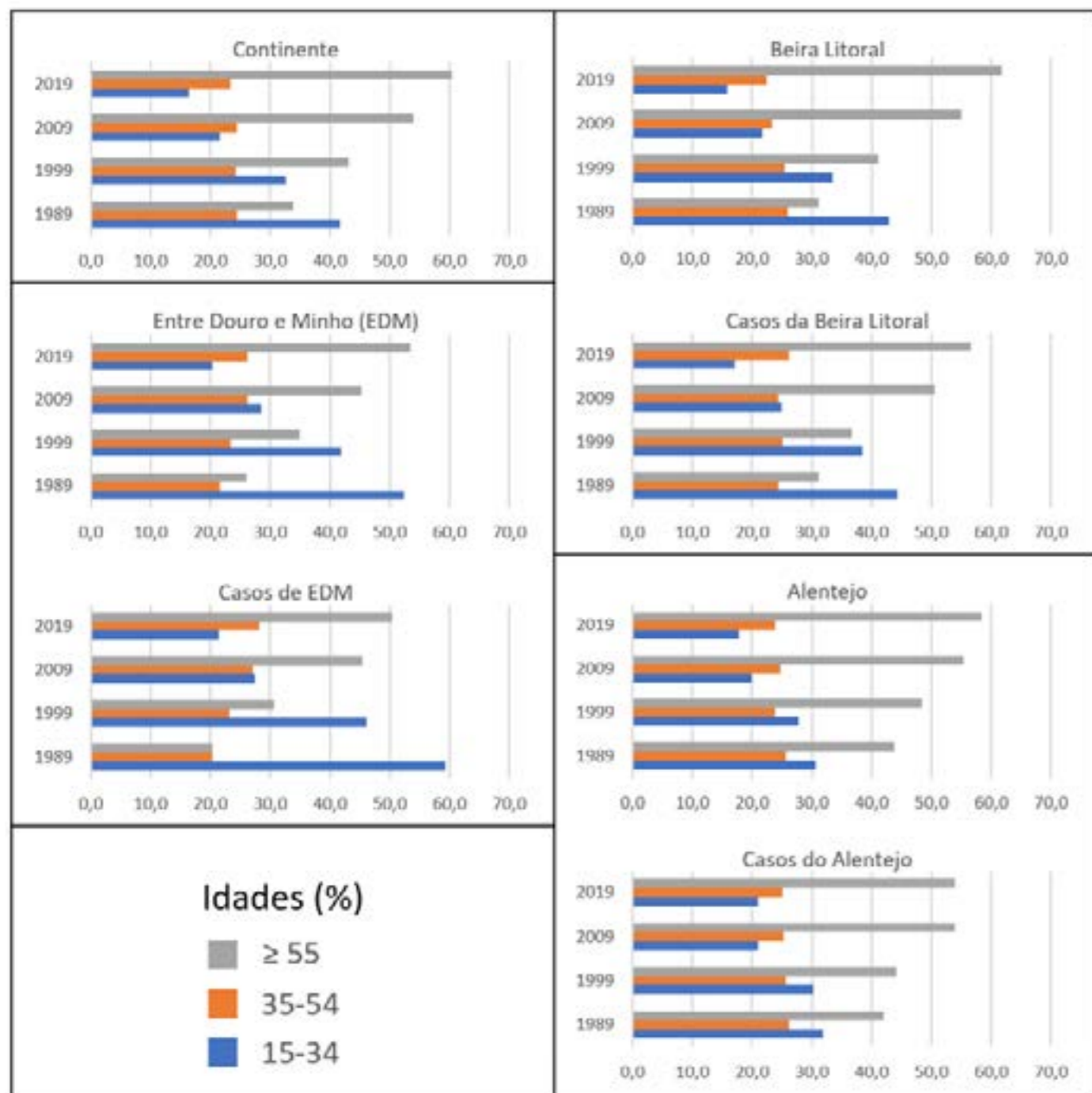


Figura 10- Evolução das estruturas etárias 1989-2019 da População Agrícola Familiar no Continente, nas Regiões e nos territórios de caso de estudo (dados do INE).

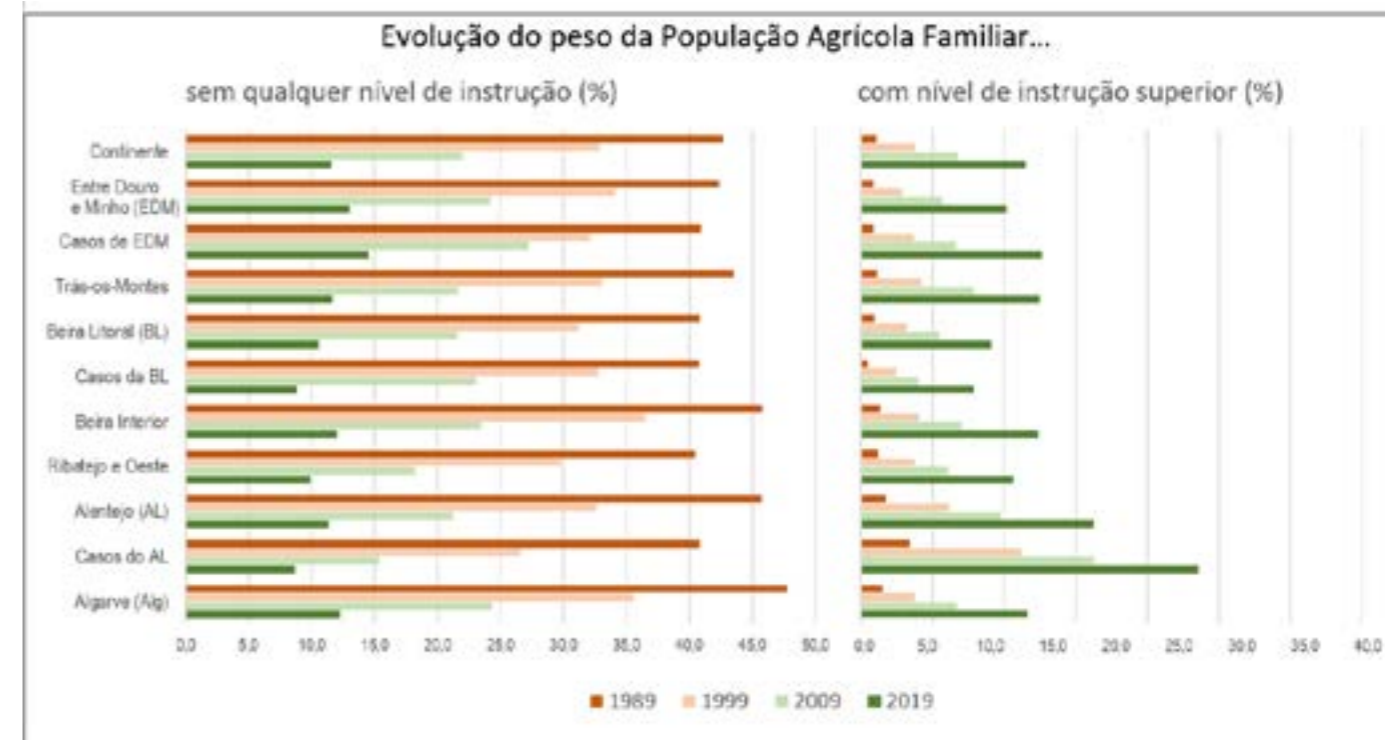


Figura 11- Evolução 1989-2019 dos pesos da População Agrícola Familiar (%) sem qualquer nível de instrução e com grau de instrução superior (Continente, Regiões e territórios de caso de estudo) [dados do INE].

5.1.2. Expressão geográfica das condições socioeconómicas da Agricultura Familiar

Começamos por assumir que pode ser considerada grosseira uma representação da distribuição no Continente da Agricultura Familiar (AF) usando como indicador de aproximação (*proxy*) o peso na SAU das explorações com menos de 5 ha, podendo ser preferível (para certos fins) a ‘espacialização’ com o indicador da Fig. 5. Não obstante, interessa-nos apontar aqui uma base para a análise geral das condições socioeconómicas da AF no Continente, em grandes traços que apresentam semelhanças com o obtido pela ‘zonagem’ de “Territórios Agrorurais” e “Macro-Territórios Agrorurais” de Rolo & Cordovil (2018:34), e tendo em conta a enorme diversidade de condições e características da AF (incluem-se diferentes tipos de ligações aos mercados, de produtos e de fatores). Assim, o exercício simplificador efetuado com a Fig. 12

terá um caráter de ‘promediação’ do que poderá ser uma representação de pequenas e médias explorações compatíveis com padrões dominantes de AF. Numa descrição rápida, e usando as classificações de ‘zonagem’ de Rolo & Cordovil (2018), temos a maior prevalência concelhia da SAU das explorações com 0-5 ha nos municípios do Norte e Centro Litoral e da Transição Centro, a mais baixa desta prevalência no Alentejo, Transição Sul e Beira Baixa (tons de castanho mais fortes), e geralmente valores intermédios no Norte e Centro Interior, Algarve e maior parte de Oeste, Lisboa e Lezíria (Fig. 12). A variação entre 2009 e 2019 destes diferentes pesos foi de aumento, entre fraco / ligeiro e muito forte, em cerca de 60% dos municípios, significando maior importância do crescimento da prevalência da área de pequenas explorações (algumas médias) nos últimos

anos em municípios de maior interioridade e naqueles em que houve condições de retração do peso na SAU de explorações de maiores dimensões.

Quando observamos a expressão geográfica da evolução 2009-2019 do peso das menores explorações na SAU, relacionando a referida dimensão física (até 5 ha) com a dimensão económica (Muito Pequenas e Pequenas Explorações (reunindo todas as de menos de 25 mil euros VPPT), vemos que é geral a retração que podemos assimilar à perda de importância da pequena AF, tal sucedendo em mais de 70% dos municípios (Fig. 13).

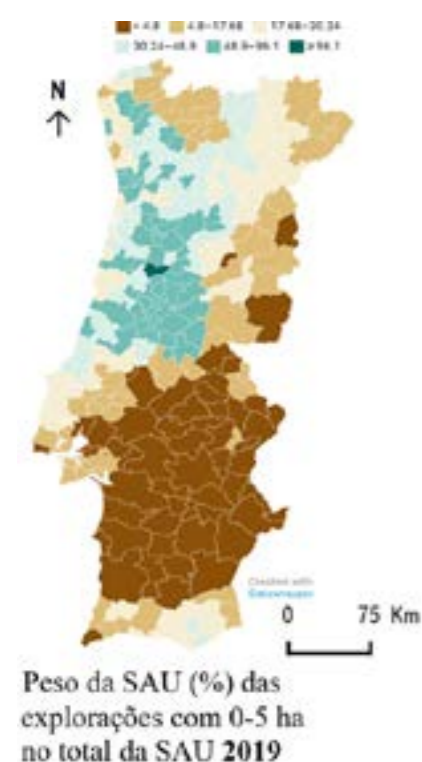


Figura 12- Peso concelhio da SAU das explorações com 0-5 ha no total da SAU em 2019 (dados do INE).

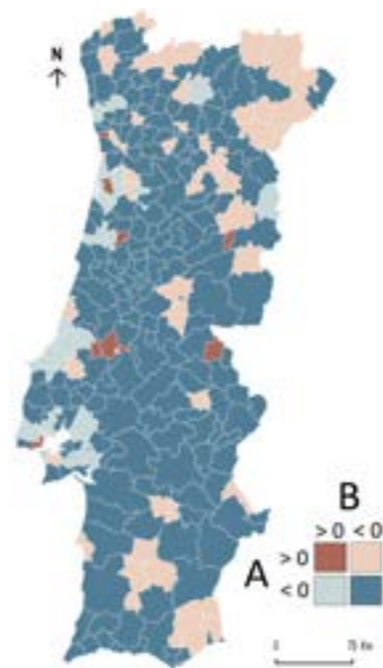


Figura 13- Relação entre a taxa de variação 2009-2019 (%) do peso na SAU total das explorações com 0-5 ha [A] e a evolução 2009-2019 (p.p.%) do peso na SAU total das Muito Pequenas (< 8 000 euros VPPT) e Pequenas Explorações (de 8 000 a < 25 000 euros VPPT) [B].

Não obstante, o aumento do peso na SAU das Muito Pequenas e Pequenas Explorações, em termos económicos, surge sobretudo em alguns municípios do litoral, ligado a melhores oportunidades para a AF proporcionadas por vantagens específicas inerentes a acesso a mercados. Situações contrárias, embora com crescimento do peso da SAU das explorações com 0-5 ha, prendem-se principalmente com diferentes situações de retração nos pesos de explorações de maiores dimensões.

Uma das características da AF, com diferentes dimensões da exploração, é a existência de Horta Familiar (HF), com produção dirigida ao autoconsumo (em regra, policultura com vegetais e animais, sendo estes muitas vezes de capoeira, mas não só), que tem importância variável na economia das famílias e, por vezes, beneficiando outras pessoas da comunidade. Isto permite relativizar a pequena dimensão económica registada / contabilizada de muitas explorações, como veremos no âmbito dos casos que analisámos com recurso a entrevistas.

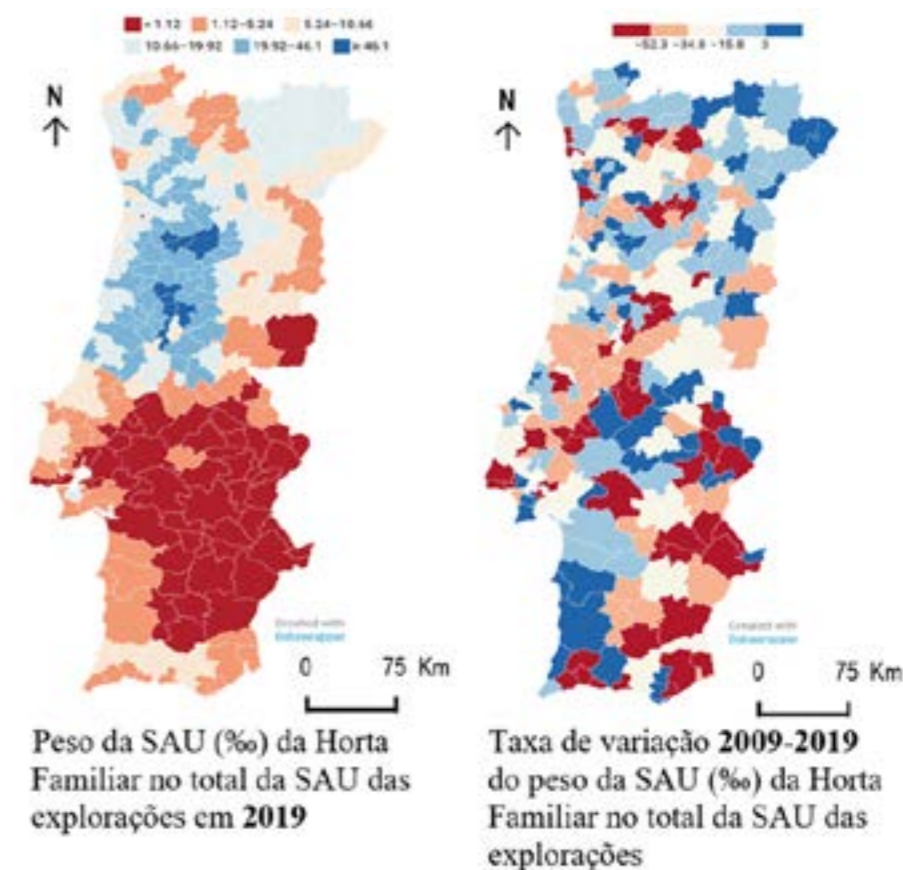


Figura 14- Peso concelhio da SAU da Horta Familiar no total da SAU em 2019 e variações 2009-2019 (dados do INE).

Observando o peso concelhio da SAU da Horta Familiar (Fig. 14, notando que as cores quentes representam os valores mais baixos) verificamos menor expressão relativa da HF no sul do Continente e noutras partes do território em que as explorações têm dimensões superiores. Pelo contrário, a HF mostra maior importância relativa em cerca de metade da faixa poente a norte do rio Tejo e da região Oeste e ainda em grande parte do nordeste transmontano. O crescimento do peso da SAU da HF nas explorações entre 2009 e 2019 foi positivo num número considerável de municípios do Norte e do Centro do Continente, mas também noutros a sul do Tejo em que mais se refletiu o envelhecimento dos produtores com tradução na retração dos cultivos (Fig. 14). De facto, como já referiam Portela (1993) e Fragata & Portela (2000), os agricultores idosos não deixam de trabalhar nas suas terras, adaptando continuamente

as decrescentes forças físicas a uma menor área de exploração e a atividades menos intensivas em esforço; assim, quando mais novos alcançavam muitas vezes maiores extensões e cultivos mais exigentes e, com o avanço da idade e a falta de mão de obra de apoio (interna e/ou externa), a atividade chega a restringir-se à HF e à capoeira, próximas da habitação.

Como se observa nas sínteses do INE decorrentes do último recenseamento agrícola, houve uma “diminuição do tempo de trabalho nas atividades agrícolas da exploração, verificando-se que apenas 13% dos produtores trabalham a tempo completo na sua exploração (-8 p.p. que em 2009)” (Destaque de 18-12-2020, p. 12). Ainda relativamente ao trabalho nas explorações, o Norte concentra a maior parte da mão de obra agrícola (38%, em apenas 17% da SAU), sendo quase 80% dessa de carácter familiar, situação só ultrapassada pela Região Centro, com 80% na Beira

Interior e cerca de 83% na Beira Litoral. No resto do Continente, a mão de obra agrícola familiar fica abaixo do valor do Algarve (52%), casos do Alentejo e do Ribatejo e Oeste (35,9% e 48%, respetivamente). Mas em todo o país este tipo de trabalho familiar decresceu entre 2009 e 2019¹⁰, enquanto cresceu o trabalho contratado pelos produtores.

O referido “Destaque” do INE acrescenta ainda uma “manutenção da pluriatividade e diversidade das fontes de rendimento, comprovada pelo facto de 43% dos agregados domésticos declararem rendimentos provenientes de salários e 8% referirem que desenvolvem outras atividades empresariais não relacionadas com a exploração agrícola. Por outro lado, somente 5% dos produtores vivem exclusivamente dos rendimentos da sua atividade na exploração agrícola (-1 p.p. que em 2009)” (p. 12).

Não obstante, esta realidade da pluriatividade e da remuneração proveniente do exterior da exploração apresenta cambiantes em diferentes partes do Continente. Não só uma larga faixa raiana se salienta pela expressão superior do peso da população agrícola familiar (PAF) com atividade remunerada no exterior da exploração, como também são essencialmente os municípios dessa faixa, salvo poucas exceções, que apresentam variação positiva entre 2009 e 2019. Em grande parte dos outros (mais de 40% no Continente) até se reduziu esse peso da PAF com remuneração de origem externa (Fig. 15).

Esta questão sobre a origem do rendimento foi alvo de recentes medidas de política, visando em particular os/as produtores/as, que – conforme a legislação mais recente – terão de basear na agricultura pelo menos 20% do total de rendimento coletável.

Como instrumento para promover a valorização socioeconómica da AF, referimo-nos à criação do Estatuto da Agricultura Familiar (EAF), no verão de 2018, que deu sequência na primavera de 2019 a regulamentação

para a sua aplicação. Porém, o EAF cedo se mostrou um instrumento bastante burocrático e de limitada adequação ao universo da AF, como foi reconhecido nos diplomas de outubro de 2021 que traduzem “alterações aos requisitos para atribuição do título” (Portaria n.º 228/2021, de 25 de outubro, após o Decreto-Lei n.º 81/2021, de 11 de outubro)¹¹.

O panorama das adesões ao EAF até outubro de 2021 encontra-se representado na Fig. 16 e revela bem um total de candidaturas mais relevante no interior Norte. Ponderando pelo número de Produtores Agrícolas Singulares, salienta-se mesmo o Continente a norte do Tejo: embora domine Trás-os-Montes, também EDM tem um peso importante, seguindo-se as Beiras (Litoral e Interior); merece também algum destaque a situação do Algarve. São diferenças que traduzem esforços, processos e resultados distintos dos organismos regionais do Ministério da Agricultura.

Esta realidade apenas esconde que entre as “adesões” há uma parte que se refere apenas a submissões de candidaturas, nem todas deferidas e traduzidas em títulos, sendo estes ativos de 1.ª candidatura (61%), ativos renovados com 2.ª candidatura (3%) e expirados (9%). Com efeito foram registadas ainda cerca de 27% de candidaturas em avaliação (0,3%), não avaliadas, por falta de dados (4,2%) e indeferidas (22,4%). São valores que, sem algum ajustamento legislativo em inícios de 2001, envolvendo reinterpretação do critério de exigência do rendimento coletável das pessoas candidatas, ainda teriam expressão menos favorável à AF.

Um desafio que se coloca refere-se ao ajustamento da PAF a estas medidas nas áreas que têm sentido maiores desvantagens. Trata-se de matéria que suscita acompanhamento e estudo nos próximos tempos, também em função do que vier a ser estabelecido no âmbito do PEPAC.

11 Conforme a Portaria 228/2021 (25 de outubro), passou a “ser critério que o requerente seja beneficiário de um montante de apoio não superior a € 5000, no âmbito das ajudas de Regime de Pagamento Base e Regime de Pequena Agricultura, da Política Agrícola Comum, e que o rendimento da atividade agrícola seja igual ou superior a 20 % do total de rendimento coletável, bem como a inscrição dos prédios rústicos ou mistos no sistema de identificação parcelar do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.”. O âmbito de atribuição do título foi ainda redefinido, “passando a ser concedido apenas a pessoa singular titular da exploração agrícola” e, visando a simplificação, “o título passa a ser renovado de três em três anos, ao invés de anualmente (...)”.

10 Com provável reforço negativo da projeção para 2019 do calculado para 1999-2009 por Rolo & Cordovil (2018:69): “no quadro do trabalho familiar acentuou-se a retração das contribuições dos cônjuges e de outros membros dos agregados domésticos e o reforço da dependência do trabalho dos produtores. Verificou-se, pois, o crescendo das explorações familiares “individuais”, cujo funcionamento assenta sobretudo no desempenho do produtor, em conformidade, aliás, com o percurso de outras agriculturas europeias (...)”.

6. Resultados do trabalho de campo: uma caracterização geral das explorações e dos seus produtores e produtoras

6.1. Produtores/as e agregado doméstico: um retrato geral dos casos observados

Tal como apontado anteriormente, o recurso a entrevistas para a obtenção de elementos de conhecimento mais aprofundado sobre a realidade da Agricultura Familiar (AF) em Portugal continental, a partir de locais distintos, mas onde a AF é reconhecida como relevante, não nos permite a amostragem probabilística. De facto, a ausência de representatividade traduz-se desde logo em consideráveis diferenças entre a estrutura dos 127 produtores e produtoras entrevistados segundo o sexo e a idade (Quadro III) e a estrutura correspondente para a AF, quanto a escalões etários, nos municípios de enquadramento das explorações estudadas (Fig. 10).

As maiores diferenças, recorrendo aos nossos elementos e a dados do INE, indicam então que o conjunto de pessoas entrevistadas: 1) mostra um forte enviesamento que privilegia a dimensão masculina em relação aos municípios de enquadramento (as mulheres com cerca de 13 p.p. a menos para as recolhas do Alentejo, quase 18 p.p. a menos para

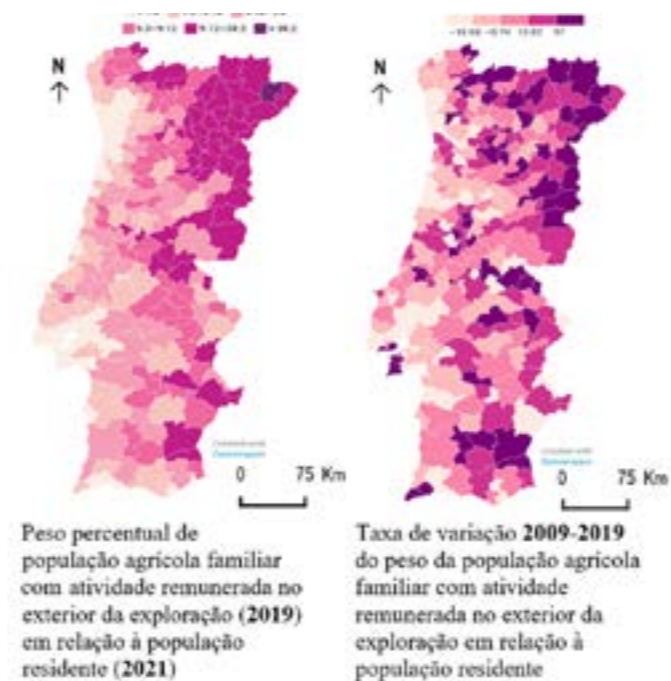


Figura 15- Pesos concelhios da população agrícola familiar com atividade remunerada no exterior da exploração em relação à população residente (2009 e 2019), e variações 2009-2019 (dados do INE).

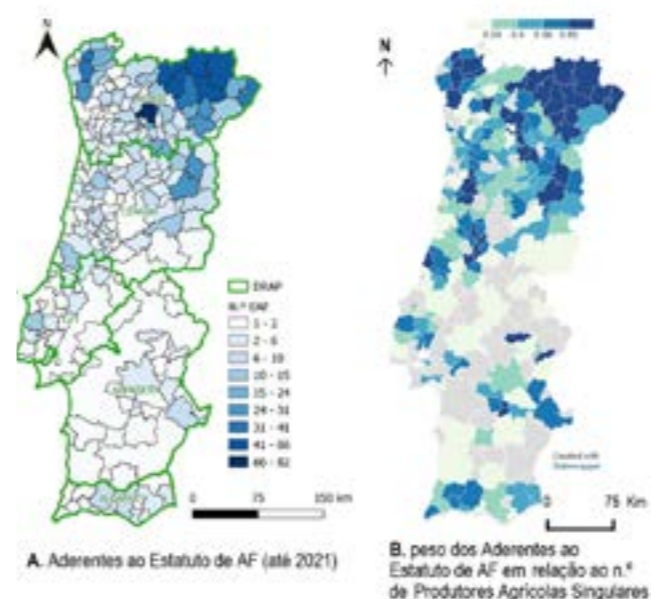


Figura 16- Adesões ao Estatuto de Agricultura Familiar até 2021 [A] e o seu peso em relação ao número de Produtores Agrícolas Singulares por município em 2019 [B] (dados do Ministério da Agricultura, 2021).

as de Dão-Lafões e perto de 6 p.p. a menos para as de Entre Douro e Minho / EDM); 2) revela um forte enviesamento que encolhe a dimensão mais jovem (15-34 anos) em relação aos municípios de pertença (menos 12,5 p.p. para as recolhas de Dão-Lafões, à custa de igual valor a carregar o escalão de ≥ 55 anos; menos cerca de 13 p.p. para o Alentejo; menos 14,6 p.p. e para EDM, sobrecarregando aqui em 26 p.p. o escalão das pessoas de 35-54 anos e reduzindo em -11,5 p.p. os mais velhos).

Não obstante, é inegável que a estrutura etária dos produtores e produtoras entrevistados representa o conhecido envelhecimento no seio da AF, mais pronunciado no Centro / Dão-Lafões e no Alentejo do que no Norte / EDM (Fig. 17).

Na maior parte dos casos, as explorações agrícolas dos/das entrevistados/as integram mais pessoas, constituindo agregados domésticos de 2 ou 3 pessoas – salientando-se o Alentejo e Dão-Lafões – ou entre 4 e 6 indivíduos, casos com maior expressão no Norte / EDM (Fig. 18). Os casos de apenas uma pessoa – mais em EDM e Dão-Lafões – refere-se em 75% a indivíduos com pelo menos 60 anos e usando pouco mais de 1,5 ha de SAU, em média (contra cerca de 4,5 ha de SAU das explorações com duas ou mais pessoas, nas quais a idade mediana dos/das produtores/as é de 56 anos).

Todas as pessoas entrevistadas têm pelo menos o grau de instrução básico, ao contrário dos padrões das regiões e dos municípios de enquadramento, em que pouco menos de 10% dos produtores e produtoras do Alentejo e da Beira Litoral e cerca de 15% de EDM não tinham em 2019 qualquer instrução formal. Os nossos elementos dos indivíduos entrevistados mostram

também uma proporção apreciável de detentores de um grau de ensino superior quanto às observações de EDM e do Alentejo, muito acima dos padrões de referência sub-regional (mais 29,6 p.p. e mais 10,4 p.p., respetivamente), e mesmo os valores observados de Dão-Lafões (cerca de 12%) são quase o dobro dos do respetivo território de referência (Fig. 19). Considerando todos os entrevistados, estes mais instruídos têm uma média de idades de 48 anos, contra 57 anos dos outros. Esta considerável importância relativa das pessoas instruídas no domínio dos/das responsáveis pela produção encontra paralelo entre os outros membros do agregado doméstico. Embora cerca de 60% das ‘esposas’ e dos ‘maridos’ tenham apenas o ensino básico (em contraste com os filhos que já estudaram, em que este grau não significa mais de 18%), ainda é significativo o peso dos mais instruídos (Quadro IV). Além disso, estes números escondem muitos casos de formação específica / profissional, que viabilizam competências funcionais, mais ou menos adequadas, entre pessoas com ensino básico dedicadas a atividades da exploração. A maior parte das pessoas entrevistadas são proprietárias dos terrenos das suas explorações no Centro (90%) e no Alentejo (78%), mas não no Norte / EDM (49%). O Alentejo regista algum peso relevante de comodatários (um pouco mais de 17%), o Centro regista também alguns superficiários (8%), mas salientam-se mais os casos dos arrendatários no Norte (18%), havendo também representação de outros tipos de titularidade das explorações agrícolas (Quadro V). Estes arrendatários são pessoas com uma média de idades de 47 anos e que iniciaram a sua exploração há 28 anos (cerca de 1992/1993), em termos médios.

Sexo e Idades Região	Sexo	Totais	15-34	35-54	≥ 55	Máximo	Mínimo	Média
Alentejo	M	23	2	6	15	85	32	58
	F	3	0	3	0	48	44	46
Centro / Dão-Lafões	M	29	1	8	20	87	26	55
	F	13	1	3	9	75	30	57
Norte (EDM)	M	43	3	22	18	87	26	51
	F	16	1	10	5	66	33	50

Quadro III - Número de produtores/as entrevistados/as segundo o sexo e a idade.

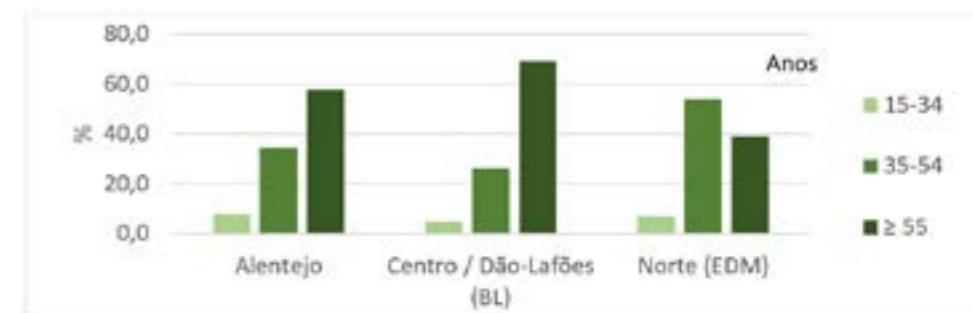


Figura 17- Estrutura etária dos produtores e produtoras entrevistados (%).

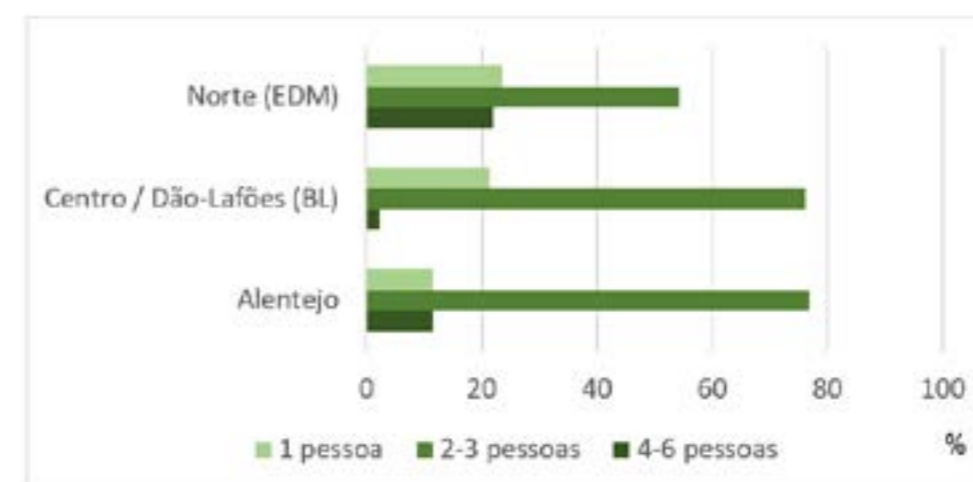


Figura 18- Percentagem de explorações agrícolas segundo o número de elementos do agregado doméstico das pessoas entrevistadas (incluindo estas).

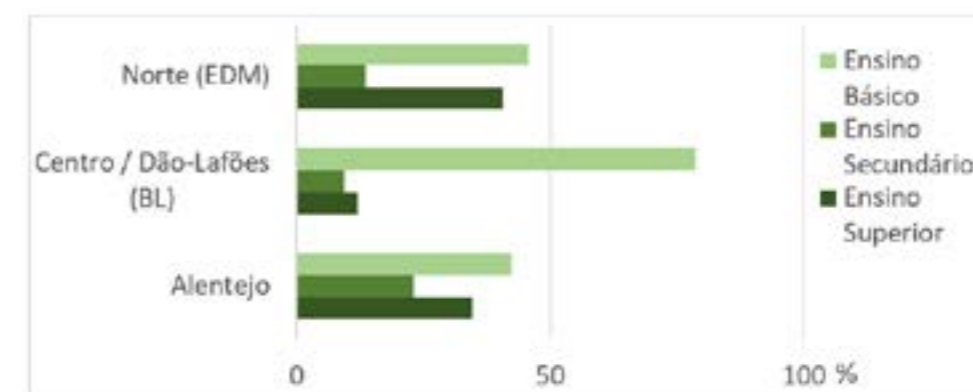


Figura 19- Grau de instrução dos/as produtores/as entrevistados.

Membros do agregado doméstico	A estudar ou menor		Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Superior		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Esposa	0	0,0	35	60,3	12	20,7	11	19,0	58
Marido	0	0,0	13	59,1	1	4,5	8	36,4	22
Filha ou Filho	29	46,8	11	17,7	9	14,5	13	21,0	62
Ascendentes (mãe, pai, tio...)	0	0,0	12	80,0	0	0,0	0	0,0	15
Outros familiares (irmã /irmão, genro, sobrinho, neto, etc.)	1	14,3	3	42,9	3	42,9	0	0,0	7
Não Familiar (ex.: empregado/a)	0	0,0	2	100,0	0	0,0	0	0,0	2

Quadro IV - Graus de instrução dos membros do agregado doméstico das pessoas entrevistadas.

Região	A	A+C	C	NR	P	P+A	S	NS/NR
Alentejo	4,3	0,0	17,4	0,0	78,3	0,0	0,0	
Centro / Dão-Lafões	0,0	0,0	0,0	2,6	89,7	0,0	7,7	
Norte (EDM)	17,9	2,6	5,1	0,0	48,7	2,6	2,6	20,5

P= proprietário; S= superficiário; A= arrendatário; C= comodatário

Quadro V - Titularidade da exploração agrícola do/da produtor/a.

6.2. Uma socioeconomia com referência ao meio

A dimensão física das explorações de AF abrangidas pelo nosso reconhecimento de campo representa um domínio da área total entre 2 e 7 ha, seguindo-se o escalão dos 7-19 ha, com exceção dos casos do Alentejo (Fig. 20). Para ajudar a entender o domínio encontrado das unidades com menos de 2 ha no Alentejo temos de notar que incluem um certo peso de apicultores (alguns, não sendo proprietários nem arrendatários, tendo ou não terreno, pedem autorização a outros para acolher apiários, por um ano ou mais, dando mel em troca), além de pequenos detentores de horta e oliveiras (principalmente) que fazem essencialmente autoconsumo.

Em termos médios, que naturalmente esconde consideráveis dispersões de valores, a relação entre estas dimensões de superfície total e as da SAU aproximam-se no caso do Alentejo (relação 20 ha / 19 ha), mas não tanto quanto a Dão-Lafões (relação 6 ha / 3 ha) e a EDM (relação 9 ha / 6 ha). Mesmo que considerássemos apenas a SAU, a abrangência de condições de maior ou menor intensificação (ou extensificação) envolve tais variações e complexidades, em função de opções técnico-económicas e recursos envolvidos, que não cabe neste estudo mais do que salientar uns aspetos, adiante, a propósito das condições das explorações e da socioeconomia da AF em foco.

A expressão relativa da Horta Familiar (HF), em percentagem da SAU, coloca em contraste os casos de estudo do Alentejo e os outros (Fig. 21), mas não deixa de traduzir também realidades compósitas. Por exemplo,

cerca de 58% sem indicação de existência de HF, no Alentejo, traduz tanto situações de orientação total para o mercado, com pequenas ou médias explorações, de quem conta com rendimentos externos à exploração (incluindo pensões de reforma), como casos de algum autoconsumo que não provém da HF (componentes não vendidas das diferentes produções). Os maiores pesos de HF, nas diferentes regiões, correspondem a pequenas / muito pequenas explorações e/ou casos de parcelamento que propiciam essa realidade, independentemente de maior ou menor orientação para o mercado.

Mais do que dimensões físicas de exploração e de opções com maior ou menor vantagem face ao(s) mercado(s), o rendimento das famílias depende, na maior parte dos casos, de recursos externos à exploração. Observámos esta realidade com a base censitária e podemos encontrar no nosso estudo indicadores indiretos da mesma, sendo o caso a parte do orçamento das famílias que provém do rendimento anual da exploração (Fig. 22). Mesmo não tendo obtido elementos para avaliar a dimensão económica das explorações, de modo compatível com os indicadores mais comuns (como os do INE), temos também por esta via da origem externa do orçamento das famílias uma imagem do plurirrendimento como ajustamento a situações de relativa desvantagem económica.

Vemos assim (Fig. 22) que dominam as explorações em que 20% ou menos do orçamento da família provém do rendimento anual da exploração, relevando-se

claramente os casos do Alentejo (cerca de 73%), seguidos de longe pelos de Dão-Lafões (menos 21 p.p.) e EDM (menos 31 p.p.). EDM mostra uma distribuição mais equilibrada das explorações segundo os escalões que traduzem graus de satisfação das necessidades económicas com base nos recursos da atividade agrícola própria (há casos em todos os escalões).

Não obstante a variabilidade de situações que enquadram o balanço entre a sustentação com base na exploração e os recursos de origem externa obtidos pelos membros das famílias, verifica-se que são precisamente os casos do Alentejo que correspondem ao maior número médio de pessoas que beneficiam da exploração na forma de autoconsumo (pode incluir pessoas de fora), seguindo-se Dão-Lafões. Esta é uma dimensão encoberta da economia rural que merecerá uma atenção / investigação específica, noutro âmbito (Fig. 23).

Atribuimos estas dissemelhanças entre territórios a uma combinação de fatores, entre os quais a natureza diferenciada das produções e as distintas necessidades dos familiares e amigos, no Noroeste, no Centro e no Sul alentejano. Temos como hipótese, a suscitar uma pesquisa noutro contexto, a seguinte explicação: onde são mais numerosas as explorações, associável a territórios com maior peso de minifúndios, muitas vezes com policultura, é maior a probabilidade de familiares e amigos terem os seus próprios meios e não necessitarem de apoio com excedentes de autoconsumo familiar próximo.

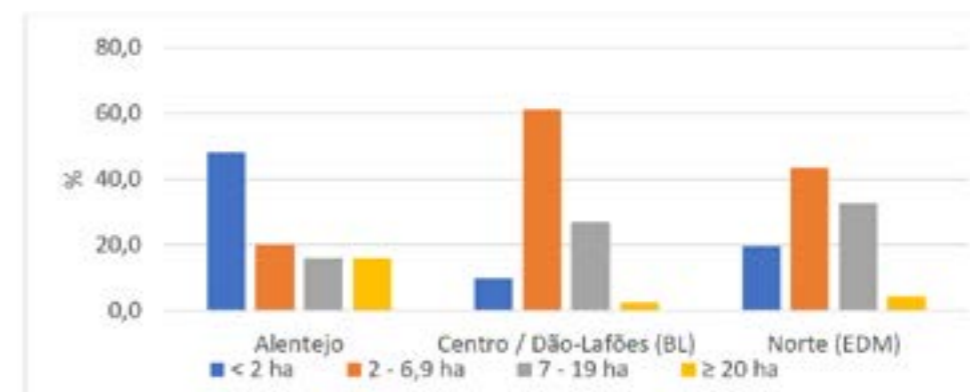


Figura 20- Superfície total das explorações cujos produtores foram entrevistados (ha).

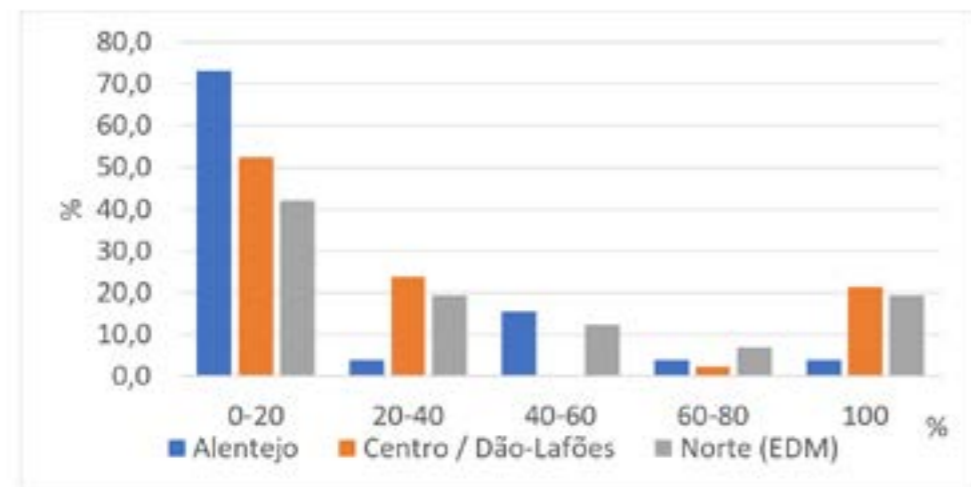


Figura 21- Peso das explorações (%) segundo a parte do orçamento da família que provém do rendimento anual da exploração.

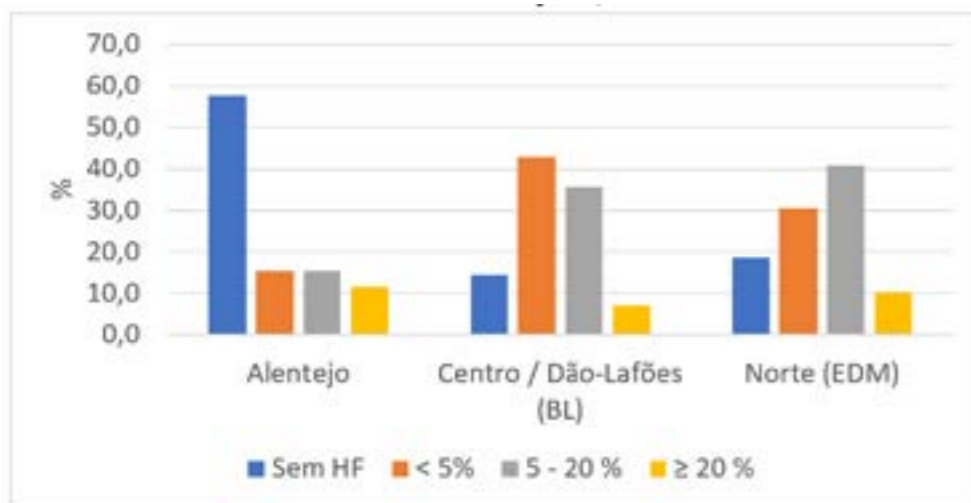


Figura 22- Peso da Horta Familiar na superfície total das explorações cujos produtores foram entrevistados (%).

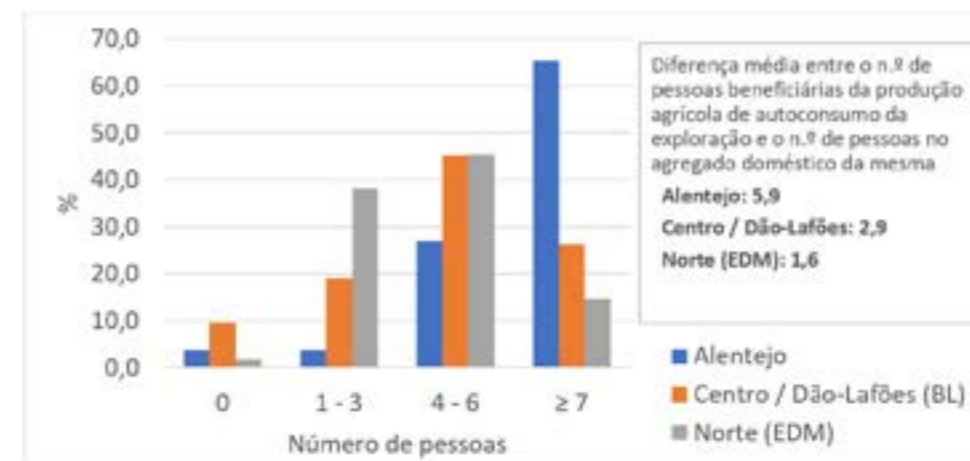


Figura 23- Peso das pessoas que beneficiam, em autoconsumo, da produção agrícola da exploração (%).

As produções dominantes, mencionadas pelas pessoas entrevistadas, apresentam distinções que encontram paralelo com os resultados mais gerais do último recenseamento (Fig. 24):

- A importância cimeira da vitivinicultura em EDM (tal como no Norte em geral), seguida do milho de forragem / silagem (mas também em grão) e outras forrageiras, que se associa à bovinicultura de leite, além dos hortícolas e frutos, entre produções tradicionais e apostas mais modernas.
- A produção de animais em Dão-Lafões – essencialmente animais de capoeira / avicultura intensiva, ligada à produção de ovos, tendo também importância os suínos e bovinos –, assim como vinha, forragens e frutos, com diferentes níveis de tradição e inovação (destaque para a aposta nos mirtilos, entre os frutos de baga).
- No Alentejo, o maior peso do olival e dos ovinos (para leite e carne), bovinos e suínos para carne, mas tendo também grande importância a vinha e diversas opções hortofrutícolas, de relativa valorização no mercado.



Figura 24- Importância relativa das diferentes culturas nas explorações estudadas.

Fazendo uma relação entre certas produções e tipos de agricultores, encontramos algumas diferenças significativas. Os maiores quantitativos absolutos correspondem a produtores/as de hortícolas, animais, cereais (incluindo forragens) e vinha, associando-se em maioria a pessoas menos jovens e com menor grau de instrução. Juntam-se a estes os/as produtores/as tradicionais com olival, floresta, pastagens e policultura diversa. Em contraste, salientamos domínios produtivos em que, em média, encontramos maior peso de pessoas com menos de 55 anos e níveis de instrução acima do ensino básico: culturas mais intensivas em estufa, certos pomares, frutos vermelhos e de baga, apicultura e plantas aromáticas e medicinais. A transformação artesanal combina situações dos dois tipos (Quadro VI). Mesmo sem explorar em pormenor o balanço entre a relativa orientação para autoconsumo e para o mercado, podemos dizer que entre os casos estudados de EDM e do Alentejo encontramos indícios de maior

ligação ao mercado do que entre os casos de Dão-Lafões (Fig. 25), o que traduz um maior peso da componente tradicional e de apostas de diversificação entre os/as produtores/as entrevistados/as nesta última sub-região, recordando que estas são também as pessoas que, em média, têm idades mais avançadas e maior expressão do nível de ensino básico.

Foi também para Dão-Lafões que encontramos o maior peso da total dedicação dos/das produtores/as às atividades agropecuárias, embora também no Alentejo se verifiquem níveis relativamente importantes de dedicação. Consta-se, portanto, que foram as pessoas entrevistadas de EDM as que revelaram os menores graus de entrega às atividades da exploração (Fig. 26). Decompondo os graus de dedicação segundo a idade e o sexo (produtores e produtoras), verificamos que as pessoas que empregam maior tempo na exploração são em menor número e apresentam tendencialmente uma idade superior (Fig. 27).

	A	B	C	D	E	B (% ≤ 55 anos)	C (% > 55 anos)	D (% Ens.Sec.& Sup.)	E (% Ens.Básico)
Olival	23	5	18	5	18	21,7	78,3	21,7	78,3
Vinha	50	21	29	20	30	42,0	58,0	40,0	60,0
Pomar	25	13	12	14	11	52,0	48,0	56,0	44,0
Frutos verm. e de baga	11	10	1	9	2	90,9	9,1	81,8	18,2
Horta / hortícolas	84	38	46	35	49	45,2	54,8	41,7	58,3
PAM	3	3	0	2	1	100,0	0,0	66,7	33,3
Estufa(s) e cogumelos	26	17	9	15	11	65,4	34,6	57,7	42,3
Cereais (incl. forragens)	53	18	35	11	42	34,0	66,0	20,8	79,2
Pastagens	11	2	9	3	8	18,2	81,8	27,3	72,7
Animais	61	18	43	11	50	29,5	70,5	18,0	82,0
Apicultura	7	5	2	4	3	71,4	28,6	57,1	42,9
Floresta	16	4	12	4	12	25,0	75,0	25,0	75,0
Transform. Artesanal	11	3	8	6	5	27,3	72,7	54,5	45,5
Variado	11	2	9	0	11	18,2	81,8	0,0	100,0

A. N.º total de respostas dos produtores/as entrevistados/as; B. Pessoas até 55 anos; C. Pessoas com mais de 55 anos; D. Pessoas com Ensino Secundário e Superior; E. Pessoas com Ensino Básico

Quadro VI- Produções das pessoas entrevistadas segundo as idades e níveis de instrução.

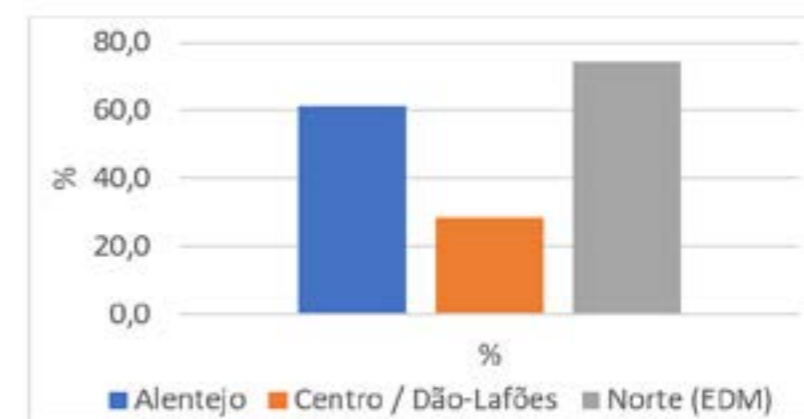


Figura 25- Peso das explorações em que pelo menos uma das produções se destina em ≥ 90% à venda.

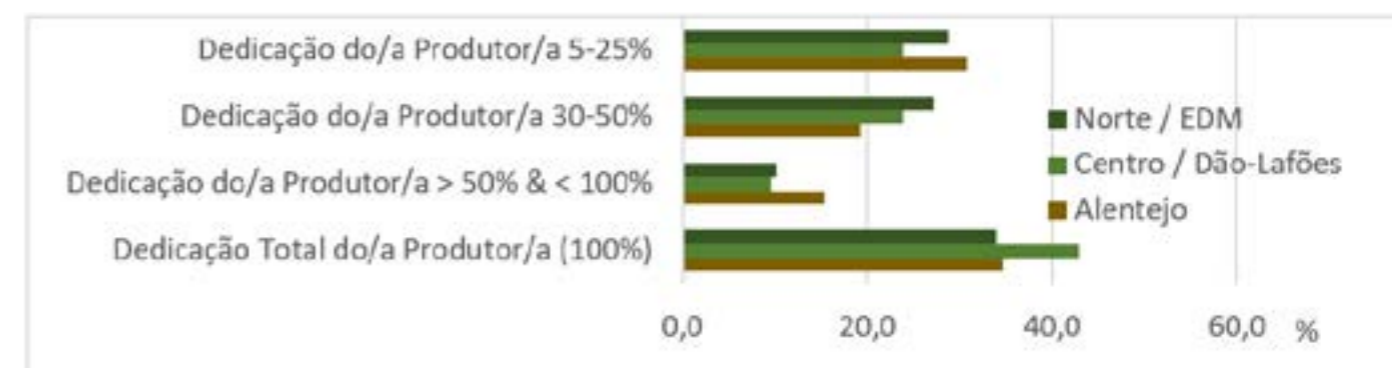


Figura 26- Grau de dedicação dos/as produtores/as às atividades agropecuárias nas três áreas de estudo (%).

Em relação às pessoas entrevistadas (produtores/as) que não dedicam todo o seu tempo à exploração, elas revelam outras atividades / ocupações (Figuras 28, A e B). No Alentejo e EDM encontramos alguns casos de atividades noutras explorações agrícolas (Setor I), sendo geralmente de gestão de explorações vizinhas, enquanto atividades no setor transformador (Setor II) só foram registadas em EDM e Dão-Lafões. O que ressalta, em todos os casos, é, todavia, o peso dominante de trabalho remunerado no setor terciário (Setor III). Como este é muito abrangente, dividimo-lo em Serviços de Distribuição (comércio de retalho e por grosso, transportes e comunicações), Serviços de Apoio à Produção (sector financeiro,

banca e seguros, imobiliário e serviços às empresas), Serviços Sociais (i.e., à sociedade: saúde, educação, ação social e administração pública) e Serviços Pessoais (serviços domésticos, culturais, de lazer e recreio, restauração e hotelaria, outros...). Ao forte peso geral do 'setor dos serviços', lembrando o domínio do mesmo na atividade económica em geral, juntamos ainda as atividades não remuneradas em economia social e solidária (em todas as áreas do nosso estudo, embora com posição de destaque em Dão-Lafões) e os reformados (sobretudo no Alentejo) e estudantes, que muitas vezes dão um contributo – variável e difícil de avaliar – em resposta a certas necessidades da exploração familiar (Fig. 28-B).

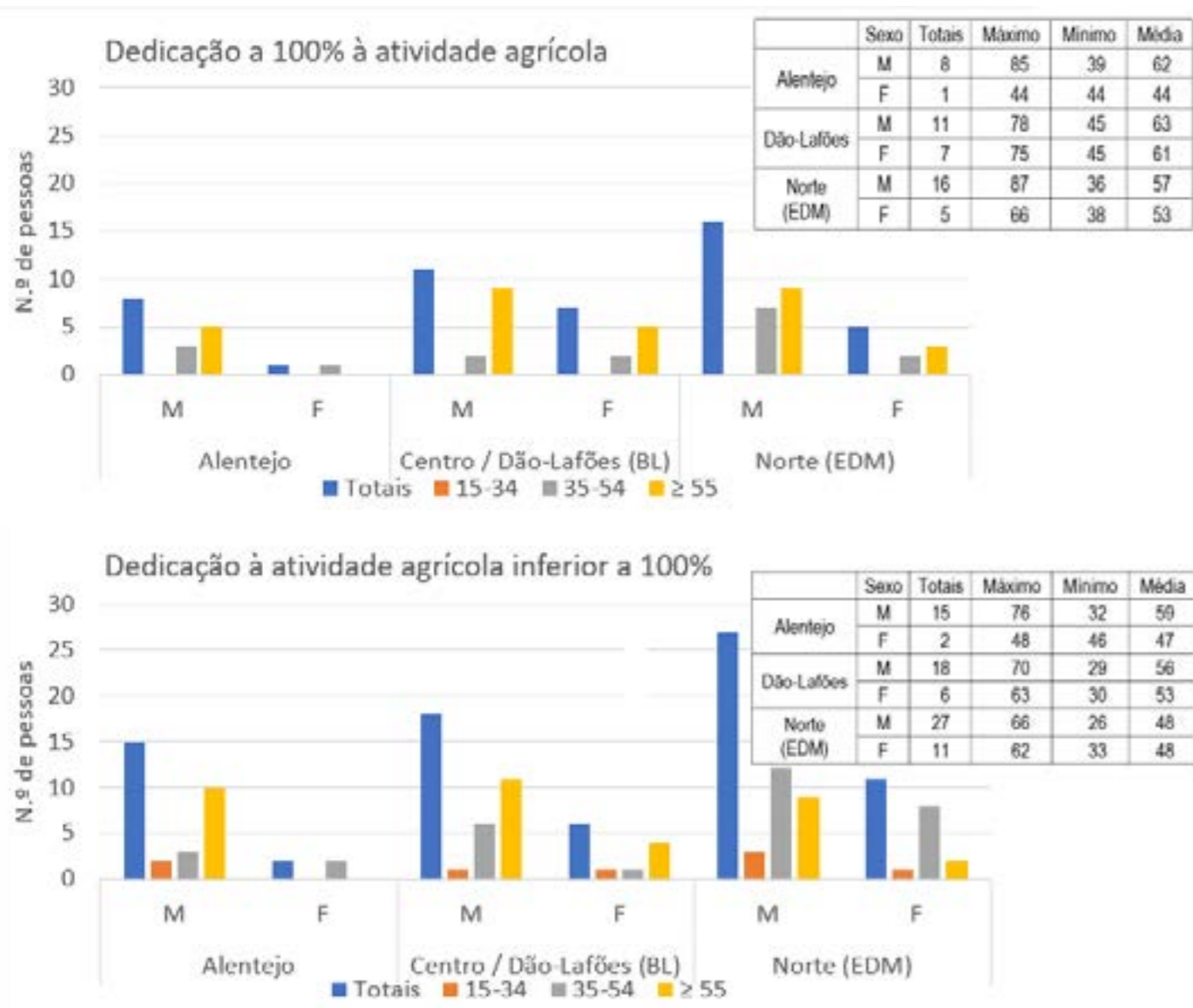
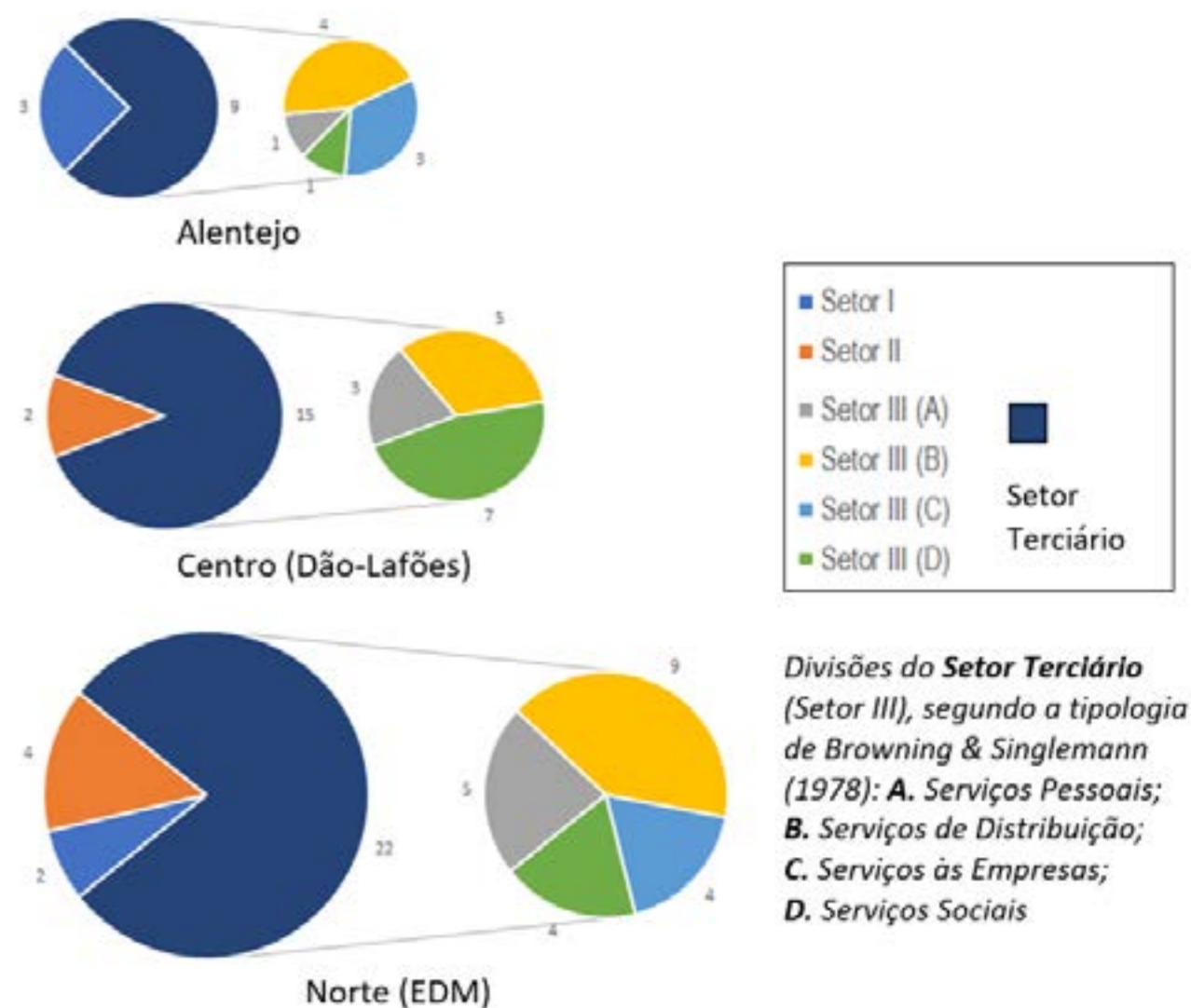


Figura 27- Produtores/as com dedicação à atividade agrícola a 100% (em cima) e inferior a 100% (em baixo) – Idades e Sexo.

A. Atividades Remuneradas do/da Produtor/a (outras)



B. Atividades não remuneradas (outras): de Economia Social e Solidária (ESS), Estudantes e Reformados sem ocupação especificada

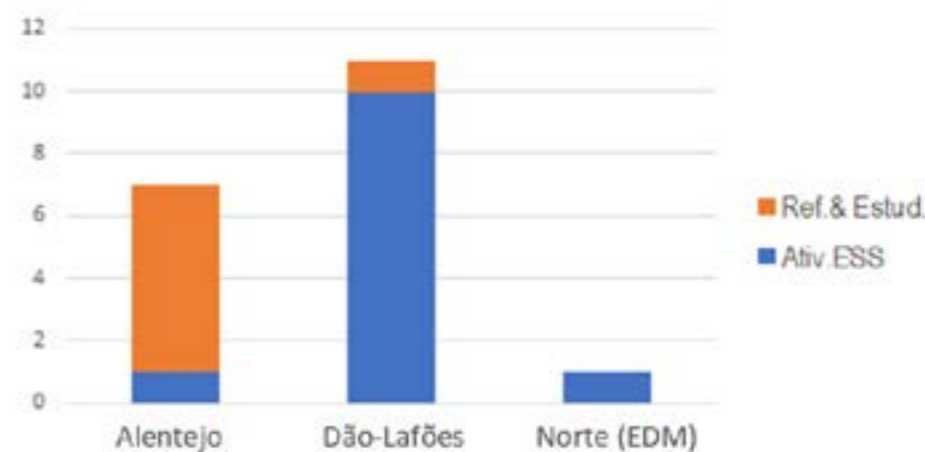


Figura 28- A & B: Outras atividades ou ocupações do/da Produtor/a (dedicação à atividade agrícola inferior a 100%).

Em complemento, as atividades dos outros membros do agregado doméstico evidenciam uma significativa dedicação ao setor primário, essencialmente na própria exploração, embora isso conte sobretudo com menos de 50% do tempo. Outras atividades, dos setores secundário e terciário, têm particular importância em EDM e em Dão-Lafões (Fig. 29).

Das atividades realizadas na exploração, a grande maioria é realizada em modo de produção convencional, mas mais de 40% dos produtores e produtoras de EDM declararam usar os modos de produção integrado (24%) e biológico (17,4%), em contraste com apenas cerca de 17% no Alentejo e de 12% em Dão-Lafões (Fig. 30).

Não obstante estes tipos gerais, grande parte das pessoas entrevistadas, mesmo tendo declarado ter explorações com agriculturas de tipo convencional, dizem depois aplicar nas mesmas um modo de produção agrícola biológico (MPB) ou integrado (MPI), a propósito de questões sobre cuidados e preocupações com o ambiente. Trata-se de um aparente paradoxo que se desfaz quando apuramos que mais de 78% dessas referências ao “não convencional” correspondem a formas sem certificação.

Todos os/as produtores/as efetuam rega, de algum modo, recorrendo para tal a furos ou a poços, sobretudo no Alentejo, mas também a água de minas e poços, como acontece mais em EDM, a nascentes (referências de Dão-Lafões) ou cursos de água. Outras formas minoritárias são mais específicas, como o perímetro de rega de barragem (Alentejo) e a água da rede (apenas alguns casos de EDM). Outras situações são formas combinadas destes recursos (Fig. 31).

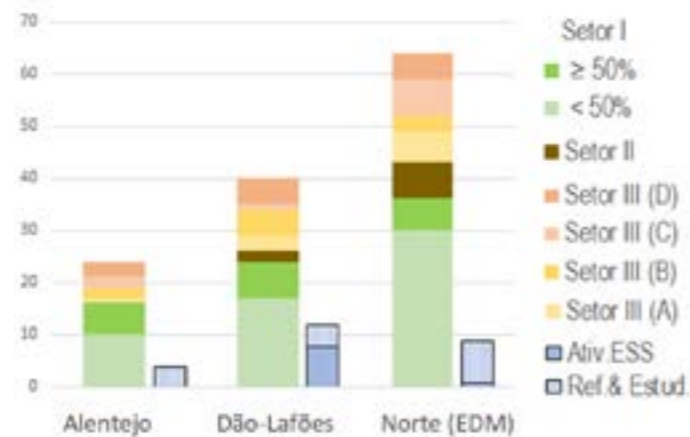


Figura 29- Atividades ou ocupações dos membros do agregado doméstico do/da Produtor/a (excluindo este/a).

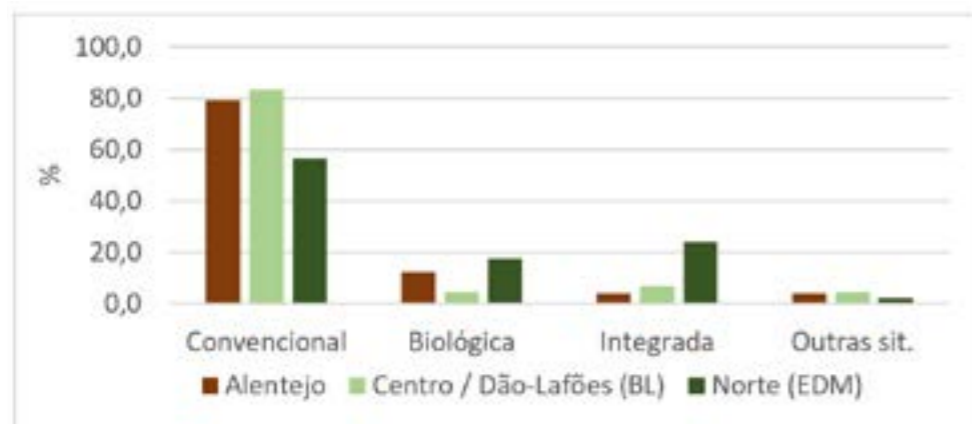


Figura 30- Modo de produção das explorações agrícolas.

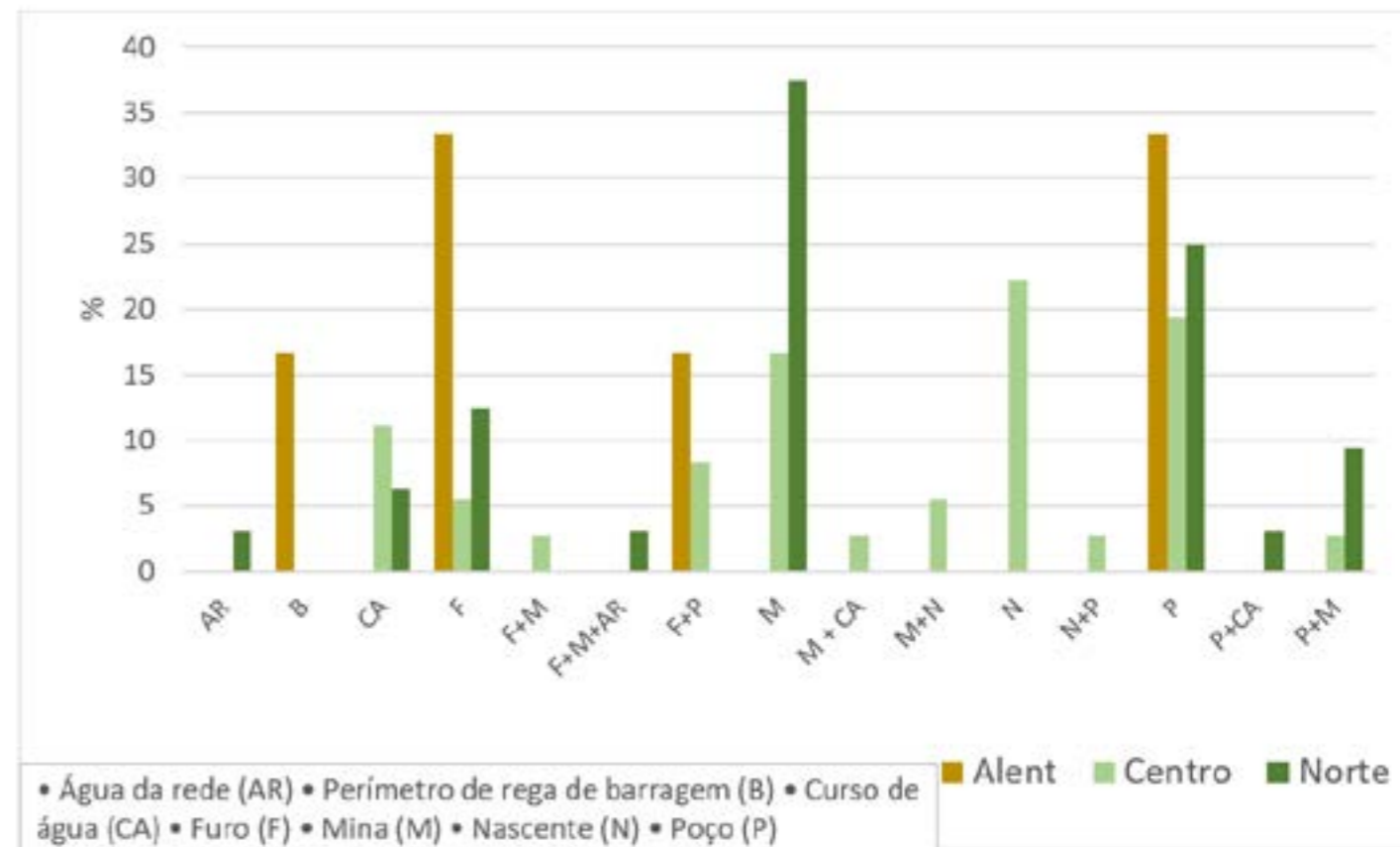


Figura 31- Fonte(s) da água utilizada para regar (%).

Para além das diferentes fontes da água para a rega, envolvendo maiores ou menores custos de acesso, outros recursos da exploração envolvem também despesas que variam em função das produções (tipo e volume), das condições técnicas para o efeito, do tipo e proveniência das máquinas e equipamentos (por compra, herança, empréstimo, aluguer, etc.) e de outros fatores de produção agropecuária. Nos casos das três áreas de estudo, a grande maioria destes recursos são obtidos por compra na sua totalidade: cerca de 70% no Alentejo e Dão-Lafões e 89% em EDM. No entanto, segundo categorias existem consideráveis diferenças em cada caso (Quadros VII - A e B).

Não estudámos o maior ou menor recurso a mão de obra não familiar (contratada diretamente pelo produtor), mas sabemos que é próprio das explorações em que o tipo de relativa intensificação a isso obriga. Tendo aumentado em todo o país

entre 2009 e 2019 para a agricultura em geral, segundo dados do INE, também entre as formas de AF mais orientadas para o mercado tal terá sido uma realidade. Aliás, a dificuldade de contratação de mão de obra é uma de uma das razões de queixa de várias das pessoas entrevistadas. Também conforme o INE, a contratação de serviços registou importantes aumentos em todas as regiões do país, e entre os nossos casos de estudo foi sensível a verificação dessas situações. Um recurso associado à aquisição / obtenção de vários dos recursos da exploração é o dos serviços de apoio, matéria a que nos referimos adiante, a propósito das condições de apoio, de participação e opções de futuro.

A. Recursos da exploração empregues: comprados na totalidade

Região / Recursos		A	B	C	D	E	F	G
Alentejo	N.º	17	16	8	12	5	2	9
	%	65,4	61,5	30,8	46,2	19,2	7,7	34,6
Centro / Dão-Lafões	N.º	38	13	4	22	15	16	4
	%	90,5	31,0	9,5	52,4	35,7	38,1	9,5
Norte (EDM)	N.º	30	35	36	41	26	9	7
	%	50,8	59,3	61,0	69,5	44,1	15,3	11,9

A. Máquinas e equipamentos (excepto de rega); B. Equipamentos de rega; C. Fertilizantes / adubos; D. Fitofármacos; E. Sementes ou plantas; F. Rações; G. Medicamentos e suplementos alimentares

B. Recursos da exploração empregues: metade ou menos adquiridos por compra

Região / Recursos		A	B	C	D	E	F	G
Alentejo	N.º	3	0	9	0	10	7	2
	%	11,5	0,0	34,6	0,0	38,5	26,9	7,7
Centro / Dão-Lafões	N.º	1	12	15	0	16	3	0
	%	2,4	28,6	35,7	0,0	38,1	7,1	0,0
Norte (EDM)	N.º	4	2	5	1	6	5	0
	%	6,8	3,4	8,5	1,7	10,2	8,5	0,0

A. Máquinas e equipamentos (excepto de rega); B. Equipamentos de rega; C. Fertilizantes / adubos; D. Fitofármacos; E. Sementes ou plantas; F. Rações; G. Medicamentos e suplementos alimentares

Quadro VII - A & B: Recursos da exploração: condições de aquisição / obtenção.

6.3. Perceções, atitudes e práticas face a condições ambientais e às alterações climáticas

A grande maioria das pessoas entrevistadas reconhece a existência das chamadas ‘alterações climáticas’, com maior expressão em Dão-Lafões e, seguindo-se a alguma distância, em EDM (Fig. 32). Vimos que este reconhecimento é muito semelhante entre as pessoas mais novas e mais velhas (92%, face a 90%), mas surge ligeiramente mais expressivo entre as pessoas com maior grau de instrução (94%, face a 89% das pessoas que não têm mais que o ensino básico). Outras pessoas, mesmo

tendo ouvido falar, dizem não ter notado ainda alterações significativas. O mesmo sucede quanto à sensação de consequências na respetiva exploração agrícola.

Entre os aspetos que terão sido reconhecidos como associados às alterações climáticas, salientam-se, em particular nas explorações em áreas mais afastadas do litoral (de Dão-Lafões e Alentejo), os fenómenos meteorológicos extremos e a ausência de estações intermédias. Mas o aumento de temperatura é mais expressivo em Dão-Lafões e em EDM (Norte), por vezes associado à alteração nas épocas de colheita e sementeira e até “na ovulação e cobrimento dos animais”. A menor quantidade de água – ou maior necessidade de rega – tem maior expressão no Alentejo e em EDM (Fig. 33).

Em termos de consequências na exploração agrícola – tradução nestado que se atribui às alterações climáticas

– salienta-se a destruição e diminuição da qualidade de culturas em Dão-Lafões, a maior necessidade de rega ou falta de água em EDM e a diminuição do potencial de produção no Alentejo (com queda de produtividade e mais baixa qualidade do produto). De modo secundário, foi referido o aparecimento de pragas por algumas pessoas entrevistadas do Norte e do Centro e, em dois casos do Alentejo, o recurso à compra de ração por falta de produção de alimento

para animais (Fig. 34). Podemos notar facilmente uma relação com um aumento de custos (complexos, não apenas económicos) envolvidos para quem produz. Uma maioria significativa das pessoas considerou que surgiram novas necessidades e alterações nas técnicas de cultivo decorrentes das alterações climáticas (Fig. 35). Entre estas pessoas, verificou-se um peso superior daquelas com mais anos na exploração e das com maiores níveis de instrução.

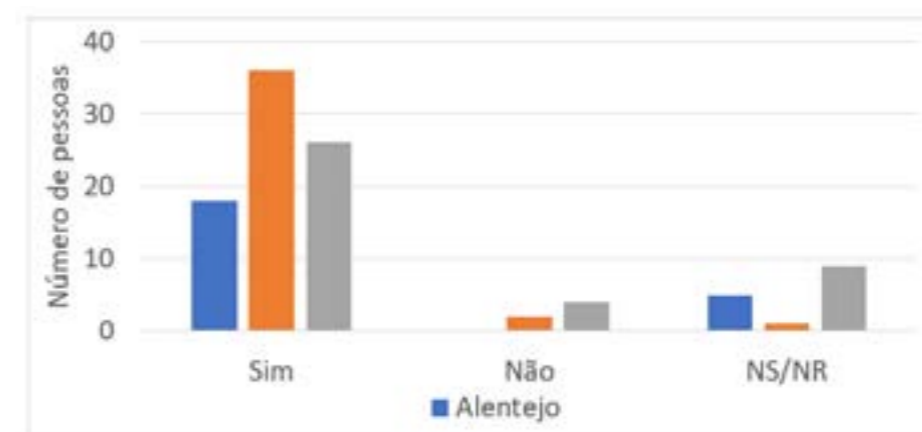


Figura 32- Reconhecimento da existência de alterações climáticas entre os/as produtores/as entrevistados.



Figura 33- Domínios da percepção das alterações climáticas entre os/as produtores/as entrevistados.



Figura 34- Tradução na exploração agrícola do que se atribui às alterações climáticas, segundo os/as produtores/as entrevistados.

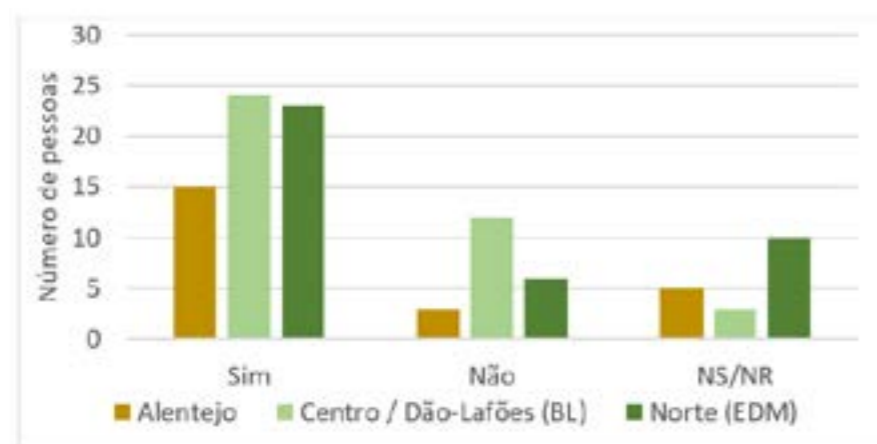


Figura 35- Consequências das alterações climáticas que levaram a um novo conjunto de necessidades e alterações nas técnicas de cultivo.

Os tipos de necessidades e alterações nas técnicas de cultivo decorrentes das alterações climáticas foram, de modo cimeiro, a maior / melhor regulação da rega ou o seu aumento, seguindo-se a alteração no calendário e tipologia de culturas – salientando-se os casos de Dão-Lafões e EDM – e, apenas sobressaindo o Alentejo, o uso de suplementos, para plantas ou para animais. Corolariamente, surge mais em EDM a aplicação de tratamentos e apenas em Dão-Lafões a redução da densidade de aves (Fig. 36). Os/as produtores/as que notaram alteração na

qualidade da água e do solo foram uma minoria, e além disso mencionaram essencialmente dois aspetos relevantes: má qualidade da água, tornando-se mesmo “imprópria para consumo” e solos mais secos e/ou empobrecidos (Fig. 37). São situações que traduzem condições algo específicas das explorações (localização, exposição das terras a agentes externos, formas e tipos de acesso à água, etc.). Outras menções (“falta de limpeza” ou “menor quantidade de água”) foram algo deslocadas em relação ao foco colocado.



Figura 36- Tipos de consequências das alterações climáticas, traduzidas num novo conjunto de necessidades e alterações nas técnicas de cultivo.

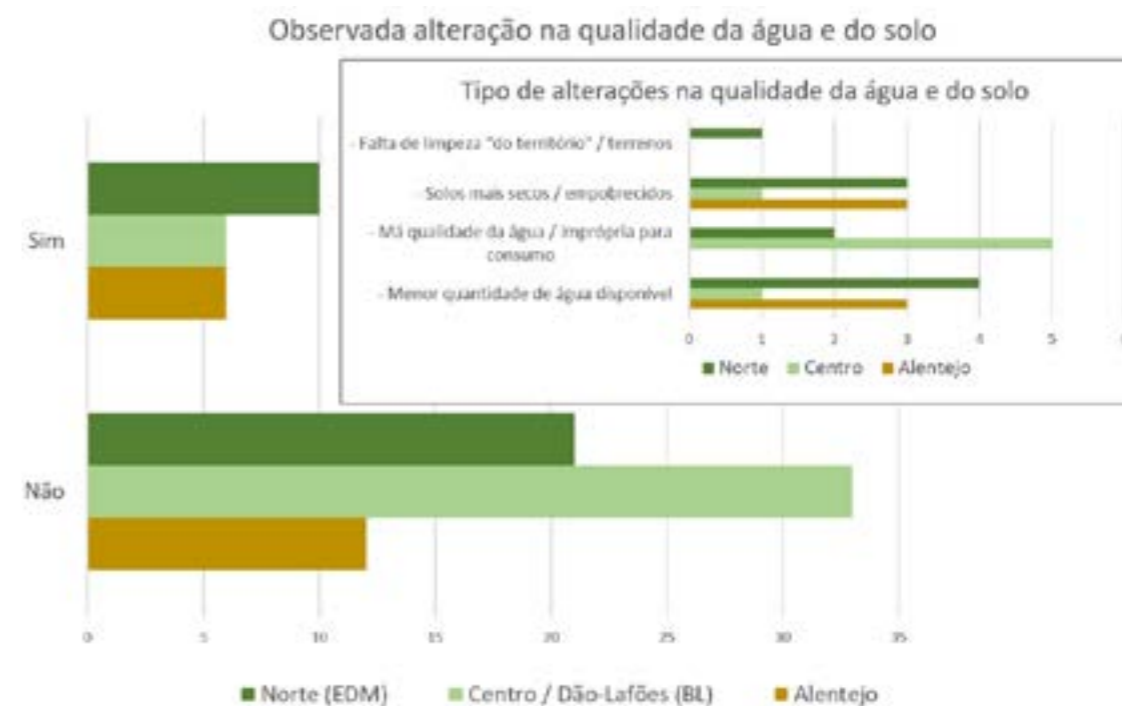


Figura 37- Produtores/as que notaram alteração na qualidade da água e do solo.

A maioria das pessoas disse preocupar-se com a conservação das propriedades da água e do solo. Os únicos casos de “não preocupação” teve muitas vezes que ver com o sentido de pequena dimensão da própria exploração (supondo limitado impacto por isso) e com a maior atenção à quantidade do que à qualidade. As medidas tomadas face à sentida preocupação com a conservação da água e do solo foram principalmente – em Dão-Lafões e, secundariamente, em EDM – o controlo ou diminuição da utilização de produtos fitofármacos

e adubos, seguindo-se o controlo e gestão do consumo de água nas regas (com técnica gota a gota, filtros, etc.). Ainda com alguma expressão de relevo, e para os três territórios de estudo, temos as técnicas de sustentabilidade da prática agrícola (casos da rotação de culturas, reutilização de matéria orgânica, etc.). Pouco mais do que algumas declarações de EDM referiram-se a análises à água e ao solo (Fig. 38).

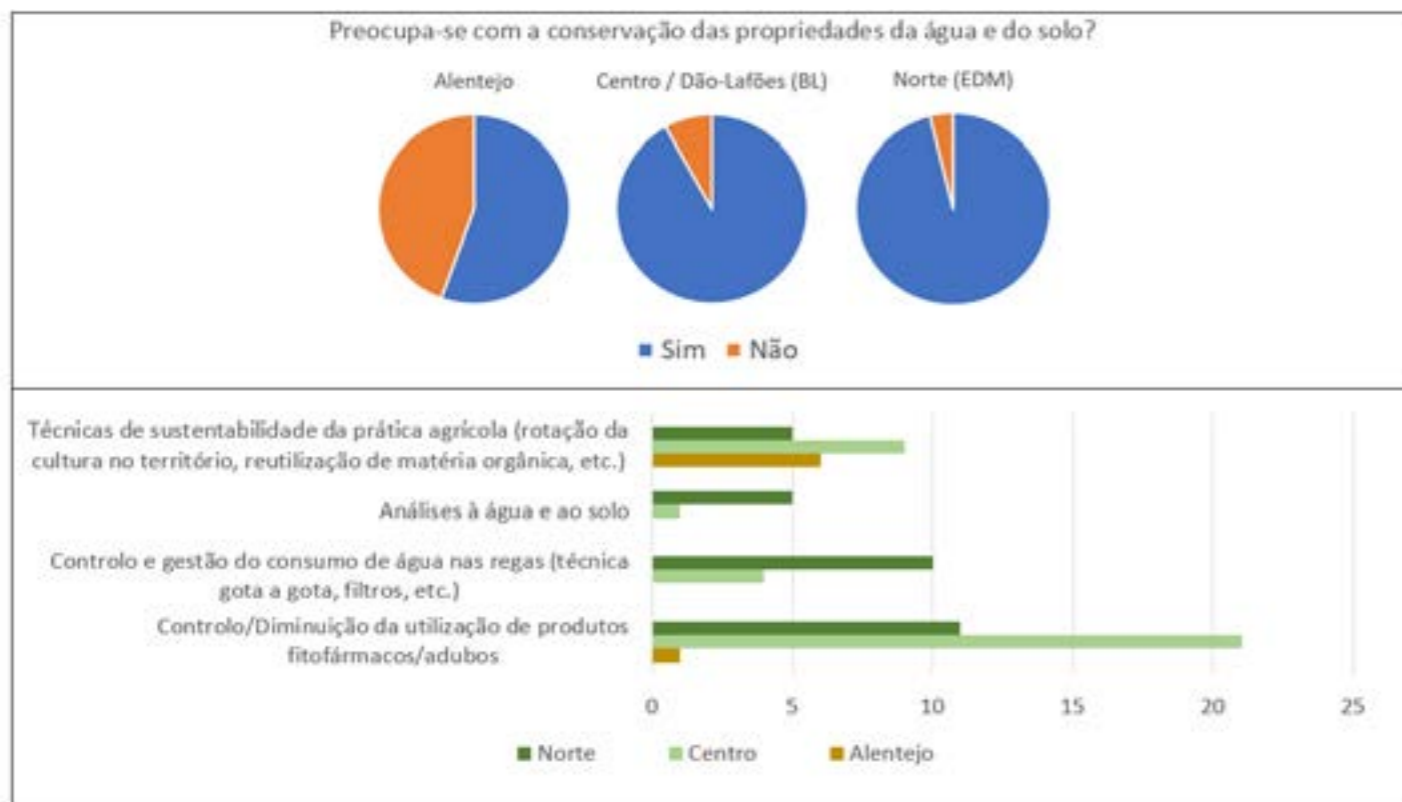


Figura 38- Nível de preocupação com a conservação das propriedades da água e do solo e, nos casos em que existe, medidas tomadas na exploração.

Com grande equilíbrio entre pessoas mais novas e mais velhas, e entre mais e menos instruídas, verificámos que uma maioria de respondentes disse temer implicações significativas das alterações climáticas, num futuro mais ou menos próximo. As menções aos aspetos que mais preocupam num futuro próximo foram a escassez de água e, com menor peso e apenas alguns territórios com menções reveladoras, o agravamento da instabilidade do clima, gerando fenómenos adversos – sendo corolário do também referido aumento significativo da temperatura e aparecimento de ondas de calor, secas e prejuízos na produção –, o aumento de pragas e quedas na produção e/ou qualidade dos produtos e consequentes prejuízos (Fig. 39 e 40). Face a estas preocupações, quase todas as pessoas, mesmo as que indicaram praticar uma agricultura dita convencional, consideraram que aplicam nas suas explorações práticas visando manter

um equilíbrio ecológico e a sustentabilidade dos territórios. As práticas mais referidas foram a não aplicação de herbicidas e/ou controlo do uso de fitofármacos, a reutilização de matéria orgânica, o controlo da água (consumo, análises químicas, etc.) e as técnicas de cultivo (podas, rotação da área de cultivo) e/ou equipamentos adequados. Não obstante, outros procedimentos adaptativos e defensivos, como alguns dos adotados contra pragas e doenças, com os meios técnicos mais comuns, levam-nos a relativizar certas boas práticas. Se a menção à aplicação de dispositivos para espantar animais (armadilhas, vedações, etc.), a alteração de calendários de cultivo e a vacinação do gado parecem não propiciar problemas de maior, já a frequente menção de “aplicação de tratamentos” pode levar a uma certa necessidade de mais esclarecimento. As motivações mais referidas para o que as pessoas sentem como boas práticas utilizadas foram as

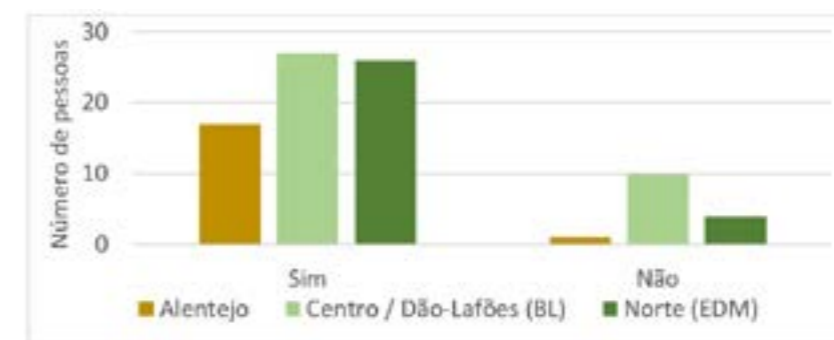


Figura 39- Teme que, num futuro mais ou menos próximo, as alterações climáticas venham a ter implicações significativas na sua exploração?



Figura 40- Receando implicações significativas das alterações climáticas na exploração, num futuro mais ou menos próximo, quais são os aspetos que mais preocupam?

preocupações com a segurança alimentar, a saúde e o ambiente e as vantagens na comercialização ou na obtenção de apoios / subsídios. Porém, várias outras pessoas entrevistadas admitiram não poder cumprir certas práticas “ideais” devido a custos elevados (menção mais frequente) ou não valer a pena fazê-lo devido à exploração de uma área de produção pequena e/ou destinada a autoconsumo e ainda à prevista desistência próxima da prática

agrícola. Outras referências significativas foram a “impossibilidade de rendimento sem recurso a produtos químicos” e a perceção de que “a valorização do produto biológico não é suficiente”. Retivemos ainda os obstáculos de “falta de tempo e de mão de obra” e “falta de apoios e informação”. Um contexto particularmente relevante para o teste de algumas boas práticas e da capacidade de resiliência face a desafios ambientais (sendo o desafio

central e de fundo o das alterações climáticas), foi a crise associada à pandemia Covid-19¹². Os anos de 2020 e 2021 foram particularmente marcantes para a saúde, economia e condições socioterritoriais, pelo que interessou saber que consequências teve a pandemia Covid-19 na exploração. Para cerca de 41% das pessoas entrevistadas foram sentidos efeitos (Fig. 41).

As consequências da pandemia Covid-19 nas explorações foram acima de tudo traduzidas pela diminuição da comercialização – mais para Dão-Lafões do que para os outros casos de estudo, tendo inclusivamente a corolária referência à “dificuldade de escoamento de gado” –, e por duas realidades aparentemente contraditórias: “diminuição” e “aumento” da procura, esta última exclusiva de casos do Alentejo e de EDM (Fig. 42).

A resposta da maioria dos/das agricultores/as às limitantes situações de incontornável redução da procura foram essencialmente a redução de produção, a colocação de “animais em stock”, e sempre com “aplicação de regras indicadas pela DGS”.

No caso de explorações do Alentejo, sujeitas a aplicação das entrevistas em períodos mais tardios, foram referidas algumas oportunidades abertas pela pandemia, em especial com a venda direta, com produtos vendidos por encomenda e/ou entregas ao domicílio; registam-se referências como: “nas hortícolas houve um aumento de procura e venda”, e mais ainda “no mel”, e até “mais pessoas a querer comprar diretamente na quinta”, compensando a diminuição das vendas para restaurantes e certos mercados; também para pequenas produções de ovinos e bovinos houve casos de melhoria das vendas. Também em EDM registaram-se alguns casos (igualmente minoritários) de explorações cujos responsáveis referiram a vantagem de “trabalhar

com bens de primeira necessidade” (sujeitos a maior procura) e o recurso compensador – induzido pelas circunstâncias – da “venda direta ao domicílio do consumidor final”.

Deste modo, face à questão sobre o eventual sucesso das medidas tomadas no sentido da adaptação às novas circunstâncias, a maioria dos/as respondentes foi afirmativa, com uma certa exceção de Dão-Lafões, em que as únicas medidas bem-sucedidas foram de mitigação dos problemas sentidos, não propriamente da sua superação (Fig. 43).

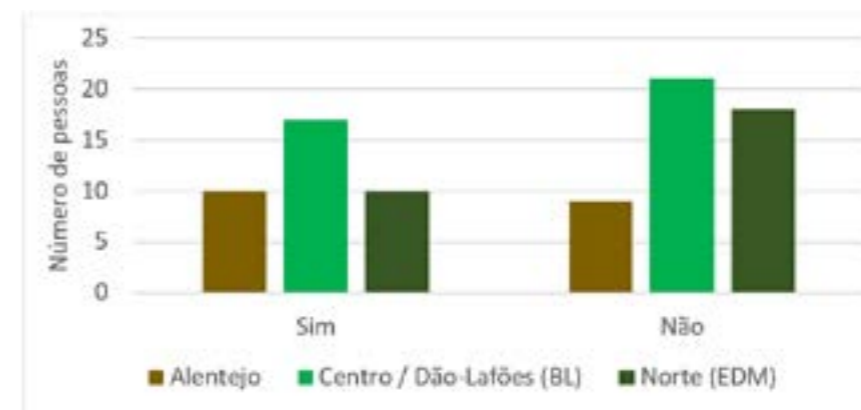


Figura 41- A pandemia Covid-19 teve consequências na exploração?



Figura 42- Que tipo de consequências na exploração da pandemia Covid-19?

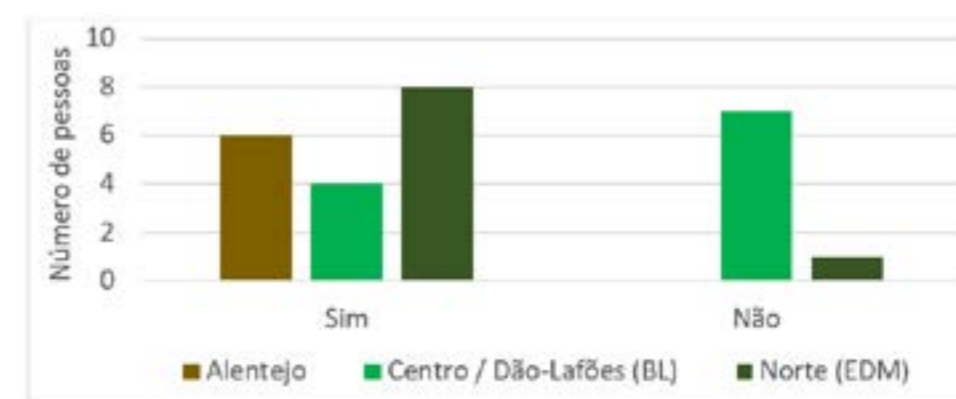


Figura 43- Adoção de medidas na exploração durante a pandemia Covid-19 que foram bem-sucedidas.

¹² Existe argumentação com fundamentação científica que liga alterações climáticas (e outras dimensões das mudanças ambientais) às pandemias. Um mero exemplo de referência na comunicação social pode ser encontrado em www.publico.pt/2021/07/09/ciencia/noticia/pandemias-alteracoes-climaticas-estao-ligadas-ameaca-saude-humana-1969713. Sobre impactes no setor agroalimentar, ver por exemplo www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/covid-19-e-o-setor-agroalimentar-questoes-e-respostas-3827aa9f/ (páginas acedidas em 13-09-2021).

6.4. Das condições de apoio, de participação e opções de futuro

O envolvimento de agricultores e agricultoras em estruturas e organizações sociais e na vida comunitária, implicando algumas formas de participação, é reconhecidamente condição para a aquisição e partilha de conhecimentos e meios para a resiliência, com efeitos combinados na sociedade, na economia, no ambiente e, daí também, na “cultura e política do território”, com tradução em retornos de valorização múltipla.

No caso das 127 pessoas entrevistadas, quase dois terços responderam a uma questão relativa à filiação em alguma entidade coletiva. A maioria (58%) respondeu afirmativamente, mas tal representa mais a dimensão masculina (64%) que a feminina (44%). Em termos médios, foi também entre as pessoas com mais de 55 anos que se registou maior nível de pertença a coletividades / organizações: 64%, contra pouco mais de 52% entre as pessoas de 26-55 anos. Os indivíduos com maior grau de instrução mostram um nível de adesão a estas entidades ligeiramente superior ao dos que têm apenas o ensino básico: 59%, contra 58%, aproximadamente (Quadro VIII).

No entanto, estes níveis de filiação ou pertença a entidades coletivas não se explicam apenas por fatores que poderemos atribuir às características sociodemográficas acima sintetizadas. Aspectos como a tradicional maior dificuldade das mulheres para a vida cívica e política desenvolvida em contexto de herança patriarcal, ou maior desligamento dos mais novos em relação a estruturas organizativas / coletivas criadas com os modos de vida anteriores aos da atual fase da globalização, entre outros possíveis de elencar e discutir, escondem certas cambiantes e especificidades dos territórios.

Se atendermos apenas à diferente expressão territorial “Norte / Centro / Sul” das filiações em entidades coletivas das pessoas entrevistadas, então observa-se maior nível de pertença entre os casos do Alentejo, seguindo-se EDM e, a maior distância

(com menos 50 pontos percentuais que o Alentejo), os casos de Dão-Lafões (Quadro IX).

Embora lembrando que estes valores não têm representatividade amostral, importa notar, em primeiro lugar, que a “pertença” parece distinguir-se bastante da participação, mais ou menos frequente, mais ou menos intensa, nas mesmas entidades coletivas. Incluindo valores de alguma participação, mesmo rara que seja, continua a sobressair o caso das pessoas do Alentejo entrevistadas, mas com cerca de 58% (menos cerca de 30 pontos percentuais que a simples “pertença”), seguindo-se EDM e Dão-Lafões (Quadro X).

A que tipo de entidades coletivas nos referimos? Algumas das pessoas mais velhas referem “presidente da Associação Cultural...”, “presidente do Grupo Cultural...” “secretário da Assembleia de Freguesia”, trabalho na “associação Poldras”, “presidente da Junta de Freguesia”, “direção do Centro Social e Paroquial de...”, “membro de associações locais”, “participação em associações e eventos”. Estes exemplos de respostas foram de homens, referindo tempos de dedicação entre 1% e 15%, para além de atividade agropecuária e outras, a tempo parcial e com diferentes pesos; mas em três dos casos a dedicação mencionada foi de 50% do tempo ocupado. No caso de mulheres (com idades de 55 e 58 anos), registámos “secretária de associação local” e “direção da associação...” (nesta, com 10% do tempo ocupado).

Outras respostas, de homens e mulheres, prenderam-se com outro tipo de coletividades, sobretudo cooperativas, como abordaremos adiante. Aliás, pudemos verificar maior filiação relativa dos mais velhos nas entidades de Economia Social e Solidária e dos mais novos e mais instruídos em associações e cooperativas, de modo associado a funcionalidades próprias dos interesses ligados à produção e ao escoamento desta, ou seja, aos serviços em torno da obtenção de recursos para a exploração e àqueles para a comercialização. O Quadro XI não deixa de traduzir esta realidade.

A pertença e/ou a participação dos / das produtores/as em determinadas organizações tem uma certa relação com o seu capital social e relacional, a que corresponde uma teia de contactos e, conseqüentemente, de

Pertença	Total	Até 55 anos	Mais de 55 anos	Ensino Sec. e Superior	Ensino Básico	Homens	Mulheres
Sim	58,3	52,4	64,1	58,9	57,7	64,2	43,8
Não	7,1	7,9	6,3	7,1	7,0	5,3	12,5
NS/NR	34,6	39,7	29,7	33,9	35,2	30,5	43,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro VIII - Casos de pertença / filiação em entidades coletivas segundo o sexo, estratos etários e níveis de instrução.

Região	Sim	Total	%
Alentejo	23	26	88,5
Centro / Dão-Lafões	16	42	38,1
Norte (EDM)	35	59	59,3

Quadro IX - Pertença a organizações próprias da vida social, comunitária associativa e política.

Região	Sim	Um pouco	Total	%
Alentejo	14	1	26	57,7
Centro / Dão-Lafões	7	1	42	19,0
Norte (EDM)	17	9	59	44,1

Quadro X - Participação em organizações próprias da vida social, comunitária associativa e política.

Participa?	Total	Até 55 anos	Mais de 55 anos	Ensino Sec. e Superior	Ensino Básico	Homens	Mulheres
Sim	29,9	31,7	28,1	37,5	23,9	34,7	15,6
Não	27,6	23,8	31,3	21,4	32,4	27,4	28,1
Um pouco	7,9	4,8	10,9	8,9	7,0	6,3	12,5
NS / NR		68,3	56,3	66,1	59,2	64,2	56,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro XI - Casos de participação em entidades coletivas, segundo o sexo, estratos etários e níveis de instrução.

maior ou menor exposição a informação com influência na tomada de decisões. Neste sentido, torna-se relevante notar que um terço das pessoas entrevistadas refere ter obtido contacto(s) de pessoas, maioritariamente técnicos de organizações / organismos e sobretudo quanto aos apoios públicos à produção e investimento; pontualmente também quanto às consequências, adaptação e mitigação das alterações climáticas. As referências aos apoios que registámos foram principalmente relativos a Dão-Lafões e EDM (Fig. 44).

Muitos dos “Não” (ausência de apoios à produção e ao investimento) prendem-se tanto com a recusa de subsídios (minoria) como o recebimento de outros apoios, como aqueles dirigidos ao rendimento (incluindo gasóleo agrícola). Uma maioria destes “Não” dá como explicação a pequenez da exploração ou a falta de informação ou conhecimento. Outras razões encontradas foram os projetos existentes inaplicáveis na área de produção (avicultura, apicultura, etc.), complicações burocráticas (em dois casos ainda se aguardava decisão) e idade avançada. Cerca de 76% de um conjunto de 46 respostas indicaram que foi determinante o apoio público na capacidade de investimento e de mudança na exploração, sobretudo por ter possibilitado o “apoio no pagamento de despesas”, mas também por ter propiciado uma exploração mais eficiente ou a prática de novas culturas. Contudo, 43% de outro

grupo de 23 respostas trouxeram a perspetiva da “vantagem” de não ter tido subsídios à produção e ao investimento (ou preferência por tal opção), com razões assentes numa certa orientação autárquica, essencialmente de autoconsumo, e/ou pela posse de meios próprios para o necessário e quando necessário, bem como por se querer evitar custos inerentes a possíveis candidaturas.

Em relação aos contactos de técnicos / mediadores ligados à maior ou menor obtenção de apoios nos domínios da produção e investimento, mas também quanto às consequências, adaptação e mitigação das alterações climáticas, o peso das referências positivas é superior entre as pessoas entrevistadas mais novas e, sobretudo, entre as que apresentam maior nível de instrução; regionalmente, os casos de Dão-Lafões expressam relativa desvantagem (Quadros XII - A e B).

Recorrendo a algumas das respostas positivas, por um lado encontramos referências a técnicos de associações de Desenvolvimento Local ou de Desenvolvimento Rural, de associações socioprofissionais (caso da CNA), de setores em domínios da agropecuária (ex.: na área da apicultura, dogado ovino ou bovino), de associações de regantes, entre outras. Por outro, também se registaram referências a técnicos “da Câmara Municipal”, das DRAP, de “entidades para execução de projetos” e de diferentes cooperativas.

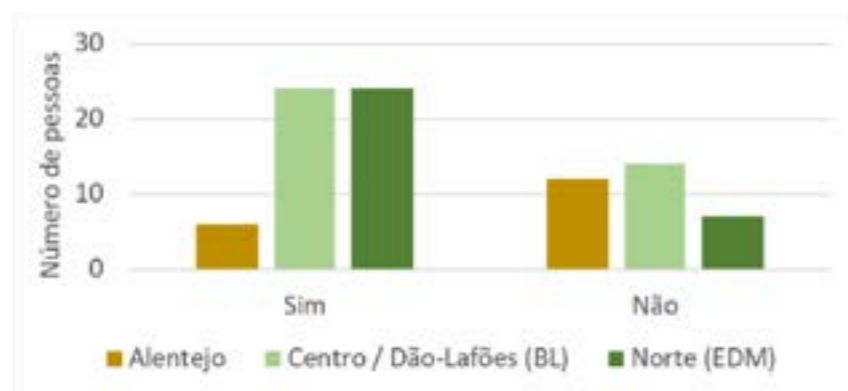


Figura 44- Obtenção de apoios em relação à produção e ao investimento.

Grupos →	Total	Até 55 anos	Mais de 55 anos	Ensino Sec. e Superior	Ensino Básico
Resposta					
Sim	19,7	20,6	18,8	21,4	18,3
Não	55,1	49,2	60,9	42,9	64,8
NS/NR	25,2	30,2	20,3	35,7	16,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A: Alguém tem falado consigo quanto aos apoios públicos à produção e investimento e/ou às consequências, adaptação e mitigação das alterações climáticas? Respostas segundo os estratos etários e níveis de instrução.

Grupos →	Total	Até 55 anos	Mais de 55 anos	Ensino Sec. e Superior	Ensino Básico
Resposta					
Sim	19,7	20,6	18,8	21,4	18,3
Não	55,1	49,2	60,9	42,9	64,8
NS/NR	25,2	30,2	20,3	35,7	16,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

B: Alguém tem falado consigo quanto aos apoios públicos à produção e investimento e/ou às consequências, adaptação e mitigação das alterações climáticas? Respostas segundo as áreas de estudo.

Quadro XII- A e B

Para as pessoas cujos interesses são sobretudo ligados à produção e ao(s) mercado(s), existe alguma sobreposição entre a pertença a certas associações e cooperativas – por vezes participando de algum modo nessas e com possível influência nas decisões – e os apoios obtidos (até alguns aconselhamentos de técnicos são “de pessoas da família”). Mas a maior parte dos / das produtores/as entrevistados/as obtêm apoios vários noutras entidades fora do domínio da economia social e solidária, ou seja, do setor privado (comerciantes / firmas e prestadores de serviços com fins lucrativos) e, com menor peso, do setor público (Quadro XIII).

As diferentes origens dos apoios prende-se com as distintas características destes, em função das necessidades específicas dos/as produtores/as

e das suas explorações, em matérias de máquinas e equipamentos, incluindo de rega, fertilizantes / adubos, fitofármacos, sementes ou plantas de viveiro, rações, medicamentos e suplementos alimentares (para animais)... Assim, entende-se que sobressaiam – para além de “outra entidade / pessoa” – as cooperativas em EDM (mormente vitivinícolas e do setor leiteiro, dados os municípios alvo de atenção) e as associações no Alentejo (incluindo Agrupamentos de Defesa Sanitária / ADS, agora Organizações de Produtores Pecuários / OPP), face aos domínios de pequena produção encontrados.

Por fim, devemos notar a relativa importância de “nenhum apoio” / “nenhuma entidade” em Dão-Lafões (Quadro IX) e, quanto à perceção do benefício obtido pelos apoios, os pesos do “Negativo”

e do “Razoável”, principalmente entre os casos do Alentejo (Quadro XIV).

Em relação à falta de apoio (“nenhum apoio”), registámos frases que traduzem diferentes situações, para além do mais frequente “ninguém...” (em complemento, “estamos informados por vontade própria”): “informação via canais oficiais”, “só família”, “apenas da Cooperativa Agrícola” (não será suficiente...). Entre as frases mais reveladoras temos também “há muita desunião e inveja, não há partilha entre produtores, muito egoísmo; não existe intercâmbio de informação...” (EDM), traduzindo algum ‘desligamento’ de um produtor de EDM, com 36 anos, e “deveria ser o Ministério da Agricultura a contactar e a ter ações de esclarecimento (...) mas até agora não tem havido”, de um produtor de Dão-Lafões com 70 anos. Salientamos ainda, no Alentejo, várias referências à relativa dependência dos interesses das firmas em vender.

Em termos de perspetivas para o futuro da exploração, uma ligeira maioria entre 82 respondentes refere a intenção de vir a efetuar alterações, no Alentejo e em EDM, mas não tanto em Dão-Lafões (Fig. 45).

		Cooperativa	Associação	Outra*	Nenhuma	Total
Alentejo	N.º	0	10	22	0	32
	%	0	31	69	0	100
Centro / Dão-Lafões	N.º	4	9	38	17	68
	%	5,9	13	56	25	100
Norte (EDM)	N.º	53	3	58	5	119
	%	45	2,5	49	4,2	100

*Outra entidade / pessoa: comerciante / firma, veterinário, pessoa da família, organismo público (DRAP, JF, etc.)

		Muito Bom	Bom	Razoável	Negativo	NS / NR	Total
Alentejo	N.º	0	3	2	3	18	26
	%	0	12,0	7,7	12,0	69,2	100
Centro / Dão-Lafões	N.º	1	13	5	2	21	42
	%	2,4	31,0	12,0	4,8	50,0	100
Norte (EDM)	N.º	5	13	6	3	32	59
	%	8,5	22,0	10,0	5,1	54,2	100

Quadro XIII- Apoio técnico local referido pelos/as produtores/as para a sua exploração.

Quadro XIV- Perceção do benefício obtido pelos apoios locais, em quatro níveis.

Estas intenções de investimento dizem respeito a cerca de 65% das pessoas entrevistadas com 55 ou menos anos, enquanto que o correspondente para as menos novas (> 55 anos) não ultrapassa os 29%. Estas pessoas, em particular as que eram pelo menos sexagenárias, deram respostas como:

- “não posso fazer nada, dada a minha idade; penso que o meu filho será o sucessor”;
- “não tenho expectativas de continuar na exploração e acho que os meus filhos também não querem estar aqui”;
- “nenhuma... a propriedade não é minha e já estou velho”;
- “nenhuma, vou-me adaptando ao clima e continuar a produzir para casa”;
- “não, dado que estou a pensar em doar as parcelas aos meus filhos”.

Separando as pessoas com maior grau de instrução (ensinos secundário e superior) e menor (ensino básico), o contraste é ainda maior: 70% das primeiras pretendem efetuar alterações, ao passo que as últimas representam pouco mais de 30%.

Os domínios em que são pensadas estas alterações desejadas são, principalmente, o investimento em condições técnicas de exploração (reforçar dotação de água ou sistemas de irrigação, estufas, agro-transformação, etc.), com maior peso relativo em Dão-Lafões, e o aumento da produção ou da área de produção, acréscimo ou substituição de culturas, com maior expressão em EDM. Outros tipos de alteração têm menor representação (Quadro XV). Para além das intenções declaradas, foram também mencionados vários “talvez” e “depende”, que se podem resumir em “depende dos apoios públicos que possam vir a existir” ou “depende da procura”, ou ainda “talvez algum melhoramento a nível técnico”...

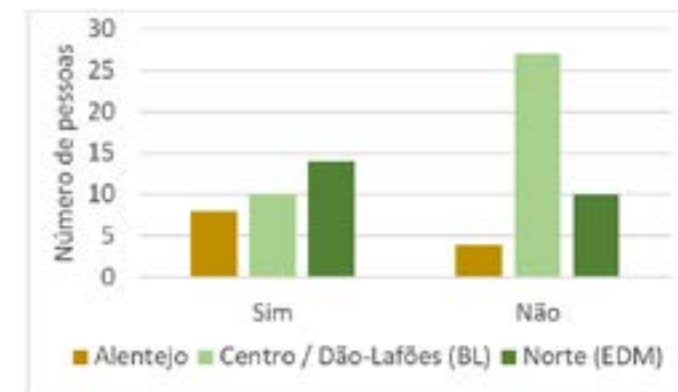


Figura 45- Perspetivas de se efetuarem alterações na exploração num futuro próximo.

Intenção → Região	Não	Sim Quais →	A	B	C	D	E
Alentejo	11	12	6 (50,0%)	3 (25,0%)	1 (8,3%)	1 (8,3%)	1 (8,3%)
Centro	26	13	10 (76,9%)	2 (15,4%)	—	—	1 (7,7%)
Norte	11	20	10 (50,0%)	6 (30,0%)	2 (10,0%)	2 (10,0%)	—

* Em alguns casos, os/as respondentes mencionaram mais de um tipo de alteração

Quadro XV - Intenção de efetuar alterações na exploração, num futuro próximo, e o tipo de alterações contempladas.*

- A** – Investimento em condições técnicas de exploração (incluindo reforçar dotação de água ou sistemas de irrigação, estufas, agro-transformação...)
- B** – Aumento da produção ou da área de produção, acréscimo ou substituição de culturas...
- C** – Opções de comercialização
- D** – Criação de empresa / obtenção de rendimentos do exterior com vantagem para a exploração
- E** – Redução da produção

7. Conclusões

Agricultura Familiar (AF) tem sido, em Portugal, uma realidade em retração diferencial, na mesma linha do contexto europeu e de outras partes do mundo sujeitas às forças da competição intersectorial (que desencoraja a permanência no setor primário) e da atração pelos centros urbanos. Isto significa que a permanência na AF se restringe a quem encontra estímulos e oportunidades para alguma realização empresarial (dependendo bastante de políticas públicas adequadas) e a quem, não os tendo, conserva valores de resiliência associados à pluriatividade e ao plurirrendimento e/ou a opções (circunstanciadas) de produção centrada no autoconsumo.

Neste sentido, como vimos e como habitualmente constatamos, a realidade está nos antípodas de haver apenas umas poucas modalidades da AF, mas a Política Agrícola Comum (PAC) mostra propensão para o condicionamento das opções numa Europa comunitária que sempre reconheceu a importância da AF e que, nos últimos anos, a tem promovido, de certo modo, como “recurso socioterritorial” para a promoção da sustentabilidade. Porém, a realidade portuguesa enfrenta desafios de peso que não se compadecem com expectativas de mudanças de curto (e mesmo médio) prazo, mas exigem soluções estruturadas e estruturantes para a capilarização das bases do sustento e da sustentação multi-escalar dos territórios.

As entrevistas realizadas a produtores e produtoras de Agricultura Familiar (AF), no âmbito do projeto AFANEL, mostram uma certa realidade que está provavelmente em função da prevalente pequena dimensão das explorações, implicando pluriatividade e plurirrendimento como regra. De facto, o estudo efetuado permitiu verificar que, para mais de metade dos casos observados, a parte do orçamento da família (rendimento disponível) que provém do rendimento anual da exploração é inferior a 20% (e só em menos de 17% dos casos o rendimento da

exploração cumpre a satisfação plena do orçamento familiar).

Esta condição dominante está em função de uma limitada relação com os mercados, que é o contraponto da diversificação de atenções de quem está na AF mais ‘multifuncional’. Trata-se de uma limitação em parte compensada pelas várias pessoas que beneficiam da dimensão autoconsumo / não venda da produção agrícola das explorações, ultrapassando muitas vezes o número de pessoas do agregado doméstico associado a cada exploração.

Algumas observações sobre a maior ou menor dificuldade de resposta às necessidades da comunidade (em sentido lato) pôde ser ensaiada com elementos sobre as perceções, atitudes e práticas face a condições ambientais e às alterações climáticas e com as consequências da pandemia Covid-19 nas explorações.

No primeiro caso, ficaram patentes o reconhecimento de vários efeitos das alterações climáticas e uma série de práticas de cuidados para adaptação a novas necessidades nos domínios da qualidade ambiental, da saúde e da segurança alimentar, mas também na comercialização ou no cumprimento de condições para a obtenção de apoios / subsídios. Todavia, em várias situações subsistem dúvidas se as boas práticas que foram possíveis serão as melhores práticas, aquelas que o atual contexto exige com maior premência.

No segundo caso, a pandemia acabou por trazer novos desafios e novas respostas nas áreas estudadas, embora apenas para uma minoria, envolvendo reduções ou reorientações produtivas e acréscimos na prestação de serviços ao consumidor (novas soluções para o escoamento de produtos). Porém, para a maioria revelaram-se tanto situações sem grande impacte, dada a pequena escala de produção e escoamento (ou apenas autoconsumo), como outras de dificuldades nem sempre superadas da melhor forma.

A superação de várias das limitações encontradas terá de passar por condições de apoio que devem ser promovidas por políticas públicas que estimulem a organização para a inovação. Terá de implicar maior e melhor envolvimento e participação de agricultores/as em estruturas e organizações sociais e na vida comunitária, condição para a aquisição e partilha de conhecimentos e meios para a resiliência, com efeitos combinados na sociedade, na economia e no ambiente.

A realidade que podemos estudar é de carência desse tipo de apoio. Com efeito, representando uma população de produtores e produtoras em que 58% tem filiação em alguma entidade coletiva, isso corresponde, todavia, a situações muito diversas. Mesmo antes de considerar a diversidade, salientemos que apenas em menos de 30% dos casos existe algum tipo de participação nessas entidades, estando em desvantagem as mulheres (15,6% de participação) e, em média, as pessoas mais velhas e com graus de instrução mais baixos.

Entre pessoas que têm de partilhar o seu tempo com diferentes atividades, para além da agricultura, gera-se uma correspondência bi-direcional: a disponibilidade dos agricultores e agricultoras para a participação ativa em organizações fica reduzida, ao mesmo tempo que aumenta a dependência do apoio externo, que não está geralmente preparado para atender da melhor forma aos desafios complexos da pequena agricultura / agricultura familiar (AF). Dos casos estudados, menos de 20% das pessoas refere contactos de iniciativa externa (média prejudicada pelos 14,3% de Dão-Lafões) e em muitos casos envolvem custos, associados à aquisição de fatores de produção, bens ou serviços, mas carecendo de condições de aconselhamento multi-perspetivado, ou seja, com informações circunstanciadas / de contexto que ultrapassem a mera funcionalidade restrita de um ou outro produto adquirido ou a adquirir.

Como as exigências normativas e os sistemas de apoio têm sido pensados para a agricultura ‘com escala’ e respetivos padrões de eficiência, ainda permanecem fortes condicionamentos à adesão a soluções de ganhos de escala ou de adoção de práticas inovadoras por parte dos AF.

Para o tipo de realidade estudada será necessário investimento em estruturas de apoio de proximidade, que permitam estabelecer e promover conexões de informação bi-direcional entre produtores de AF e organizações, mas também de conhecimento transversal entre atores do território – com animação territorial e valorização da participação múltipla com efeitos sinérgicos –, para acompanhamento / monitorização, avaliação e apoio a decisões.

Este investimento terá de contemplar, simultaneamente, pelo menos dois tipos de organizações. Por um lado, as de maior funcionalidade inerente à economia de mercado, caso das organizações de produtores (OP) multiprodutos, que serão uma prioridade a desenvolver, a partir de legislação que começou a existir. Se multiprodutos envolver também multiserviços, poderá ser propiciada a internalização de consumos intermédios nas explorações (redução da dependência das compras / importações) e a realização de logísticas / sistemas de informação e gestão para o abastecimento de matérias-primas de base (micro-)regional. Por outro lado, apoiar as coletividades do domínio da economia social e solidária; de facto, isto é necessário no sentido de abranger diferentes estratos populacionais e realidades das áreas rurais, mas também de cruzar influências e ligações e propiciar relacionamentos próprios da complexidade e a desejável densificação socioterritorial.

De acordo com vários grupos focais e outros momentos de interação do AFANEL, concluímos que será necessária uma maior aposta nas soluções de contratação pública de base local (autarquias e tecido associativo), como para as cantinas escolares, ajudando a estimular e viabilizar a pequena produção numa escala micro-regional. Notar – para tal – a importância das entidades e organismos de mediação.

A mediação qualificada passa pela articulação entre a investigação / experimentação, a extensão e a formação... para a transição da agricultura tradicional e convencional para outra que siga os princípios da agroecologia, tratando-se de AF / pequena agricultura. Como esta transição exige investimento e conhecimento técnico, será necessária maior e melhor ligação entre instituições / organizações e AF, de forma sistemática e não apenas com projetos.

A ligação entre centros de investigação, organismos

do Estado e entidades de Desenvolvimento Local será fundamental para este quadro, que é também de maior e melhor agrotransformação, melhores serviços e de maior e melhor articulação rural-urbano. Isto permitiria reter / envolver local e regionalmente jovens, ligando saberes, em vez da corrente associação entre abandono da agricultura e abandono de territórios rurais.

Trata-se de desenvolver um quadro estratégico que permita ultrapassar a possível propensão defensiva ou reativa de muita AF (algo resistente, mas sem a segurança das perceções e ligações de base plural), com o favorecimento de processos de inovação socioterritorial e de governança multinível em que a AF seja constituinte de sistemas dinâmicos de criatividade resiliente, acompanhando o desenvolvimento da inteligência territorial. Osurgimento, no final do ano de 2021, de um protocolo para a constituição do Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia (CeCAFA), “constituído por organizações de agricultores/as, organizações de desenvolvimento local, entidades do sistema científico nacional e da administração pública e organizações da sociedade civil que trabalham a área da Agricultura Familiar e da Agroecologia”¹³, sugere que o CeCAFA pode ser um instrumento com potencial para favorecer o trabalho neste sentido, dadas as dimensões das competências a mobilizar.

13 Informação em www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=assinado-protocolo-para-a-constituicao-do-centro-de-competencias-da-agricultura-familiar-e-agroecologia [acedida em 28-12-2021].

Referências bibliográficas e documentais

- Aguiar, L. D. C., DelGrossi, M. E., & Thomé, K. M. (2018). Short food supply chain: characteristics of a family farm. *Ciência Rural*, 48(5).
- Altieri, M. A., Nicholls, C. I., & Montalba, R. (2017). Technological approaches to sustainable agriculture at a crossroads: an agroecological perspective. *Sustainability*, 9(3), p. 349.
- Associação Animar, et al. (2020, maio). *Sistemas Alimentares Locais: Território, Igualdade, Ecologia e Democracia*. Lisboa: Animar, MANIFesta 2020, Caderno Temático 1, 36 p. https://www.rederural.gov.pt/images/Noticias/2020/Manifesta_Caderno_sistemas-alimentares-locais.pdf
- Barros, H. de (1982). *Os grandes sistemas de organização da economia agrícola*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2.ª ed.
- Benton, T. G. (2016). Food Security. In *Encyclopedia of Applied Plant Sciences* (Vol. 2, pp. 19–22). Elsevier Inc. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-394807-6.00039-3>
- Blunden, G., Greenwood, J., & Moran, W. (1993). The role of family farming in agrarian change, *Progress in Human Geography*, Vol. 17 (1), pp. 22-42.
- Bock, A.K., Krzysztofowicz, M. (2021). *Scenarios for EU Rural Areas 2040. Contribution to European Commission's long-term vision for rural areas*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. DOI:10.2760/29388, JRC125368
- Bosc, P. M., et al. (Eds.) (2019). *Diversity of Family Farming Around the World: Existence, Transformations and Possible Futures of Family Farms*. Versailles / Cham: Éditions Quæ / Springer.
- Brookfield, H. & Parsons, H. (2007). *Family farms: survival and prospect. A world-wide analysis*. London, Routledge / Taylor & Francis e-Library, p. 250.
- Calus, M., & Van Huylenbroeck, G. (2010) The Persistence of Family Farming: a Review of Explanatory Socio-economic and Historical Factors. *Journal of Comparative Family Studies*, Vol. XXXI (5), pp. 639-660.
- Carvalho, A. de (2020). *Repensar o Desenvolvimento da Agricultura Familiar*. Odivelas: Agro-Manual.
- CCE (1988). O futuro do mundo rural. Comunicação COM (89) 501 de 21 de outubro, *Boletim das Comunidades Europeias, Supl. 4/88*.
- Comissão Europeia (2017). *O futuro da alimentação e da agricultura. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões*. Bruxelas, 29.11.2017, COM(2017) 713 final.
- Chemnitz, C. (ed.) (2019). *Agriculture Atlas. Facts and figures on EU farming policy*. Berlin & Brussels: Heinrich Böll Foundation, Friends of the Earth Europe, BirdLife Europe & Central Asia, p. 70.
- Cook, S., Silici, L., Adolph, B., & Walker, S. (2015). *Sustainable intensification revisited*. IIED Issue Paper. London: IIED, p. 31.
- Córdoba Vargas, C. A., Hortúa Romero, S., & León Sicard, T. (2020). Key points of resilience to climate change: a necessary debate from agroecological systems. *Climate and Development*, 12 (6), pp. 564-574.
- Cordovil, F. (2021). *Agricultura e Política Agrícola [com Prefácio de Fernando Oliveira Baptista]*. Lisboa: ed. do autor, maio de 2021, p. 31.

Darnhofer, I., Lamine, C., Strauss, A., & Navarrete, M. (2016). The resilience of family farms: Towards a relational approach. *Journal of Rural Studies*, 44, pp. 111-122.

Davidova, S., Thomson, K. (2014). *Family Farming in Europe: Challenges and Prospects: In-Depth Analysis*. Brussels: European Parliament.

Davoudi, S., Evans, N., Governa, F., & Santangelo, M. (2008). Territorial governance in the making: approaches, methodologies, practices. *Boletín de la A.G.E.*, 46, pp. 33-52.

Dax, T. (2014). The evolution of European Rural Policy. In A. K. Copus & P. de Lima (Eds.), *Territorial Cohesion in Rural Europe: the Relational Turn in Rural Development* (pp. 35-52). Abingdon: Routledge.

Dinis, I. (2019) The Concept of Family Farming in the Portuguese Political Discourse. *Social Sciences*, 8(7), p. 213.

Donkers, H. (2013). Governance for local and regional food systems. *Journal of Rural and Community Development*, 8(1), pp. 178-208.

Donkers, H. (2015). *Local Food for Global Future. Classification, governance and knowledge for sustainable food security*. Saarbrücken: Scholar's Press / OmniScriptum, p. 236.

Ebel, R. (2020). Are small farms sustainable by nature? – Review of an ongoing misunderstanding in agroecology. *Challenges In Sustainability*, 8(1), pp. 17-29.

ENRD (2021). Climate Action in Rural Areas. European Network for Rural Development (ENRD), *EU Rural Review* Nr. 30. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 48 p. https://enrd.ec.europa.eu/publications/eu-rural-review-30-climate-action-rural-areas_en

Eurostat (2020). *Agriculture statistics - family farming in the EU. Statistics Explained*. Acedido em 11-09-2020 em <https://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/>

Ferrão, J. (2014). Agricultura familiar e Território: Geografias em metamorfose. *Revista da Rede Rural Nacional – DGADR*, vol. 5, pp. 23-26.

Fonseca, A. M., Fonseca, C. I., Almeida, M. E., Guiomar, N. R., & Pinto-Correia, T. A. (2017). Estimation of potential production provided by small family farms: a case study in Portugal. In Kristina Svells (Ed.), *Proceedings of the XXVII Congress. Uneven processes of Rural Change: On Diversity, Knowledge and Justice* (pp. 218-219). Kraków: Institute of Sociology, Jagiellonian University in Krakow, On-line Proceedings.

Fragata, A. & Portela, J. (2000). Agricultores idosos de Trás-os-Montes: exclusão e reconhecimento, *Análise Social*, Vol. XXXV (156), pp. 721-737.

Galli, F., Brunori, G. (eds.) (2013). *Short Food Supply Chains as drivers of sustainable development. Evidence Document. Document developed in the framework of the FP7 project FOODLINKS (GA No. 265287)*. Pisa: Laboratorio di studi rurali Sismondi.

Garner, E., Campos, A. P. O. (2014). *Identifying the "Family Farm": an informal discussion on the concepts and definitions*. ESA Working Paper No. 14-10, December 2014. Rome: FAO, p. 23 + annexes.

Garzon, I. (2006). *Reforming the Common Agricultural Policy. History of a Paradigm Change*. Basingstoke, Palgrave Macmillan, p. 215.

Gliessman, S., Friedmann, H., & Howard, P. H. (2019). Agroecology and food sovereignty. *IDS Bulletin*, 50(2), 91–110. <https://doi.org/10.19088/1968-2019.120>

GPP (2020). *Plano Estratégico da PAC 2023-2027. Documento de contexto para consulta alargada, novembro de 2020*. Acedido em 17-11-2020 em www.gpp.pt/images/PEPAC/Documento_de_Contexto_para_consulta_alargada.pdf

GPP/MAM (2014). *Programa Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 – Diagnóstico*. Lisboa: MAM/ GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, p. 170.

Graeb, B. E., et al. (2016) The state of family farms in the world. *World Development*, 87, pp. 1-15.

Gray, J. (2000). The Common Agricultural Policy and the re-invention of the rural in the European Community. *Sociologia Ruralis*, 40 (1), pp. 30-52.

Guiomar, N., et al. (2018). Typology and distribution of small farms in Europe: Towards a better picture. *Land Use Policy*, 75, pp. 784-798.

Hill, B. (1993). The 'myth' of the family farm: defining the family farm and assessing its importance in the European community. *Journal of Rural Studies*, 9, pp. 359-370.

Mann, S. (2014). Are small family farms a societal luxury good in wealthy countries?. *International Journal of Social Economics*, Vol. 41 (10), pp. 896-905.

Marsden, T., & Morley, A. (eds.) (2014). *Sustainable Food Systems. Building a New Paradigm*. Oxon: Routledge, p. 230.

Maxey, L. (2006). Can we sustain sustainable agriculture? Learning from small-scale producer-suppliers in Canada and the UK, *The Geographical Journal*, Sept. 2006 - Vol. 172 (3), pp. 230-244.

Mooney, P., et al. (2021). *A Long Food Movement: Transforming Food Systems by 2045*. IPES-Food & ETC Group, p. 175.

Moreno, L. (2007). *Desenvolvimento Territorial - de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*. Lisboa: ed. autor / Universidade de Lisboa, FLUL, 379 p. + Apêndice.

Moreno, L. (2013). *Governança nas Políticas de Desenvolvimento Local e Inovação Institucional*. Lisboa: Ed. Animar / ISA / INIAV / Rota do Guadiana, p. 71.

Moreno, L. (2014a). *A Pequena Agricultura Familiar em Portugal e no Brasil: problemática, conceitos e debates, Conferência Internacional 'A Pequena Agricultura Familiar: Chayanov revisitado?'*, Lisboa: FCSH / UNL, 27-10-2014 [apresentação em 14 diapositivos].

Moreno, L. (2014b). O Desenvolvimento Rural e Local face aos desafios da Governança em Portugal. In Luís Moreno (ed.), *O Rural - Leituras, Dinâmicas, Animação e Desenvolvimento. Vez e Voz, Edição Especial*, Outubro de 2014, pp. 63-68.

Moreno, L. (2017). Social capital and rural development in Europe: a geographical perspective. In E. Pisani, G. Franceschetti, L. Secco & A. Christoforou (Eds.), *Social Capital and Local Development. From theory to empirics* (pp. 61-81). London: Palgrave Macmillan.

Navarro, Z., & Pedroso, M. T. M. (2014). A Agricultura Familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. *REN - Revista Econômica do Banco do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, 6-17 (suplemento especial).

Pe'er, G., et al. (2020). Action needed for the EU Common Agricultural Policy to address sustainability challenges. *People and Nature*, 2(2), pp. 305-316.

Pereira, L. M., T. Karpouzoglou, N. Frantzeskaki, & Olsson, P. (2018). Designing transformative spaces for sustainability in social-ecological systems. *Ecology and Society* 23(4):32.

Pires, L. M. (2017). 30 anos de Fundos Estruturais (1986-2015). *Relações Internacionais*, Março 2017, 53, pp. 19-38. <https://doi.org/10.23906/ri2017.53a03>.

Portela, J., et al. (1993). Agricultores e agriculturas: que futuros? Memória para um debate urgente. In Dois Contributos para um Livro Branco sobre a Agricultura e o Meio Rural (pp. 110-313). Lisboa, Ministério da Agricultura.

Potter, C., & Loble, M. (1993). Helping small farms and keeping Europe beautiful: a critical review of the environmental case for supporting the small family farm. *Land Use Policy*, 10(4), pp. 267-279.

Potter, C., and Tilzey, M. (2007). Agricultural multifunctionality, environmental sustainability and the WTO: Resistance or accommodation to the neoliberal project for agriculture? *Geoforum*, 38(2007), pp. 1290-1303.

Pretty, J., & Bharucha, Z. P. (2014). Sustainable intensification in agricultural systems. *Annals of Botany*, 114(8), pp. 1571-1596.

Rolo, J. C., Cordovil, F. (2018). Territórios, rural e agriculturas – Portugal nos anos 2000. Oeiras: INIAV. Versão alargada da edição «Caderno Técnico» n.º 04 de *Silva Lusitana* [2014], p. 150.

- Rosset, P. M., & Martínez-Torres, M. E. (2012). Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. *Ecology and Society*, 17(3).
- Sabourin, E. (2011). *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 272.
- Samper, M. (2017). *Mutual Learning: Capacity building for the management of area-based development and family farming*. San Jose: C.R.: Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture (IICA), p. 55.
- Santos, B. S., & Reis, J. (1995). Pela reinvenção da pequena agricultura: a necessidade de um novo pensamento técnico. In: *20 Valores do Mundo Rural*. Porto: IEADR.
- Savary, S., et al. (2020). Mapping disruption and resilience mechanisms in food systems. *Food Security*, 12(4), pp. 695–717.
- Schneider, S. (2003). Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003, pp. 99-121.
- Segrelles, J. A. (2017) Las ayudas agrarias y sus repercusiones sobre la agricultura familiar en la última reforma de la Política Agraria Común (2014-2020) de la Unión Europea: ¿cambiar todo para que todo siga igual?. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles* N.º 74 - 2017, pp. 161-183.
- Shucksmith, M. (2004). *The territorial impact of CAP and Rural Development Policy – ESPON Project 2.1.3 Final Report*. Aberdeen: Arkleton Centre for Rural Development Research.
- Sotte, F. (2004). From CAP to CARPE: the state of the question. *87th Seminar of the European Association of Agricultural Economists (EAAE)*, 21-23 April, Vienna.
- Suess-Reyes, J., & Fuetsch, E. (2016) The future of family farming: A literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies. *Journal of Rural Studies*, 47, pp. 117-140.
- Sumelius, J., et al. (2009). *Sustainable Rural Development with Emphasis on Agriculture and Food Security within the Climate Change Setting - SARD-Climate Final Report*. Helsinki: University of Helsinki, Department of Economics and Management, Discussion Papers nr. 40, p. 50.
- Thirion, M.-C., Bosc, P.-M., et al. (Coords.) (2014). *Family Farming Around the World. Definitions, contributions and public policies*. Paris: AFD, the Agence Française de Développement, p. 183.
- van der Ploeg, J. D. (2006). O modo de produção camponês revisitado. In S. Schneider (Org.), *A diversidade a Agricultura Familiar* (pp. 13-54). Porto Alegre: Editora UFRGS.
- van der Ploeg, J. D. (2020). From biomedical to politico-economic crisis: the food system in times of Covid-19. *Journal of Peasant Studies*, 47(5), pp. 944–972.
- van Vliet, J. A., et al. (2015). De-mystifying family farming: Features, diversity and trends across the globe. *Global Food Security*, 5, pp. 11-18.
- Veiga, J. F. F. (2014). A Dimensão Social e Política da Agricultura Familiar. *Veze e Voz* n.º 4A (3.ª série), 2014 – *Agricultura Familiar*, pp. 4-13.
- VV.AA. (1981). A pequena agricultura em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais* n.º 7/8, dezembro de 1981. www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=140&id_lingua=1
- VV.AA. (2013). *Les agricultures familiales du monde. Définitions, contributions et politiques publiques*. Montpellier: CIRAD, p. 280.
- VV.AA (2014). “Agricultura Familiar - Uma agricultura com rosto”, EM REDE, *Revista da Rede Rural Nacional* n.º 5, Lisboa, DGADR, p. 48.

